

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RODRIGO MARTINS BORGES

CETICISMO, CONTEXTUALISMO E A TRANSMISSÃO DE  
JUSTIFICAÇÃO

Porto Alegre  
2007

RODRIGO MARTINS BORGES

**CETICISMO, CONTEXTUALISMO E A TRANSMISSÃO DE  
JUSTIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de  
Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre  
2007

RODRIGO MARTINS BORGES

**CETICISMO, CONTEXTUALISMO E A TRANSMISSÃO DE  
JUSTIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de  
Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida – PUCRS

---

Prof. Dr. Júlio César Burdzinski – UFSC

---

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza - PUCRS

Aos meus pais João e Norma, com carinho e gratidão

À Bianca, com amor

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) por fornecer bolsa integral de mestrado, a qual possibilitou a presente pesquisa.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) por acolher o projeto que resultou na presente dissertação e por oferecer as melhores condições possíveis de pesquisa e discussão.

Aos professores Draiton Gonzaga de Souza e Nythamar de Oliveira pelo apoio e incentivo em momentos importantes de meu mestrado.

Ao professor e amigo Cláudio de Almeida por ter me colocado em contato direto com a epistemologia contemporânea e por ter orientado da forma mais sutil e poderosa possível o meu estudo nessa disciplina.

## RESUMO

O presente texto discute o tratamento contemporâneo dispensado a um dos principais tópicos da epistemologia: o problema do ceticismo. Para tanto, algumas das principais respostas ao ceticismo são analisadas em detalhe. O primeiro capítulo analisa a estrutura do argumento cético e a plausibilidade dos princípios epistêmicos dos quais o argumento depende. Os princípios de fechamento e de sub-determinação são defendidos das principais acusações contra a sua plausibilidade e, conseqüentemente, as tentativas de refutação do argumento cético que utilizam esta estratégia são consideradas insatisfatórias. O segundo capítulo analisa a tentativa de refutação do argumento cético proposta por Peter Klein. Embora atrativa, a proposta de Klein é considerada inadequada. O capítulo três discute a teoria das alternativas relevantes de Fred Dretske e suas limitações. O quarto capítulo analisa duas versões daquela que é a resposta mais discutida do ceticismo – o contextualismo. As versões do contextualismo apresentadas por Stewart Cohen e Keith DeRose são explicitadas e consideradas, diante de fortes objeções, inaceitáveis. Nas considerações finais, eu ofereço uma resposta original ao problema do ceticismo que utiliza as noções – propostas por Roy Sorensen – de ‘conhecimento podre’ e de ‘conhecimento robusto’. Essa solução pretende cumprir um conjunto plausível de condições impostas por contextualistas (e.g., Keith DeRose) a qualquer solução que faz uso do que ficou conhecido como ‘manobras de assertabilidade autorizada’.

**Palavras-chave:** Ceticismo; Contextualismo; Transmissão de justificação epistêmica; Princípios epistêmicos; Conhecimento podre.

## ABSTRACT

The present text discusses the contemporary treatment given to one of the central topics in epistemology: the problem of skepticism. In order to do so, some of the most important responses to skepticism are analyzed in detail. The first chapter analyzes the structure of the skeptical argument and the tenability of the two epistemic principles upon which it depends. The closer principle and the principle of underdetermination are defended from the main objections against them and, consequently, all attempted refutation of the skeptical argument which utilize this strategy are considered unsatisfactory. Chapter two analyzes the tentative refutation of the skeptical argument put forward by Peter Klein. Though Klein's proposal is attractive it is considered inadequate. Chapter three discusses Fred Dretske's theory of relevant alternatives and its limitations. Chapter four analyzes two versions of the answer to skepticism which is the most discussed – contextualism. The contextualist versions present by Stewart Cohen and Keith DeRose are made explicit and considered, on the light of strong objections, unacceptable. In the concluding remarks I present an original response to the skeptical problem which utilizes the notions – proposed by Roy Sorensen – of 'junk knowledge' and of 'robust knowledge'. This solution pretends to fulfill a plausible set of conditions imposed by contextualists (e.g., Keith DeRose) to any solution of the skeptical problem which makes use of something that became known as 'warranted assertability manoeuvre.'

**Key-words:** Skepticism; Contextualism; Transmission of epistemic justification; Epistemic principles; Junk knowledge.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 A ESTRUTURA DO ARGUMENTO CÉTICO .....</b>	<b>16</b>
1.1 O princípio de fechamento .....	17
1.2 O princípio de sub-determinação .....	27
1.3 Sub-determinação e fechamento dedutivo .....	29
1.4 Contra-exemplos a (PF) .....	34
<b>2 A POSIÇÃO MOOREANA .....</b>	<b>45</b>
2.1 Os desconfortos da posição mooreana .....	56
<b>3 A TEORIA DAS ALTERNATIVAS RELEVANTES .....</b>	<b>64</b>
3.1 Relevância <i>ad hoc</i> ? .....	75
<b>4 O CONTEXTUALISMO .....</b>	<b>82</b>
4.1 É mesmo o conhecimento contextualmente determinado? .....	106
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>118</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>125</b>



## INTRODUÇÃO

Conforme nos movemos no mundo em torno de nós, nossos sentidos alimentam incessantemente o nosso conjunto de conhecimento sobre esse mundo. Nós sabemos, assim que entramos em um ambiente qualquer, que os objetos desse ambiente se localizam em tal-e-tal lugar, que tais-e-tais sons estão sendo produzidos e que algum cheiro característico pode ser sentido. Cedo ou tarde, entretanto, esse contato direto com o ambiente em torno de nós passa a não ser suficiente: ser também capaz de prever corretamente os eventos do mundo a nossa volta é muito mais vantajoso do que somente conhecer o mundo imediatamente a nossa volta. Se nós assumimos que ‘prever corretamente os eventos do mundo a nossa volta’ significa ‘conhecer proposições que descrevem o mundo não imediatamente acessível a nós’, então nós percebemos o quão importante são as maneiras com que nós podemos ampliar nosso corpo de conhecimento para além do corpo formado pelo conhecimento que nós obtemos através dos sentidos.

A forma mais segura de ampliarmos o nosso corpo de conhecimento sobre o mundo empírico é a de crermos na consequência lógica daquilo que nós já sabemos. Nós possuímos intuições muito fortes de que, se eu sei que  $p$  é o caso, se eu sei que  $p$  implica logicamente  $q$  e eu deduzo  $q$  de  $p$ , eu não posso deixar de saber que  $q$  é o caso. O mesmo apelo intuitivo não ocorre no caso da relação de apoio *indutivo* entre proposições: mesmo que se eu sei que  $p$ , sei que  $p$  torna provável a verdade da proposição de que  $q$  e eu creio que  $q$  com base em  $p$ , é perfeitamente possível que eu não saiba que  $q$  é o caso. Dois aspectos distinguem a primeira da segunda situação: o primeiro aspecto diz respeito ao tipo de relação existente entre as proposições em questão e o segundo diz respeito ao conceito de conhecimento.

A relação de implicação lógica existente entre proposições garante que, em toda situação em que a proposição implicadora é verdadeira, a proposição implicada também o é. A relação de apoio indutivo entre proposições não é tão forte quanto a relação de implicação lógica entre proposições: em pelo menos uma situação, a proposição que oferece apoio é verdadeira e a que recebe apoio é falsa.

Quanto ao conceito de conhecimento, para qualquer sujeito  $S$  e para toda proposição  $p$ ,  $S$  sabe que  $p$  só se  $p$  é verdadeira,  $S$  crê que  $p$  e  $S$  tem justificção para crer que  $p$ .<sup>1</sup>

Assim, o que distingue o caso onde nós buscamos ampliar o nosso corpo de conhecimento tendo como base raciocínio dedutivo do caso onde nós buscamos ampliar nosso conhecimento tendo como base raciocínio indutivo é o fato de que somente a primeira forma de se buscar ampliar o nosso corpo de conhecimento parece garantir que a proposição que se deseja incluir nesse corpo cumpra todas as condições necessárias acima apresentadas para que ela seja objeto de conhecimento para nós. Mesmo que o método indutivo garanta que nós cremos justificadamente na conclusão de um argumento cujas premissas são conhecidas por nós, esse método não pode garantir que a conclusão seja verdadeira e, portanto, não pode garantir que incluamos ao nosso corpo de conhecimento uma proposição conhecida.<sup>2</sup>

Independentemente de quais sejam as conseqüências que nós queiramos extrair da nossa constatação de que a conclusão de argumentos dedutivos é sempre objeto de conhecimento para nós – se nós conhecemos a(s) premissa(s) desse argumento e extraímos a

---

<sup>1</sup> Como sabemos, Gettier (1963) mostrou que essas três condições são *necessárias*, mas não conjuntamente *suficientes* para que  $S$  saiba que  $p$ .

<sup>2</sup> Uma das conseqüências dos exemplos apresentados por Gettier é a de que, em alguns casos específicos, nem raciocínio dedutivo é capaz de garantir isso. Por motivo de simplicidade na exposição, entretanto, nós consideraremos que os casos relevantes de expansão (ou não) do corpo de conhecimento são casos onde os fatores explorados por Gettier e que impedem a transmissão de conhecimento por raciocínio dedutivo não estão presentes.

conclusão dessa(s) premissa(s) –, nossa primeira reação a qualquer tentativa de contestação desse aparente fato provavelmente variaria entre o desdém e o ceticismo.<sup>3</sup>

Não obstante a *prima facie* implausibilidade de se negar esse aparente fato, os epistemólogos contemporâneos têm-se visto obrigados a considerar com todo cuidado argumentos aparentemente cogentes em favor do fracasso de algumas instâncias de raciocínios dedutivos em transmitir conhecimento desde premissas conhecidas até a conclusão extraída dessas premissas. Em particular, Fred Dretske chamou atenção para o fato de que um argumento popular em favor do ceticismo depende da tese de que conhecimento é sempre transmitido por implicação lógica conhecida.<sup>4</sup> Desde o trabalho pioneiro de Dretske, negar que conhecimento é sempre transmitido por raciocínios dedutivos passou a ser uma estratégia a ser considerada pelos teóricos que tentam refutar esse argumento cético.<sup>5</sup> O argumento cético relevante pode ser apresentado da seguinte forma. Primeiro, escolhe-se uma crença qualquer gerada pelos sentidos e que normalmente é considerada como conhecimento, por exemplo, a crença na proposição de que (*p*) há um computador na minha frente. Depois, o cético se encarrega de apresentar uma hipótese incompatível com a verdade de *p*, por exemplo, que (*sk*) eu sou um cérebro desencarnado sendo estimulado por computadores ultra modernos para ter sensações enganadoras sobre objetos que de fato não estão na minha presença. Ao perceber que *p* implica logicamente  $\sim sk$  e que, tanto quanto eu sei, a hipótese cética não pode ser descartada racionalmente por mim como não explicando adequadamente minhas sensações, eu sou constrangido a aceitar a conclusão cética de que eu não creio justificadamente (e, portanto, não sei) que há um computador diante de mim.

---

<sup>3</sup> Williamson (2000, p. 117 – 118) e Lawlor (2005), entre outros, enfatizam exemplarmente o papel fundamental da dedução na ampliação do nosso corpo de conhecimento.

<sup>4</sup> Dretske (1970) é tradicionalmente considerado como o primeiro que argumentou explicitamente contra esse princípio. No entanto, em um comentário (o comentário de número 1) ao *post* ‘Denials of closure’, de J. Kvanvig, no *weblog Certain Doubts*, Michael J. Shaffer sugeriu que o primeiro a questionar esse princípio foi Henry Kyburg. Cf. [http://fleetwood.baylor.edu/certain\\_doubts/?p=311#comments](http://fleetwood.baylor.edu/certain_doubts/?p=311#comments).

<sup>5</sup> Cf. Klein (1981, 1995 e 2004), Brueckner (1985 e 1994), Cohen (1988, 1998 e 1999) e Pritchard (2005).

Esquemáticamente (onde ‘ $Kxy$ ’ está para ‘ $x$  sabe que  $y$ ’, ‘ $sk$ ’ está para ‘hipótese cética’, ‘ $s$ ’ está para um sujeito qualquer, ‘ $p$ ’ está para uma proposição empírica ordinária qualquer, ‘ $\supset$ ’ está para ‘se  $x$ , então  $y$ ’ e ‘ $x \rightarrow y$ ’ está para ‘ $x$  implica logicamente  $y$ ’):

(AC)

1.  $[(Ksp \ \& \ Ks(p \rightarrow \sim sk)) \supset Ks\sim sk]$
2.  $\sim Ks\sim sk$
3.  $\sim Ksp$

O presente trabalho tem como foco central (AC) e as tentativas de refutação desse argumento o qual, a primeira vista, é cogente. O primeiro capítulo se encarregará de explicitar detalhadamente o papel desempenhado, na primeira premissa de (AC), pelo princípio segundo o qual conhecimento é transmitido por implicação lógica conhecida. Diferentes versões desse princípio serão analisadas e a versão mais plausível será defendida dos contra-exemplos propostos por Dretske e Robert Audi.<sup>6</sup> De acordo com a discussão proposta nesse capítulo, qualquer refutação de (AC) deve preservar o princípio utilizado pelo cético. Além de ser um dos princípios epistêmicos mais plausíveis de que temos notícia, nós veremos que os contra-exemplos sofrem de problemas próprios e que esses sugerem a razoabilidade de se manter o princípio. Ainda no primeiro capítulo, eu analisarei a relação desse princípio com o princípio de *sub-determinação*. Segundo o princípio de sub-determinação, se a evidência  $e$  que  $S$  possui para crer que  $p$  não favorece  $p$  em relação a uma hipótese incompatível  $q$ , então  $e$  não justifica a crença de  $S$  de que  $p$ . Nós veremos que esse princípio é capaz de motivar um argumento cético independente de (AC). Entretanto, veremos também que, apesar do princípio de sub-determinação e o princípio segundo o qual conhecimento é transmitido por implicação lógica conhecida não serem logicamente equivalentes, o último princípio implica o primeiro. Isso

---

<sup>6</sup> Dretske (1970) e Audi (1991).

nos diz que (AC) é um argumento cético mais poderoso do que o argumento cético que utiliza o princípio de sub-determinação e que a refutação do primeiro implica a refutação do segundo.

A partir do capítulo 2 eu discutirei as principais propostas de refutação de (AC). O capítulo 2 é dedicado a análise da refutação de (AC) proposta por Peter Klein.<sup>7</sup> Segundo Klein, se eu creio justificadamente que eu estou diante do computador e eu creio justificadamente que isso implica que eu não sou um cérebro em uma cuba, então eu creio justificadamente que eu não sou um cérebro em uma cuba independentemente de a fonte da minha justificação para que eu creia justificadamente que eu estou diante do computador ser ou não ser uma fonte adequada para a justificação da minha crença de que eu não sou um cérebro em uma cuba. Segundo Klein, o que importa para que eu tenha a proposição implicada como objeto de crença justificada é o fato de a proposição implicadora ser ou não objeto de crença justificada para mim e não se a fonte que é adequada para a justificação da crença na proposição implicadora também é adequada para a justificação da crença na implicada. (Por ser fiel, se não à letra, ao menos ao espírito da proposta de G. E. Moore<sup>8</sup> de refutação do ceticismo, eu chamarei a proposta de Klein de ‘a posição mooreana’.) Contudo, nós veremos que existem razões importantes para que duvidemos que a proposta de Klein atinge o objetivo ao qual ele se propõe.

No capítulo 3, eu analiso a teoria das alternativas relevantes de Fred Dretske.<sup>9</sup> Segundo Dretske, o cético está certo ao exigir que a evidência sobre a qual a crença em uma proposição está baseada deve eliminar todas as alternativas a essa proposição. Entretanto, o cético está enganado ao pensar que ‘todas’ se refere a toda e qualquer alternativa a proposição em questão: ao contrário do que o cético pensa, a nossa evidência em favor da crença de que  $p$

---

<sup>7</sup> Principalmente em Klein (1981 e 1995).

<sup>8</sup> Moore (2000).

<sup>9</sup> Dretske (1981 e 1981a).

deve eliminar apenas todas as alternativas *relevantes* à verdade de  $p$ . Após tentar estabelecer esse ponto, Dretske argumenta que hipóteses céticas como a de eu ser um cérebro em uma cuba não são alternativas relevantes à verdade de proposições empíricas ordinárias. Logo, conclui Dretske, ao contrário do que (AC) sugere, hipóteses céticas não são alternativas relevantes a verdade das proposições empíricas ordinárias e isso garante que nós não precisamos eliminar a hipótese cética para que possamos conhecer essas proposições.

Apesar de ser elegante e competentemente apresentada por Dretske, nós veremos que a teoria das alternativas relevantes não oferece explicação satisfatória para seu conceito-chave: nós veremos que a forma com que Dretske conceitua ‘alternativa relevante’ faz com que hipóteses céticas sejam artificialmente consideradas ‘alternativas irrelevantes’. A refutação do argumento cético proposta por Dretske deixa uma sensação clara de resolução *ad hoc* do ceticismo. Esse resultado da teoria de Dretske parece desaboná-la enquanto proposta de refutação do ceticismo.

No capítulo 4 eu trato da proposta contextualista de refutação do argumento cético. De acordo com o contextualismo, o valor-de-verdade de proposições que contêm expressões como ‘ $x$  sabe que  $y$ ’ e ‘ $x$  está justificado ao crer que  $y$ ’ depende de padrões estabelecidos pelo contexto em que essas proposições são asseridas. Por causa disso, tais proposições podem ter diferentes valores-de-verdade em contextos diferentes. ‘Contextos’, aqui, significa ‘contextos de avaliação’ (‘contexts of ascription’). Assim, o valor-de-verdade de uma proposição que contém o predicado do conhecimento ou da justificação depende da variação dos propósitos, intenções, expectativas, pressuposições etc., daqueles que asserem essas proposições ao avaliarem a situação epistêmica de algum sujeito. Essa postura teórica tem a consequência de que, dado um conjunto fixo de circunstâncias, um sujeito  $S$ , e uma proposição  $p$ , duas pessoas diferentes podem asserir que ‘ $S$  sabe que  $p$ ’, e apenas uma delas dizer algo verdadeiro. Pelas

mesmas razões, um sujeito pode asserir que ‘*S* sabe que *p*’ e outro asserir que ‘*S* não sabe que *p*’ (relativamente às mesmas circunstâncias) e ambos estarem falando a verdade.<sup>10</sup>

As teorias contextualistas de Stewart Cohen e de Keith DeRose são analisadas e a solução ao ceticismo proposta por elas é considerada insatisfatória. Nós veremos que as objeções ao contextualismo, mesmo que não-definitivas, são capazes de retirar boa parte da plausibilidade daquela explicação dos fenômenos epistêmicos em geral e do ceticismo em particular.

À guisa de conclusão, eu proponho que, apesar de deixarem a desejar, o contextualismo, a posição mooreana de Klein e a teoria das alternativas relevantes de Dretske ensinam lições importantes sobre como uma refutação de (AC) deve se comportar. Eu aponto, então, qual o saldo da discussão sobre essas teorias e ofereço o início de uma resposta a (AC) que é, eu espero, superior a todas as teorias discutidas.

---

<sup>10</sup> Cf. Cohen (1988, 1999 e 2000) e DeRose (1995 e 2005).

## 1. A ESTRUTURA DO ARGUMENTO CÉTICO

O ressurgimento vigoroso do tópico do ceticismo na literatura especializada em epistemologia deve-se em grande medida a clareza com que, desde os últimos trinta anos, diferentes argumentos céticos foram sendo identificados. A proliferação diária do número de reações ao ceticismo seria impensável se a posição filosófica do ceticismo não tivesse sido estabelecida claramente por um argumento cuja cogência depende somente da verdade de suas premissas.

O seguinte argumento é considerado a *forma canônica do argumento cético*<sup>1</sup> (onde ‘*S*’ está para qualquer sujeito, ‘*p*’ está para uma proposição qualquer sobre o mundo exterior e ‘*sk*’ está para uma proposição logicamente possível que é incompatível com *p* – uma ‘hipótese cética’ tal como a de que *S* é um cérebro em uma cuba sendo alimentado com experiências sensoriais que informam enganadoramente sobre o mundo exterior a *S*):

- (AC)            1. Se *S* sabe que *p*, então *S* sabe que  $\sim sk$ .
2. *S* não sabe que  $\sim sk$ .
- Logo, 3. *S* não sabe que *p*.

(AC) é um argumento válido, da forma *modus tollens*. A cogência de (AC) depende da sustentabilidade de dois princípios epistêmicos: a premissa 1 depende de uma versão adequada do *princípio de fechamento dedutivo*; a premissa 2 depende de uma versão adequada do *princípio de sub-determinação*. Admitindo-se a validade de (AC), restam apenas duas reações possíveis a (AC): ou aceitamos a sua conclusão ou mostramos que alguma das premissas é falsa e que, por isso, não precisamos aceitar a conclusão que elas buscam apoiar.

---

<sup>1</sup> Ver, entre outros, Brueckner (1985 e 1994), Cohen (1998), Klein (1981, 1995 e 2002), Vogel (2004) e Pritchard (2005).



A seguir, eu primeiro investigarei de que forma a premissa 1 de (AC) pode ser aceita com base na aceitação do princípio de fechamento. Em seguida eu verei de que forma a premissa 2 de (AC) pode ser defendida com base no princípio de sub-determinação. Em um terceiro momento será explicitada a relação entre os princípios que subjazem as premissas 1 e 2 de (AC). Por último, nós veremos as principais objeções à versão mais adequada do princípio de fechamento.

### *1.1 O princípio de fechamento*

Se nós aceitamos que a expressão ‘*S* sabe que *p*’ pode ser corretamente analisada como sendo equivalente à conjunção das expressões ‘*S* crê que *p*’, ‘*S* está justificado ao crer que *p*’, ‘*p* é o caso’ e ‘*S* não está em uma situação-de-tipo-Gettier’, então algumas das condições necessárias para que conhecimento seja transmitido através da relação de implicação lógica existente entre duas proposições ou entre um conjunto de proposições e uma proposição são de rápida identificação.<sup>2</sup>

Um princípio de *fechamento* é um princípio que expressa que, se um agente está em alguma relação epistêmica com uma proposição, por exemplo, a relação de crer justificadamente que essa proposição é o caso, então esse agente também está nessa mesma relação epistêmica com outras proposições conectadas de uma forma específica a primeira proposição. Essa relação epistêmica é, então, dita ‘fechada’ sob essa conexão especificada. Assim, o princípio de fechamento *dedutivo* que irá nos interessar ao longo desse ensaio expressa o fechamento da relação epistêmica da justificação quando duas proposições estão conectadas através da relação de implicação lógica.

---

<sup>2</sup> Para uma discussão do princípio de fechamento aplicado a casos onde um conjunto de proposições implica uma proposição, ver, entre outros, Hawthorne (2004) e Williamson (2000). Para uma discussão, a qual eu não perseguirei no presente trabalho, sobre problemas comuns as ambas versões do princípio de fechamento, ver o *post* de Keith DeRose ‘Failures of single-premise closure? The “just barely” problem’ ([http://fleetwood.baylor.edu/certain\\_doubts/?p=38](http://fleetwood.baylor.edu/certain_doubts/?p=38)) no *weblog Certain Doubts*.

Assim, nós podemos reescrever (AC) substituindo a relação expressa por ‘*x* sabe que *y*’ pela relação ‘*x* está justificado ao crer que *y*’ da seguinte forma:

- (AC\*)
1. Se *S* está justificado ao crer que *p*, então *S* está justificado ao crer que  $\sim sk$ .
  2. *S* não está justificado ao crer que  $\sim sk$ .
- Logo, 3. *S* não está justificado ao crer que *p*.

A verdade da conclusão de (AC\*) implica logicamente a verdade da conclusão de (AC), dada a análise do conceito de conhecimento. Da mesma forma, se os princípios de fechamento e de sub-determinação que são expressos utilizando a relação ‘*x* está justificado ao crer que *y*’ mostrarem-se falsos, a versão desses princípios que utiliza a relação ‘*x* sabe que *y*’ também deve sê-lo.<sup>3</sup> Nesse sentido, ao discutirmos a sustentabilidade dos princípios de fechamento e sub-determinação expressos com a relação epistêmica da justificação estaremos determinando a sustentabilidade da versão desse princípio que é expresso utilizando a relação epistêmica do conhecimento.

O objetivo da presente seção é o de, primeiro, encontrar uma versão do princípio de fechamento que satisfaça todas as condições que esse princípio deve razoavelmente ser capaz de satisfazer e, segundo, o de construir uma versão do argumento canônico para o ceticismo que emprega a versão mais satisfatória desse princípio.

Considere a seguinte versão do princípio de fechamento (Durante toda a seção ‘*Jsx*’ significa ‘*S* está justificado ao crer que *x*’ e ‘*Bsx*’ significa ‘*S* crê que *x*’.):

$$(PF1) \quad \Box(\forall p)(\forall s)(\forall q)[(Jsp \ \& \ (p \rightarrow q)) \supset Jsq]$$

---

<sup>3</sup> Brueckner (2004).

(PF1) diz que, necessariamente, para toda proposição  $p$ , todo sujeito  $S$  e toda proposição  $q$ , se  $S$  está justificado ao crer que  $p$  e  $p$  implica  $q$ , então  $S$  está justificado ao crer que  $q$ .

A suposição de que  $p$  implica logicamente  $\sim sk$ , permite que vejamos que a premissa 1 de (AC\*) é uma instância de (PF1). Entretanto, (PF1) é uma versão falsa do princípio de fechamento devido a pelo menos duas razões. Primeiro, já que, se  $S$  está justificado ao crer que  $p$ , então  $S$  crê que  $p$ , (PF1) implica que todo sujeito  $S$  crê em toda consequência necessária daquilo que ele já crê e isso é, para dizer o mínimo, implausível. Infinitas proposições são implicadas logicamente por aquilo que já cremos, o que torna impossível que criaturas como nós venhamos a crer em todas as proposições implicadas por aquelas que já cremos. Segundo, assumamos que  $S$  de fato creia que  $q$ . Assumamos também que  $q$  é uma verdade necessária. Verdades necessárias são implicadas por qualquer proposição. Logo, segundo (PF1), qualquer sujeito  $S$  está justificado ao crer na verdade de qualquer verdade necessária contanto que  $S$  possua pelo menos uma única crença justificada. Essa consequência de (PF1) é evidentemente inaceitável. Embora a crença em uma proposição necessariamente verdadeira não possa falhar em ter como objeto uma proposição verdadeira, isso não parece bastar para que essa crença seja corretamente considerada como justificada:  $S$  pode crer que  $q$ ,  $q$  é uma verdade necessária, mas  $S$  crê que  $q$  com base em péssimas razões (p.ex.,  $S$  crê que  $q$  com base na leitura de folhas de chá); ou, ainda,  $S$  pode crer que  $q$  mesmo diante de forte evidência (enganadora) de que  $q$  é falsa, evidência essa que  $S$  não é capaz de anular.<sup>4</sup>

Embora (PF1) figure na forma canônica do argumento cético, os autores geralmente fazem as restrições necessárias para que se evite a interpretação da premissa 1 desse

---

<sup>4</sup> Mais abaixo nós veremos que Klein (1981, 1995, 2002 e 2004) pretende que (PF1) seja sustentável se nós aceitamos algumas restrições que ele julga razoáveis. Nós alegaremos que a estratégia de Klein é insustentável devido a problemas apresentados por Brueckner (2000).

argumento como uma instância de (PF1).<sup>5</sup> No presente ensaio, eu reescreverei o argumento cético assim que o princípio geral, do qual a premissa 1 de (AC\*) é uma instância, puder ser razoavelmente considerado como sustentável sob análise.

Diante dos problemas mencionados, um primeiro refinamento natural de (PF1) parece ser a de incluir a condição de que *S* note a relação de implicação existente entre *p* e *q*. O acréscimo dessa condição em (PF1) nos traz o seguinte princípio:

$$(PF2) \quad \Box(\forall p)(\forall s)(\forall q)[(Jsp \ \& \ Bs(p \rightarrow q)) \supset Jsq]$$

Apesar de (PF2) acrescentar a exigência que *S* note a relação de implicação existente entre *p* e *q* ao exigir que *S* creia nessa relação, esse princípio também sofre com problemas. Por um lado, *S* pode não crer que *q* é o caso mesmo que ele creia que *p* e que *p* implica *q*: *S* pode simplesmente não ter realizado a inferência. Por outro lado, considere que esse problema não ocorre e que *S* crê justificadamente que *p*, crê que (*p* → *q*) e crê que *q*. Ainda assim, para satisfazer (PF2), *S* precisa ter justificção para crer que *q* e não somente crer que *q* é o caso. Parece claramente possível que *S* tenha justificção para crer que *p*, que *S* creia que (*p* → *q*), mas que ela creia que *q* com base em péssimas razões e, por isso, que ela não tenha justificção para crer que *q*. Além disso, outra razão para que se creia que (PF2) não é um princípio satisfatório é a de que *S* pode crer que (*p* → *q*) é o caso através de algum método extremamente inconfiável: *S* pode crer que (*p* → *q*) unicamente porque ele ouviu isso de um colega que ‘recebe’ espíritos e que em uma sessão espírita específica alega ter ‘recebido’ o espírito de um filósofo importante que teria afirmado à ele que (*p* → *q*).<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Brueckner (1985 e 1994) e Vogel (1990 e 2004) são exemplos dessa prática.

<sup>6</sup> David e Warfield (vindouro).

A próxima versão do princípio de fechamento que parece mais promissora é a seguinte:<sup>7</sup>

$$(PF3) \quad \Box(\forall p)(\forall s)(\forall q)[(Jsp \ \& \ Ks(p \rightarrow q)) \supset Jsq]$$

Se nós deixamos ‘ $Kxy$ ’ significar ‘ $x$  sabe que  $y$ ’, então (PF3) nos diz que  $S$  está justificado ao crer que  $q$  se  $S$  está justificado ao crer que  $p$  e se  $S$  sabe que  $(p \rightarrow q)$ . (PF3) é sem dúvida a versão do princípio de fechamento mais discutida na literatura epistemológica e, dado que ele exige que o sujeito saiba que a relação de implicação existe entre  $p$  e  $q$ , essa versão do princípio é tomada como a versão que descreve em que situações justificação é transmitida através de implicação lógica *conhecida*. Todavia, apesar de ser a versão de (PF) para justificação mais discutida, (PF3) é claramente uma versão insatisfatória desse princípio.<sup>8</sup>

(PF3) enfrenta dois problemas os quais também afligem (PF2). Um problema com (PF3) é o de que parece claramente possível que  $S$  esteja justificado ao crer que  $p$ , que  $S$  saiba que  $p$  implica  $q$ , mas que, por não ter realizado a inferência,  $S$  não creia que  $q$ . Parece razoável pensar que eu possa estar justificado ao crer que  $x$  é um réptil, saber que, se  $x$  é um réptil, então  $x$  não tem participado como debatedor de discussões sobre arte contemporânea, sem que, normalmente, eu venha a realizar a inferência de que  $x$  não tem participado como debatedor de discussões sobre arte contemporânea.

Outro problema enfrentado por (PF3) é o de que parece possível que  $S$  satisfaça as condições expressas no antecedente de (PF3), que  $S$  creia que  $q$  e que  $S$  não esteja justificado

<sup>7</sup> Apesar da versão que mais naturalmente parece suceder (PF2) ser aquela que requer que o sujeito tenha justificação para crer que  $\Box(p \rightarrow q)$ , eu não discutirei esse princípio no presente trabalho. Cabe apenas salientar que ele sofre de problemas similares aos dois primeiros apresentados em relação a (PF2). Para uma (e talvez única) discussão (e condenação) da versão de (PF) que exige crença justificada na implicação existente entre  $p$  e  $q$ , ver Hales (1995, p. 186).

<sup>8</sup> Cohen, Nozick e Vogel estão entre os epistemólogos que, ao discutirem a versão do argumento cético com base em (PF), utilizam (PF3) e apenas mencionam que ele precisa de modificações para se tornar imune a contra-exemplos. Ver Cohen (1999), Nozick (1981) e Vogel (1990).

ao crer que  $q$  – contrariando o que diz o conseqüente de (PF3). Suponha, por exemplo, a situação onde  $S$  está justificado ao crer que  $x$  é um réptil,  $S$  sabe que, se  $(p)$   $x$  é um réptil, então  $(q)$   $x$  não tem participado como debatedor de discussões sobre arte contemporânea e, suponha, ainda, que  $S$  crê que  $q$  não com base em  $p$  e  $(p \rightarrow q)$ , mas, sim, com base no depoimento de parentes já mortos e que lhe aparecem em sonhos.

Todas as versões de (PF) que nós vimos até agora possuem um problema em comum: nenhum desses princípios garante que  $S$  creia na proposição implicada. Uma estratégia óbvia para que possamos fugir desse problema é a de exigirmos que  $S$  creia que  $q$ . Uma primeira versão de (PF) que incorpora essa mudança pode ser expressa da seguinte forma:

$$(PF4) \square(\forall p)(\forall s)(\forall q)[(Jsp \ \& \ (Ks(p \rightarrow q) \ \& \ Bs q)) \supset Jsq]$$

Embora (PF4) evite que  $S$  não creia que  $q$ , esse princípio é vítima de um problema que também prejudicava as outras versões do princípio. O princípio não diz nada sobre a qualidade das razões sobre as quais a crença de que  $q$  está baseada. Assim como (PF4) é apresentado, é possível que  $S$  creia que  $p$ , saiba que  $(p \rightarrow q)$ , mas creia que  $q$  com base em razões que não permitem que  $S$  esteja justificado ao crer que  $q$ . Parece possível, por exemplo, que eu esteja justificado ao crer que há 9 pessoas na sala (eu acabei de contar todas as pessoas na sala e a contagem acabou na nona pessoa), que eu saiba que isso implica que há pelo menos 7 pessoas na sala e que eu creia que há pelo menos 7 pessoas na sala não por causa de uma inferência que eu realizei desde minha outras duas crenças mas porque eu *sempre* creio que há pelo menos 7 pessoas na sala – mesmo quando eu as conto e a contagem acaba na quinta pessoa.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> O exemplo é de David e Warfield (vindouro, p. 13).

A reação mais óbvia em resposta ao problema apresentado por (PF4) é o de incluirmos uma cláusula que exige que a crença na proposição implicada esteja adequadamente baseada.

(PF5)

$$\Box(\forall p)(\forall s)(\forall q)[(Jsp \ \& \ (Ks(p \rightarrow q) \ \& \ Bs q \text{ com base na dedução desde } p \text{ e } (p \rightarrow q))) \supset Jsq]$$

(PF5) é claramente imune aos problemas que assolavam as versões anteriores desse princípio. Em relação a cláusula que exige que a crença na proposição implicada esteja adequadamente baseada, eu não pretendo, no presente trabalho, oferecer uma análise detalhada dessa exigência. Entretanto, além de sua plausibilidade e do fato de ela dar conta do problema enfrentado pelas outras versões, algumas considerações sobre outros efeitos causados pela inclusão dessa cláusula parecem oportunas.

Primeiro, a expressão ‘ $Bsq$  com base na dedução desde  $p$  e  $(p \rightarrow q)$ ’ parece ambígua. Ela parece permitir pelo menos duas interpretações igualmente plausíveis e que implicam duas posturas diferentes sobre que tipo de crenças (PF) espera que  $S$  mantenha.<sup>10</sup> Essa expressão pode ser compreendida, de forma distinta, assim como (i) e (ii) sugerem:

(i)  $S$  crê que  $q$ ,  $S$  crê que  $p$ ,  $S$  crê que  $(p \rightarrow q)$  e  $S$  crê que  $q$  com base na dedução desde sua crença de que  $p$  junto com a sua crença de que  $(p \rightarrow q)$ .

(ii)  $S$  crê que  $q$ ,  $S$  crê que  $(p \ \& \ (p \rightarrow q))$  e  $S$  crê que  $q$  com base na dedução desde sua crença de que  $(p \ \& \ (p \rightarrow q))$ .

---

<sup>10</sup> David e Warfield (vindouro, p. 14).

A interpretação (ii) da cláusula que exige que a crença na proposição implicada esteja adequadamente baseada parece exigir de  $S$  mais do que (PF5) sugere. Essa interpretação sugere que  $S$  possui, além da sua crença de que  $p$  e da sua crença de que  $(p \rightarrow q)$ , uma terceira crença que tem como objeto a conjunção do conteúdo proposicional das outras duas. A interpretação (i) atribui apenas as duas crenças com as quais o antecedente de (PF5) explicitamente já compromete  $S$ : as crenças de que  $p$  e de que  $(p \rightarrow q)$ . Essa interpretação não atribui ao sujeito uma terceira crença cujo conteúdo é a conjunção do conteúdo das outras duas crenças. Assim, também do ponto de vista de uma concepção de inferência dedutiva (i) sugere que  $S$  deriva  $q$  com menos *esforço cognitivo* ao não sugerir que  $S$  deva crer na conjunção do conteúdo de suas crenças-premisas antes de inferir a sua crença-conclusão. Eu optarei, portanto, pela interpretação (i) da cláusula que exige que  $S$  baseie adequadamente a sua crença na proposição implicada.<sup>11</sup>

A cláusula que exige que a crença de  $S$  na proposição implicada esteja adequadamente baseada distingue (PF5) das outras versões do princípio da seguinte maneira. As versões de (PF) anteriores a (PF5) são intuitivamente entendidas como fazendo alegações *sincrônicas* a respeito da transmissão de justificação: as versões de 1 a 4 de (PF) dizem que  $S$  está justificado ao crer que  $q$  em um tempo  $t$  somente se  $S$  satisfaz certas condições em  $t$ . (PF5), por outro lado, parece ser uma versão *diacrônica* desse princípio: para que  $S$  esteja justificado ao crer que  $q$  em  $t$ , segundo (PF5),  $S$  precisa inferir  $q$  da crença na proposição implicada e da crença na proposição que expressa a relação de implicação e isso, por sua vez, implica em um tempo anterior a  $t$  onde  $S$  ainda não mantinha a crença de que  $q$ .

Dado que as reservas teóricas dos autores em endossar (PF3) fazem com que essa versão de (PF) assemelhe-se com (PF5), essa última versão de (PF) pode ser razoavelmente

---

<sup>11</sup> Assim como David e Warfield (vindouro, p.14).



considerado como a mais discutida hoje em dia na literatura epistemológica.<sup>12</sup> Além disso, (PF5), exceto talvez pela razão apresentada a seguir, parece obviamente verdadeiro. Embora a dúvida levantada contra (PF5) por Ted Warfield e Marian David pareça ser capaz de destituir (PF5) do caráter de princípio auto-evidente, ela não é forte o bastante para, segundo os próprios epistemólogos, fazer com que seja razoável pensar que (PF5) é falso.<sup>13</sup> Exemplos como o seguinte, os quais exploram casos de crenças epistemicamente *sobre-determinadas* ('overdetermined'), parecem falar contra (PF5).<sup>14</sup>

Suponha que eu sou um lógico cuidadoso e que, sempre que eu posso, eu produzo duas provas diferentes de cada teorema que eu deduzo. Em uma determinada ocasião eu deduzo (corretamente, de acordo com (PF5)) um teorema, *T*, desde premissas que são objeto de conhecimento para mim. Em outra ocasião eu deduzo *T* desde premissas incorretas. Posso eu ser considerado como estando justificado ao crer que *T*? Intuitivamente, parece que quanto maior o número de provas 'enganadoras' de *T* em relação ao número provas 'não-enganadoras' de *T*, maior a nossa inclinação em dizer que eu não estou justificado ao crer que *T*.

Uma resposta a essa objeção a (PF5) parece depender, em maior ou menor extensão, de uma caracterização mais precisa do que venha a ser uma relação adequada de embasamento. Parece razoável pensar que o fato de se uma determinada crença *c* estar ou não justificada dependa, em parte, da satisfação ou não de alguns contrafactuais. Esses contrafactuais expressam, por sua vez, qual a atitude epistêmica que o sujeito iria manter caso a base sobre a qual essa atitude devesse restar fosse diferente daquela que subjaz a atitude que o sujeito de fato mantém.

---

<sup>12</sup> Mesmo quando não expresso nos mesmos termos, versões equivalentes a (PF5) podem ser encontradas em um grande número de textos que discutem esse princípio e/ou o argumento cético que utiliza esse princípio. Ver, por exemplo, Gettier (1963), Hales (1995), Williamson (2000), Hawthorne (2004) e Lawlor (2005).

<sup>13</sup> David e Warfield (vindouro, p. 17).

<sup>14</sup> David e Warfield (vindouro, p. 15 – 16).

Embora reconheça a importância de objeções como a apresentada acima, eu seguirei a prática corrente e considerarei que a versão mais plausível do princípio de fechamento é de fato (PF5).<sup>15</sup> No que segue, eu apresentarei o argumento cético que utiliza uma instância de (PF5) e em toda discussão subsequente, quando não sinalizado o contrário, eu farei referência a (PF5) toda a vez que eu falar de (PF).

Agora, podemos reescrever (AC\*), à luz da discussão acima sobre (PF), da seguinte forma:

- (AC\*\*) 1. Se  $S$  está justificado ao crer que  $p$ , se  $S$  sabe que  $(p \rightarrow \sim sk)$  e se  $S$  crê que  $\sim sk$  com base na dedução desde  $p$  e  $(p \rightarrow \sim sk)$ , então  $S$  está justificado ao crer que  $\sim sk$ .
2.  $S$  não está justificado ao crer que  $\sim sk$ .

De 1 e 2 o cético infere que

3.  $\sim((S$  está justificado ao crer que  $p$  &  $S$  sabe que  $p$  implica  $\sim sk$ ) &  $S$  crê que  $\sim sk$  com base na dedução desde  $p$  e  $(p \rightarrow q))$ .

E, já que 3 é logicamente equivalente a uma disjunção onde cada um dos disjuntos encontra-se negado e, ainda, já que o cético aceita, junto com o não-cético, que  $S$  sabe que  $p$  implica  $\sim sk$  e que  $S$  crê que  $\sim sk$  com base na dedução desde  $p$  e  $(p \rightarrow \sim sk)$ , o cético pode concluir que

Logo, 4.  $S$  não está justificado ao crer que  $p$ .

---

<sup>15</sup> Para outras considerações sobre (PF), além das aqui tratadas, ver o *post* de J. Kvanvig ‘The closure mess’ no *weblog Certain Doubts*. O endereço é [http://fleetwood.baylor.edu/certain\\_doubts/?p=347#comments](http://fleetwood.baylor.edu/certain_doubts/?p=347#comments).

Passemos agora à análise do princípio do qual o cético faz uso ao propor a premissa 2 de (AC\*\*).

### *1.2 O princípio de sub-determinação*

Um sub-argumento para a premissa 2, de que  $S$  não está justificado ao crer que  $\sim sk$ , segue naturalmente a seguinte linha.<sup>16</sup> Como  $S$  poderia ser considerado como crendo justificadamente que  $p$  se a evidência sobre a qual a sua crença de que  $p$  está baseada não favorece essa proposição em relação a uma proposição,  $q$ , incompatível com  $p$ ? Dito de outra forma:  $S$  não parece crer justificadamente que  $p$  se a evidência sobre a qual a sua crença de que  $p$  está baseada é igualmente adequada para basear a proposição de que  $q$ , que é incompatível com  $p$ . Se, por exemplo, minha evidência  $e$  para a crença de que ( $p$ ) eu estou agora diante de meu computador não é capaz de favorecer  $p$  em detrimento da proposição incompatível de que ( $q$ ) eu estou agora em uma nave alienígena, em coma induzido, sendo vítima de experimentos ultra-avançados e que me levam a crer que eu estou diante do meu computador, quando de fato eu não estou, então é difícil pensar que  $e$  possa justificar a crença de que  $p$  para mim.

O cético é normalmente tomado como generalizando esse sub-argumento e alegando que a evidência que nós possuímos para nossas crenças ordinárias sobre o mundo exterior (evidência, em grande parte, perceptual) não é capaz de favorecer essas crenças em relação a hipóteses céticas (como aquela da abdução alienígena) e, por isso, essa evidência não é capaz de justificar as nossas crenças ordinárias sobre o mundo exterior.

O sub-argumento cético para a premissa 2 de (AC\*\*) parece fazer uso da seguinte versão do *princípio de sub-determinação*:

---

<sup>16</sup> Cf., entre outros, Brueckner (1994, p. 828 – 830) e Pritchard (2005, p. 39 – 40).

(PS1)  $\Box(\forall p)(\forall s)(\forall q)$  (Se a evidência  $e$  que  $S$  possui para crer que  $p$  não favorece  $p$  em relação a uma hipótese incompatível  $q$ , então  $e$  não justifica a crença de  $S$  de que  $p$ ).

Segundo (PS1),  $S$  não está justificado ao crer que  $\sim sk$  (que ele não é um cérebro em uma cuba o qual é alimentado com experiências sensoriais enganadoras sobre um mundo exterior que não corresponde ao seu entorno), pois a sua evidência  $e$  sobre a qual a crença de que  $p$  (de que  $S$  possui duas mãos) está baseada não é capaz de favorecer a crença de  $S$  de que  $p$  em relação a hipótese incompatível  $sk$ .

Contra (PS1) a seguinte acusação poderia ser feita.<sup>17</sup> Poder-se-ia argumentar que experiências justificam crenças perceptuais (crenças com conteúdos semelhantes ao de que há uma árvore lá fora) sem que elas forneçam evidência ou razões para essas crenças. O problema de se pensar que crenças perceptuais são baseadas em evidências ou razões, argumenta o objetor, é o de que essa forma de se pensar justificação torna toda crença perceptual em uma crença baseada em outra crença, pois ‘evidência’ e ‘razão’ são tradicionalmente entendidas como implicando ‘crença’. Assim, segundo aquele que desafia a sustentabilidade de (PS1), o cético, ao endossar (PS1), estaria se comprometendo com a tese de que crenças perceptuais são sempre baseadas sobre outras crenças, e não diretamente sobre a experiência perceptual. Nesse sentido, poder-se-ia argumentar que crenças perceptuais de seres humanos não precisam estar baseadas sobre outras crenças para que elas estejam justificadas, crenças perceptuais podem ser justificadas para nós ao estarem baseadas diretamente sobre as experiências perceptuais, pois essas possuem conteúdo não-proposicional capaz de realizar a tarefa justificatória.

---

<sup>17</sup> Brueckner (vindouro).

Embora essas críticas a (PS1) *possam* ser suficientes para que nós não aceitemos essa versão do princípio de sub-determinação, nada parece impedir que o cético reformule esse princípio e torne-o imune a essas críticas da seguinte forma:

(PS2)  $\Box(\forall p)(\forall s)(\forall q)$  (Se o suposto justificador de  $S$  para  $p$  não favorece  $p$  em relação a uma hipótese incompatível  $q$ , então  $S$  não está justificado ao crer que  $p$ ).

Agora, parece que o cético pode sustentar que  $S$  não está justificado ao crer que  $\sim sk$ , como afirma a premissa 2 de (AC\*\*), sem que o sub-argumento em favor dessa alegação dependa de uma versão do princípio de sub-determinação que assuma qualquer tese específica sobre como crenças perceptuais podem estar justificadas.<sup>18</sup> Segundo (PS2), qualquer que seja o justificador de  $S$  em favor da sua crença de que ele tem duas mãos, se esse justificador não for capaz de favorecer essa proposição em relação a proposição incompatível de que  $S$  é um cérebro em uma cuba sendo alimentado com informações enganadoras sobre a constituição de seu (inexistente) corpo, então  $S$  não está justificado ao crer que ele tem duas mãos – ou sequer uma!

De agora em diante, sempre que eu fizer referência ao princípio de sub-determinação (PS) eu terei em mente a segunda versão desse princípio – (PS2). Entretanto, uma vez colocado de lado essa pretensa objeção a (PS1), ao fazer referência explícita a esse princípio eu utilizarei a expressão ‘... é evidência para ...’, por ela tornar a exposição mais natural.

### *1.3 Sub-determinação e fechamento dedutivo*

Pelo que foi dito até aqui, se poderia pensar que os princípios de sub-determinação e de fechamento dedutivo são logicamente independentes um do outro. Esta seção se encarregará

---

<sup>18</sup> Brueckner (vindouro).

de mostrar que, apesar dessa aparência superficial, os dois princípios estão importantemente relacionados.

Para que nós possamos acessar a relação entre esses dois princípios, considere novamente a seguinte versão de (PF) apresentada acima:

$$(PF3) \quad \Box(\forall p)(\forall s)(\forall q)[(Jsp \ \& \ Ks(p \rightarrow q)) \supset Jsq]$$

Como nós vimos, essa versão de (PF) parece falsa se nós consideramos que  $S$  pode crer que  $p$ ,  $p$  pode implicar  $q$  e mesmo assim  $S$  pode não estar justificado ao crer que  $q$  pois, ou  $S$  sequer formou a crença de que  $q$  ou, por exemplo,  $S$  crê que  $q$  com base em fofocas e não com base na sua crença de que  $p$  e na relação de implicação existente entre  $p$  e  $q$ . Por outro lado, se nós entendemos a relação  $Jxy$  como ‘ $x$  tem justificação para crer que  $y$ ’ e se nós entendemos que essa relação não implica que  $x$  de fato creia que  $y$ , então essa versão de (PF) parece ser sustentável.<sup>19</sup> Quando entendida dessa forma, a relação da justificação é denominada de *justificação proposicional*. Essa maneira de entendermos justificação pode ser explicitada da seguinte forma:

Se  $S$  tem *justificação proposicional* para crer que  $p$ , então  $S$  possui um justificador  $j$  que é tal que, tudo o mais se mantendo igual, se  $S$  viesse a crer que  $p$  com base em  $j$ , a crença de que  $p$  seria provavelmente verdadeira para  $S$ .<sup>20</sup>

Se nós lemos (PF3) à luz da noção de justificação proposicional oferecida, então fica claro de que maneira  $S$  tem justificação para crer que  $q$ :  $S$  tem um justificador  $j$  (a sua crença de que  $p$  e o seu item de conhecimento ( $p \rightarrow q$ )) que é tal que, tudo o mais se mantendo igual,

---

<sup>19</sup> Brueckner (1985 e 1994), Cohen (1998) e Klein (1981, 1999 e 2004).

<sup>20</sup> Embora esse não seja o lugar para eu me estender sobre os detalhes dessa explicitação e da explicitação da noção de *justificação doxástica*, que aparecerá a seguir, cabe salientar que a relação de *justificação proposicional* aqui apresentada é equivalente aquela apresentada por Klein (1999) e Audi (1991a).

se  $S$  viesse a crer que  $p$  com base em  $j$ , a crença de que  $p$  seria provavelmente verdadeira para  $S$ .

A noção de justificação que estava em jogo quando consideramos (PF3) falso e que contrasta com a noção de justificação proposicional é a noção de *justificação doxástica*:

Se  $S$  tem *justificação doxástica* para crer que  $p$ , então  $S$  possui um justificador  $j$  que é tal que  $S$  crê que  $p$  com base em  $j$  e a crença de que  $p$  é provavelmente verdadeira para  $S$ .

Com a noção de justificação doxástica em mente, fica claro por que (PF3) acima é falsa: mesmo que  $S$  saiba que  $p$  e que  $S$  esteja justificado ao crer que  $(p \rightarrow q)$ , nada garante que  $S$  creia que  $q$  ou que, mesmo que  $S$  creia que  $q$ , que  $S$  creia que  $q$  com base no justificador de  $q$ ,  $p$  e  $(p \rightarrow q)$ . Portanto, mesmo que  $S$  tenha justificação proposicional para crer que  $q$ ,  $S$  pode não ter justificação doxástica para crer que  $q$ .

Nós iremos acessar a relação entre o princípio de fechamento e o princípio de sub-determinação tendo em mente a noção de justificação proposicional.<sup>21</sup> Se nós temos em mente essa interpretação da relação de justificação, nós podemos interpretar a primeira premissa do argumento cético como apelando a uma instância de (PF3), onde o fato de  $S$  ter a relação de implicação como objeto de conhecimento fica, para simplificar, implícita.

1. Se  $S$  tem justificação para crer que  $p$ , então  $S$  tem justificação para crer que  $\sim sk$ .

Se nós entendemos o princípio de sub-determinação como fazendo uso da noção de justificação proposicional, a segunda premissa do argumento cético pode ser expressa fazendo-se uso explícito desse princípio:

---

<sup>21</sup> Assim como Brueckner (1994) e Cohen (1998) o fazem.

2. Se a evidência de  $S$  para  $p$  não favorece  $\sim sk$  em relação a  $sk$ , então  $S$  não tem justificção para crer que  $\sim sk$ .

O terceiro passo do argumento é a premissa de que

3. A evidência de  $S$  para  $p$  não favorece  $\sim sk$  em relação a  $sk$ .

De 2 e 3 segue-se, por *modus ponens*, que

4.  $S$  não tem justificção para crer que  $\sim sk$ .

De 1 e 4 segue-se, por *modus tollens*, que

5. Não é o caso de que  $S$  tem justificção para crer que  $p$ .

Anthony Brueckner aponta para o fato de que esse argumento pode ser substituído por dois argumentos céticos diferentes que utilizam, cada um deles, apenas um dos dois princípios.<sup>22</sup> O argumento cético que utiliza somente o princípio de sub-determinação pode ser apresentado da seguinte forma:

1. Se a evidência de  $S$  para  $p$  não favorece  $p$  em relação a  $sk$ , então a evidência de  $S$  para  $p$  não justifica  $p$ .

2. A evidência de  $S$  para  $p$  não favorece  $p$  em relação a  $sk$ .

3. A evidência de  $S$  para  $p$  não justifica  $p$ .

---

<sup>22</sup> Brueckner (1994, p. 833).



4.  $S$  não tem justificção para crer que  $p$ .

O argumento cético que utiliza (PF3) pode ser apresentado da seguinte forma:

1. Se  $S$  tem justificção para crer que  $p$ , então  $S$  tem justificção para crer que  $\sim sk$ .
2. Não é o caso de que  $S$  tem justificção para crer que  $\sim sk$ .
3. Não é o caso que  $S$  tem justificção para crer que  $p$ .

Como esses dois argumentos podem visivelmente motivar independentemente o ceticismo quanto ao conhecimento empírico, uma análise da relação lógica entre (PF3) e o princípio de sub-determinação (PS2) é capaz de nos dizer se ambos os argumentos precisam ser refutados para que refutemos o ceticismo ou se, ao refutarmos algum dos dois argumentos, estaremos refutando ambos. A primeira dessas situações é aquela onde (PF3) e (PS2) são logicamente independentes. A segunda situação ocorre se esses princípios são logicamente equivalentes ou se algum deles implica o outro sem que o outro implique o um.

Como Stewart Cohen mostrou, (PF3) implica (PS2), mas (PS2) não implica (PF3).<sup>23</sup> Para que vejamos como, consideremos dois princípios equivalentes a (PS2) e a (PF3), respectivamente:<sup>24</sup>

(PS2')  $\square(\forall p)(\forall s)(\forall q)$  Se a evidência de  $S$  justifica  $p$ , e  $p$  e  $q$  são incompatíveis, então a evidência de  $S$  favorece  $p$  em relação a  $q$ .

(PF3')  $\square(\forall p)(\forall s)(\forall q)$  Se a evidência de  $S$  justifica  $p$ , e  $p$  e  $q$  são incompatíveis, então a evidência de  $S$  justifica  $\sim q$ .

---

<sup>23</sup> Cohen (1998).

<sup>24</sup> Brueckner (1994).

A demonstração de que (PF3) implica (PS2) ocorre ao derivarmos o conseqüente de (PS2') de (PF3') e do antecedente de (PS2').<sup>25</sup>

1. Se a evidência de  $S$  justifica  $p$ , e  $p$  e  $q$  são incompatíveis, então a evidência de  $S$  justifica  $\sim q$ . [(PF3')]
2. A evidência de  $S$  justifica  $p$ , e  $p$  e  $q$  são incompatíveis. [antecedente de (PS2')]
3. A evidência de  $S$  justifica  $\sim q$ . [de 1 e 2]
4. A evidência de  $S$  justifica  $p$  e a evidência de  $S$  justifica  $\sim q$ . [de 2 e 3]
5. A evidência de  $S$  favorece  $p$  em relação a  $q$ . [de 4]

Portanto, em conseqüência do fato de que (PF) implica logicamente (PS), mas o contrário não se dá, o argumento que utiliza (PS) é refutado ao refutarmos (PF), mas o argumento que utiliza (PF) não é refutado se refutamos (PS).<sup>26</sup>

#### 1.4 *Contra-exemplos a (PF)*

Alguns epistemólogos argumentaram diretamente contra a necessidade de qualquer versão do princípio de fechamento. Em alguns casos esses argumentos contra (PF) visam barrar o argumento cético, em outros casos a não-sustentabilidade de (PF) surge como conseqüência de uma concepção específica de conhecimento e justificação. Na presente seção nós veremos os dois exemplos mais discutidos contra (PF) oferecidos por Fred Dretske e Robert Audi. Veremos também como a concepção de conhecimento proposicional de Robert Nozick implica a falsidade de (PF).

---

<sup>25</sup> Brueckner (1994, nota 7).

<sup>26</sup> Para a prova de que (PS) não implica (PF), ver Cohen (1998, p. 151 – 152).

Em seu artigo *Epistemic operators*, Fred Dretske colocou em xeque a plausibilidade de (PF) através do seguinte exemplo.<sup>27</sup>

Você leva seu filho ao Zoológico, vê varias zebras e, quando questionado por seu filho, lhe diz que são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós pouco hesitaria em dizer que nós sabíamos isso. Nós sabemos como zebras se parecem e, além do mais, esse é o zoológico metropolitano e os animais estão em um cercado claramente sinalizado “Zebras”. Ainda assim, algo ser uma Zebra implica que [esse algo] não seja uma mula e, em particular, que [esse algo] não seja uma mula espertamente disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra. Você sabe que esses animais não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para se parecerem com zebras? Se você está tentado a responder “sim” a essa questão, pense um momento a respeito de quais razões você possui, qual evidência você pode produzir em favor dessa alegação. A evidência que você tinha para pensar [que os animais eram] zebras foi efetivamente neutralizada, pois ela não conta em favor [dos animais] não serem mulas espertamente disfarçadas para se parecerem com zebras.

A estrutura do exemplo é a seguinte. Segundo Dretske, *S* crê que

(*p*) os animais diante de mim são zebras

com base na evidência perceptual de que (*e*) há, no cercado, uma placa com a palavra ‘zebras’ e de que aquele é o zoológico metropolitano. Entretanto, ao perceber que *p* implica logicamente a proposição de que

(*q*) os animais diante de mim não são mulas espertamente disfarçadas de zebras,

Dretske sugere que *S* não pode estar justificado ao crer que *q*: embora *e* sirva para justificar *p* e *p* implique logicamente *q*, *e* não serve para justificar *q*, para *S*. Seguindo (PF), o passo natural a ser dado, já que *S* não está justificado ao crer que *q*, seria o de negar que *S* está

---

<sup>27</sup> Dretske (2000, p.39). Ênfase presente no original.

justificado ao crer que  $p$ . Todavia, Dretske embarga esse passo e sugere que, ao invés de aceitarmos a conclusão de que uma proposição tão banal quanto  $p$  não possa ser objeto de crença justificada, nós devemos condenar o princípio que promove tal resultado contra-intuitivo, i.e., devemos considerar (PF) como falso.

O desfecho que Dretske sugere ao caso das zebras parece fazer justiça a dois dados importantes da nossa intuição quanto a situação epistêmica de  $S$ : de um lado, Dretske parece satisfazer o cético, por assim dizer, em cada um de nós, ao julgar que a evidência  $e$  que  $S$  possui em favor de  $p$  não é adequada o suficiente para justificar  $q$ ; por outro lado, Dretske parece satisfazer o não-cético em cada um de nós ao sugerir que  $S$  está justificado ao crer na proposição ordinária de que  $p$ , mesmo que a sua evidência  $e$  não seja capaz de justificar uma consequência lógica exótica de  $p$ ,  $q$ .

No entanto, a aparente concordância com intuições distintas implica também consequências desagradáveis: algumas vezes outras pessoas nos chamam a atenção em direção a consequências daquilo que cremos. Em algumas dessas ocasiões nós deixamos de crer que algo é o caso em função de alguma consequência claramente indesejada desse algo. Contrariamente a essa prática inferencial, o sujeito que se encontra na situação descrita por Dretske é considerado como agindo de forma epistemicamente impecável se ele crê que  $p$ , crê que  $p$  implica  $q$ , reconhece que  $q$  é uma consequência insuportável de  $p$ , mas não abre mão de sua crença de que  $p$ . Esse parece claramente um resultado desconfortável da argumentação de Dretske contra (PF).<sup>28</sup>

Apesar de ser uma via possível de resposta ao argumento cético, Dretske pensa que, além de termos descoberto que (PF) não é um princípio verdadeiro em todas as situações (logicamente) possíveis, nós precisamos explicar porque um grande número de outras instâncias de (PF) parecem claramente verdadeiras. Isso é o mesmo que dizer que deve ser

---

<sup>28</sup> Hawthorne (2004, p. 39).

feita uma caracterização precisa das situações em que (PF) é verdadeiro e das situações em que (PF) não é verdadeiro se a nossa proposta de solução do ceticismo é satisfatória e não simplesmente arbitrária. Na presente seção, eu analisarei brevemente uma caracterização das situações onde (PF) é verdadeiro e as situações onde (PF) é falso que foi recentemente oferecida por Dretske. No próximo capítulo, eu analisarei uma proposta de caracterização dessas situações que foi oferecida por Dretske na década de 1970 e aprimorada na década de 1980 e que é, sem sombra de dúvida, uma das respostas mais influentes ao ceticismo.

Recentemente Dretske apresentou o conceito de proposição ‘peso-pesado’ (heavyweight proposition):<sup>29</sup> Se  $p$  é uma proposição ‘peso-pesado’, então  $p$  é uma proposição a qual nós estamos fortemente inclinados a considerar como sendo o tipo de proposição que nós não estamos justificados ao crer com base na percepção, nem quando essa é auxiliada pela razão. Essa classe de proposições inclui precisamente proposições como aquela que, no exemplo do zoológico, Dretske havia afirmado que nós não poderíamos ter como objeto de crença justificada. A categoria de proposições peso-pesado inclui também proposições oferecidas pelos argumentos céticos como hipóteses que nós não podemos razoavelmente descartar. Esse é o caso de hipóteses como a de que nós somos cérebros em uma cuba sendo massivamente enganados por cientistas sobre o mundo a nossa volta, etc. Segundo Dretske, quando eu estou diante de proposições desse tipo, minha reação é normalmente a de considerar que eu não sou capaz de ter a negação dessas proposições como objeto de crença justificada. Por outro lado, nossas intuições funcionam diferentemente em relação a proposições ‘peso-leve’: eu pareço ter como objeto de crença justificada as proposições segundo as quais os animais diante de mim são zebras ou de que eu estou diante de um computador. É claro que eu posso deixar de ter justificção para crer em proposições peso-leve ao entreter proposições peso-pesado, mas o ponto é que essa situação é uma onde eu

---

<sup>29</sup> Dretske (2005).

apenas derivadamente deixo de ter justificção para crer em uma proposição, enquanto que eu pareço não ter justificção para crer em proposições peso-pesado natural e imediatamente. Como nós havíamos visto no caso das zebras no zoológico, parece haver claramente um contraste importante em relação a nossa reação diante de proposições peso-pesado e proposições peso-leve. Independentemente do fato de nós endossarmos essa ou aquela teoria da justificção, devemos admitir que o contraste entre os dois tipos de proposições é um fato claro da psicologia humana.<sup>30</sup>

Após descrever o contraste entre proposições peso-pesado e proposições peso-leve, Dretske procura oferecer uma teoria segundo a qual a inferência de proposições peso-leve desde outras proposições justificadas é epistemicamente autorizada, enquanto que a inferência de proposições peso-pesado desde proposições previamente justificadas é epistemicamente não autorizada. O conceito chave dessa teoria é o conceito de *razão conclusiva*.<sup>31</sup>

Suponha que *S* crê que *p* com base em uma razão *r*. Segundo Dretske, se *S* sabe que *p*, com base em *r*, então *S* não teria a razão *r*, a não ser que *p* fosse o caso.<sup>32</sup> Saber que *p* exige ‘razões conclusivas’ e uma razão é conclusiva somente se, fosse falso que *p*, *S* não teria a razão *r*. Assim, para que a teoria das razões conclusivas funcione adequadamente em consonância com a distinção entre proposições peso-pesado e proposições peso-leve, não deve ser possível que tenhamos razões conclusivas para crer em proposições peso-pesado e não deve ser possível que muitas proposições peso-leve deixem de ter razões conclusivas em seu favor.

Entretanto, como John Hawthorne habilmente mostrou em seu livro *Knowledge and lotteries*, existem situações onde *S* parece ter razões conclusivas para crer em proposições

---

<sup>30</sup> Hawthorne (2004, p. 43).

<sup>31</sup> Embora tenha sido originalmente apresentado em Dretske (1971), o conceito de razão conclusiva não teve a mesma aceitação que a teoria das alternativas relevantes (ver capítulo 2 do presente ensaio). Em Dretske (2005), Dretske retoma esse conceito em relação as noções de proposições peso-pesado e proposições peso-leve (noções essas que não estão presentes em Dretske (1971)).

<sup>32</sup> Dretske (1971 e 2005).

peso-pesado e situações onde *S* não possui razões conclusivas para crer em proposições peso-leve.<sup>33</sup> Consideremos a seguinte conjunção:

Eu tenho dor de cabeça e não é o caso que eu sou um cérebro em uma cuba.

Entre as razões que eu tenho para crer que essa conjunção é o caso está a minha dor de cabeça.<sup>34</sup> Se essa proposição fosse falsa, eu não teria as razões que eu tenho para crer nessa proposição, pois os ‘mundos mais próximos’ onde essa conjunção é falsa são mundos onde eu não tenho dor de cabeça alguma. Parece, então, que eu tenho razões conclusivas para crer nessa conjunção, ainda que ela seja uma proposição tão peso-pesado quanto a proposição de que eu não sou um cérebro em uma cuba.<sup>35</sup>

Consideremos um outro exemplo que trata de conhecimento sobre o futuro. Eu creio, na segunda-feira, que eu vou me encontrar com meu amigo, Tom, na quarta-feira com base em razões ordinárias como um telefonema ou e-mail trocado com Tom e que confirma o encontro. Eu me encontro com Tom na quarta-feira. Parece natural que se diga que em muitos dos casos semelhantes a esse a minha crença era, na segunda-feira, um item de conhecimento para mim. Segundo a teoria das razões conclusivas, o seguinte contrafactual descreve adequadamente a minha situação epistêmica: se eu não tivesse encontrado com Tom na quarta-feira, eu não teria tido aquelas razões, na segunda-feira, para crer que Tom me encontraria na quarta-feira. Esse contrafactual não parece uma descrição muito convincente da minha situação epistêmica em relação a crença sobre o encontro com Tom. A teoria das razões conclusivas parece, então, considerar casos ordinários de conhecimento sobre o futuro

---

<sup>33</sup> Hawthorne (2005, p. 44 – 46).

<sup>34</sup> Uma nota sobre o uso do termo ‘razão’: ‘*x*’, na expressão ‘*x* é uma razão para *y*’, varia normalmente sobre proposições que são ou não objeto de crença para *y*. Dretske e, por extensão, Hawthorne utilizam, entretanto, essa expressão de forma a fazer com que *x* varie também sobre estados mentais não-proposicionais como dor, frio e calor.

<sup>35</sup> Hawthorne (2005, p. 44).

como não constituindo casos de conhecimento – o que significa dizer que nós não possuímos, contrariando a expectativa de Dretske, razões conclusivas para crermos em muitas proposições peso-leve.<sup>36</sup>

Pelo que vimos até aqui, embora o exemplo das zebras oferecido por Dretske faça com que nossas intuições vacilem quanto a (PF) ser ou não verdadeiro em todas as situações, a explicação do que torna (PF) verdadeiro em algumas situações e falso em outras é inadequada quando posta na perspectiva da teoria das razões conclusivas. Nos próximos capítulos, veremos se a teoria das alternativas relevantes pode realizar aquilo que essa teoria de Dretske não parece ser capaz.

Outro pretense contra-exemplo a (PF) foi publicado por Robert Audi primeiramente em seu (1988) e retomado pelo filósofo em um artigo intitulado *Justification, closure and reasons to believe*.<sup>37</sup>

Eu souo uma conta com quinze números, confiro duas vezes o resultado, e daí venho a saber, e a estar justificado ao crer, que a soma é 10,952. Acontece que às vezes eu cometo enganos e minha mulher (a qual eu justificadamente creio ser um melhor matemática) as vezes me corrige. Suponha que, dessa vez, me sentindo confiante de forma não costumeira, eu infiro que se minha mulher diz que essa não é a soma, ela está errada. Da verdade de que a soma é 10,952 certamente se segue que se ela diz que essa não é a soma, ela está errada. Se essa é a soma, então, se ela nega isso, ela está errada. Mas, mesmo que eu saiba e esteja justificado ao crer que essa é a soma, posso eu, sobre a minha base para essa crença, automaticamente saber ou estar justificado ao crer que se ela diz que essa não é a soma, ela está errada? [...] Isso está longe de ser auto-evidente.

---

<sup>36</sup> Cláudio de Almeida sugere que esse exemplo não é capaz de demover alguém que tenha aceito a teoria das razões conclusivas. Segundo ele, a consequência intuitivamente incômoda de que nós não temos, segundo essa teoria, como objeto de conhecimento proposições tão mundanas quanto a que está em jogo nesse caso não é capaz de fazer mudar de idéia aquele que considera a análise do conceito de razões conclusivas plausível em abstrato. Embora eu não pense que Cláudio esteja errado ao afirmar isso, eu gostaria de dizer algo em favor do exemplo. Em primeiro lugar, o exemplo parece mostrar claramente que, em algumas situações, a exigência de que nós tenhamos razões conclusivas em favor de nossas crenças nos rouba de conhecimento de proposições tão comum quanto aquela do exemplo. Em segundo lugar, mesmo que esse caso específico não desautorize completamente a alegação da teoria de que nós possuímos razões conclusivas para a grande maioria das proposições peso-leve, ele parece exigir daquele que considera essa teoria plausível ‘em abstrato’ que ele nos diga o que, exatamente, distingue proposições peso-leve para as quais nós não possuímos razões conclusivas daquelas para as quais nós não possuímos razões desse tipo.

<sup>37</sup> Audi (1991, p. 78). Ver também Audi (2003, p. 173 – 177).



O exemplo de Audi contra (PF) é idêntico em estrutura ao exemplo de Dretske que vimos acima. No exemplo de Audi, o sujeito crê justificadamente que a soma é 10,952, crê justificadamente que a verdade da soma ser 10,952 implica logicamente que, se sua mulher diz que a soma não é 10,952, então ela está errada. Entretanto, Audi crê que não é plausível que se considere o sujeito como crendo justificadamente na consequência lógica daquilo que ele crê justificadamente (i.e., o sujeito não pode crer justificadamente, tudo o mais se mantendo igual, que se sua mulher diz que a soma não é 10,952 então ela está errada).

Ao contrário de Dretske, entretanto, Audi não fornece uma teoria que proponha distinguir as situações onde (PF) é verdadeira das situações onde esse princípio é falso. Embora admita que ‘[é] difícil dizer sob que condições a transmissão dedutiva [de justificação] não ocorre [...]’, Audi não fornece uma teoria articulada de quais são as condições que influenciam a falsidade ou não de (PF) em uma determinada situação.<sup>38</sup>

Uma maneira mais indireta de se argumentar contra (PF) foi apresentada por Robert Nozick.<sup>39</sup> Nozick desenvolveu uma análise do conhecimento empírico que possui, assim como a teoria das razões conclusivas de Dretske, a consequência de que nós conhecemos proposições empíricas ordinárias, embora não saibamos que o ceticismo é falso. Uma das condições que Nozick supôs ser necessária para a obtenção de conhecimento empírico é a seguinte:

(SU) Se  $p$  fosse falsa, então  $S$  não creria que  $p$

Para que vejamos como (SU) implica a não necessidade de (PF) basta que relembremos o exemplo das zebras proposto por Dretske. A proposição de que ( $p$ ) os animais

---

<sup>38</sup> Para alguns pontos relacionados, em particular, ao exemplo da soma, ver Audi (1991 e 2003). Para uma defesa do exemplo contra dúvidas sobre sua eficácia em mostrar a falsidade de (PF), ver Feldman (1995) e a resposta de Audi a esse artigo em Audi (1995). Eu não detalharei essa discussão sobre o exemplo de Audi. Esse exemplo será retomado durante a análise da resposta de Peter Klein ao argumento cético, no próximo capítulo.

<sup>39</sup> Nozick (1981, cap. 3).

diante de mim são zebras implica logicamente que ( $\sim sk$ ) esses animais não são mulas pintadas de zebras. Se mantivermos (PF) nessa situação e se não somos céticos, então eu sei que  $p$  e eu sei que  $\sim sk$ . No entanto, se assumimos (PF) e se (SU) é uma condição que deve ser cumprida para que  $p$  seja um objeto de conhecimento para mim, então (PF) falha no caso das zebras, pois eu cumpro (SU) em relação a  $p$ , mas não cumpro essa condição em relação a uma consequência lógica da verdade de  $p$ ,  $\sim sk$ . Segundo a semântica tradicional para condicionais subjuntivos, os mundos possíveis mais próximos do nosso onde os animais diante de mim não são zebras são mundos onde, por exemplo, os animais diante de mim são macacos. Logo, nesse caso, se  $p$  fosse falsa, eu não creria que  $p$ . Agora, os mundos possíveis onde os animais diante de mim são mulas disfarçadas de zebras, são mundos onde  $p$  é falsa e eu creria que  $p$ . Logo, se (SU) é uma condição necessária para que se tenha conhecimento empírico, então conhecimento não é *sempre* transmitido por raciocínio dedutivo desde premissa(s) conhecida(s) até a conclusão do argumento que estrutura esse raciocínio, pois uma de suas condições necessárias não é sempre transmitida.

(SU) implica que, para todo sujeito  $S$ ,  $S$  não pode saber que ele não é um cérebro desencarnado mantido por cientistas em uma cuba com nutrientes e que é artificialmente estimulado a crer em proposições que não descrevem o mundo em torno de  $S$ , pois, segundo (SU), se  $S$  fosse um cérebro nessas condições, ele creria falsamente que não era um cérebro nessas condições.

Assim, tanto Nozick quanto Dretske desenvolveram teorias que visam explicar de que forma nós podemos ter proposições ordinárias como objeto de conhecimento, mesmo que nós não possamos conhecer a falsidade das hipóteses céticas incompatíveis com o nosso conhecimento dessas proposições. Assim como a teoria das razões conclusivas, entretanto, a análise do conceito de conhecimento de Nozick que utiliza (SU) também sofre de problemas.

Para que vejamos um dos problemas que a análise de Nozick está sujeita, considere o seguinte exemplo.<sup>40</sup>

Para que a crença de que  $p$  seja objeto de conhecimento para  $S$ , a crença de  $S$  de que  $p$  precisa cumprir, segundo Nozick, a condição expressa por (SU). Suponha que eu observe um cachorro o qual, por sua vez, obstrui o meu contato visual com uma réplica perfeita de um pato. Eu creio que ( $p$ ) há um cachorro diante de mim. A crença de que  $p$  cumpre a condição (SU): nos mundos mais próximos onde não há um cachorro diante de mim, eu veria a réplica do pato e não formaria a crença de que há um cachorro diante de mim. Suponha que eu sei que  $p$  implica logicamente que ( $q$ ) há um animal diante de mim e que eu creio que  $q$  com base em  $p$  e nessa implicação. A minha crença de que  $q$  não cumpre a condição (SU): nos mundos mais próximos onde não há um animal diante de mim, o cachorro estaria ausente, eu veria a réplica de pato e formaria a crença de que há um animal diante de mim. Esse é um resultado intuitivamente insuportável.<sup>41</sup> Parece implausível pensar que eu posso saber que há um cão

---

<sup>40</sup> O exemplo é de Hawthorne (2004, p. 42).

<sup>41</sup> Em um comentário não publicado sobre a teoria de Rober Nozick, Saul Kripke é descrito como tendo apresentado o seguinte caso contra a tese de que (SU) é uma condição necessária sobre conhecimento empírico (Adams (2005, p. 24) e Dretske (2005, p. 24 nota 4) relatam a objeção de Kripke):  $S$  está em uma região onde todos os celeiros *vermelhos* são genuínos e onde celeiros de outras cores possuem exemplares genuínos e exemplares de papier-mache. Nessa situação, toda vez que  $S$  crê que há um celeiro vermelho diante dele, de acordo com Nozick,  $S$  sabe que há um celeiro vermelho diante dele, pois se fosse falso que há um celeiro vermelho diante de  $S$  (por exemplo, por que há um celeiro amarelo diante de  $S$ ),  $S$  não creria que há um celeiro vermelho diante dele. Entretanto, alega Kripke, a teoria de Nozick implica que  $S$  pode saber que há um celeiro vermelho diante dele mesmo que  $S$  não possa saber que há um celeiro diante dele:  $S$  não pode saber que há um celeiro diante dele se, *ex hypothesi*, existem cópias de papier-mache de celeiros de outras cores que não a vermelha misturados com celeiros genuínos e se  $S$  creria que há um celeiro diante dele (olhando, por exemplo, para um celeiro amarelo) mesmo que nesse caso houvesse diante dele apenas um cópia de papier-mache de celeiro. Assim, segundo Kripke, (SU) não pode ser uma condição do conhecimento empírico já que essa condição nos coloca na situação constrangedora de termos que admitir que  $S$  sabe que está diante de um celeiro vermelho mas que  $S$  não sabe que está diante de um celeiro. Embora o exemplo de Kripke não seja exatamente análogo ao exemplo de Hawthorne (pois o segundo trata claramente de conhecimento inferencial, enquanto o primeiro é naturalmente entendido como tratando de conhecimento perceptual, i.e., não-inferencial), ele pode ser facilmente modificado para tratar de conhecimento inferencial da seguinte maneira. Suponha que  $S$  está na situação descrita por Kripke. Suponha ainda que  $S$  está diante de um celeiro vermelho e que ele crê que ( $p$ )  $S$  está diante de um celeiro vermelho. Como nós vimos,  $S$  cumpre (SU) e, se as outras condições são satisfeitas,  $S$  sabe que está diante de um celeiro vermelho. Suponha que  $S$  perceba claramente que  $p$  implica ( $q$ )  $S$  está diante de um celeiro e que  $S$  deduz validademnte  $q$  de  $p$  e baseie a crença de que  $q$  sobre a crença de que  $p$  e sobre a crença de  $p$  implica  $q$ . Segundo Nozick, já que a crença de que  $q$  de  $S$  não cumpre (SU),  $S$  não sabe que  $q$ , mesmo que ele venha a crer nisso com base em raciocínio dedutivo válido desde uma premissa que ele conhece. Assim como o exemplo de Hawthorne, esse resultado parece insuportável. (Agradeço a Cláudio de Almeida por ter me chamado atenção para a semelhança entre os exemplos de Hawthorne e Kripke)

diante de mim, mas não posso saber que há um animal diante de mim. Por outro lado, parece implausível pensar que a presença da réplica do pato possa destruir o meu conhecimento de que há um cachorro diante mim. Portanto, parece intuitivamente correto dizer que eu sei que há um animal diante de mim mesmo que essa crença não cumpra a condição (SU) proposta por Nozick. Nesse caso, (SU), de fato, não é uma condição necessária para que se tenha conhecimento.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Deve-se salientar que Nozick propõe um refinamento importante a (SU) e que esse refinamento sugere que a análise nozickeana do conceito de conhecimento, quando refinada, não enfrenta problemas como o acima citado. Nozick inclui em (SU) a noção de ‘método’, em Nozick (1981): se  $p$  fosse falso,  $S$  não teria crido que  $p$  através do mesmo método. Entretanto, mesmo após esse refinamento, não é claro que a análise nozickeana não sofra com problemas semelhantes ao apresentado aqui. Para uma discussão dos problemas enfrentados pela versão ‘refinada’ da análise de Nozick, ver Luper-Foy (1987) e Brueckner (1984). Para uma defesa recente de uma análise do conhecimento semelhante a de Nozick, ver Adams (2005).

## 2. A POSIÇÃO MOOREANA

Alguns epistemólogos não concordam que conhecimento não seja sempre transmitido através de raciocínio dedutivo. Dentre esses epistemólogos, alguns chegam ao ponto de considerar que a defesa, por parte de uma teoria, da tese de que nosso corpo de conhecimento não é fechado sob implicação lógica conhecida significa a redução ao absurdo dessa teoria.<sup>1</sup> Richard Feldman expressou da seguinte forma seu desconforto com os argumentos apontados contra (PF) por epistemólogos como Dretske e Nozick: '[A] idéia de que nenhuma versão [de (PF)] seja verdadeira parece a mim, e a muitos outros filósofos, como uma das idéias menos plausíveis a ganhar proeminência filosófica recentemente.'<sup>2</sup>

Peter Klein não é tão enfático quanto Feldman ao argumentar em favor de (PF), mas sua estratégia para defender esse princípio e derrotar o ceticismo está entre as mais bem articuladas.<sup>3</sup> Em seu já célebre artigo *Skepticism and closure: why the evil genius argument fails*<sup>4</sup>, Klein apresenta a seguinte versão do argumento cético:<sup>5</sup>

1. Se uma pessoa, *S*, está justificada ao crer que há uma mesa diante dela, então *S* está justificada ao crer que ela não está em um dos cenários céticos nos quais não há mesas, mas parece como se de fato houvesse alguma.
2. *S* nunca está justificado ao crer que ela não está em um dos cenários céticos nos quais não há mesas, mas parece como se de fato houvesse alguma.

Logo, 3. *S* nunca está justificado ao crer que há uma mesa diante dela.

---

<sup>1</sup> Cf. Williamson (2000) e Cohen (1998).

<sup>2</sup> Feldman (1995, p. 487).

<sup>3</sup> Ver, principalmente, Klein (1981, 1995 e 2004).

<sup>4</sup> Klein (1995).

<sup>5</sup> Klein (1995, p. 213).

De acordo com Klein, a premissa 1 desse argumento é uma instância da seguinte versão de (PF):

(CJ)  $(\forall x)(\forall y)$  [Se  $S$  está justificado ao crer que  $x$  e  $x$  implica  $y$ , então  $S$  está justificado ao crer que  $y$ ]<sup>6, 7</sup>

Ao explicar o significado de (CJ), Klein enfatiza que

[o fato de]  $S$  estar justificado ao crer que, por exemplo,  $p$ , não acarreta que  $S$  de fato creia que  $p$ . O que se quer dizer [com (CJ)] é que  $S$  tem uma fonte adequada de justificação para  $p$ .  $S$  pode não crer que  $p$  porque, por exemplo,  $S$  é epistemicamente tímido ou porque  $S$  simplesmente não consegue reconhecer a fonte adequada de justificação.<sup>8</sup>

Essa explicação do significado de (CJ) assemelha-se àquela que foi oferecida em favor de (PF3) no capítulo anterior. Naquela ocasião, o significado de (PF) foi dado em função da noção de *justificação proposicional* e parece que Klein tem algo semelhante em mente. Segundo a explicação de (CJ) oferecida por Klein, mesmo que  $S$  não creia que  $p$ , ela pode ter uma fonte de justificação adequada que, tudo o mais se mantendo igual, iria tornar a crença de  $S$  em  $p$  provavelmente verdadeira, para  $S$ , se  $S$  viesse a crer que  $p$  é o caso. Assim, embora Klein prefira a formulação de (PF) apresentada na forma de (CJ), ele chega a considerar uma versão de (CJ) que torna mais explícito o sentido em que a relação da justificação é por ele entendida:<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Klein (1995, p. 215). Essa versão de (PF) é semelhante a versão (PF3) desse princípio apresentada no capítulo anterior. A seguir nós veremos em que aspectos (PF3) e (CJ) de Klein se diferenciam.

<sup>7</sup> Klein restringe (CJ) da seguinte forma: o '[...] domínio das proposições na generalização [(CJ)] inclui apenas proposições contingentes que  $S$  pode compreender e que a implicação é "óbvia" para  $S$ '. Klein (1995, p. 215).

<sup>8</sup> Klein (1995, p. 216).

<sup>9</sup> Klein (1995, p. 216).

(CJ\*)  $(\forall x)(\forall y)$  [Se  $S$  tem uma fonte adequada de justificação para crer que  $x$ , e  $x$  implica  $y$ , então  $S$  tem uma fonte adequada de justificação para crer que  $y$ ]

Klein distingue dois tipos de fontes de justificação. A primeira fonte de justificação Klein denomina de *evidência situada externamente*: ‘outras características do mundo diferentes do conteúdo das crenças mantidas por  $S$  e diferentes das crenças justificadas para  $S$ ’.<sup>10</sup> Como vimos, o conjunto de crenças justificadas para  $S$  inclui as proposições para as quais  $S$  possui uma fonte adequada de justificação, mas que  $S$  não crê. Exemplos de evidência situada externamente, segundo Klein, são ‘a descoberta de impressões digitais, testemunho de testemunha ocular, cartas e traços de pólvora’.<sup>11</sup> O segundo tipo de fonte de justificação compreende *razões internamente situadas*: essas são ‘o conteúdo das crenças que de fato mantemos e das nossas crenças justificadas’.<sup>12</sup>

De acordo com Klein, somente uma defesa *internalista* de (CJ) é capaz de salvar esse princípio dos contra-exemplos de tipo Dretske. Uma defesa internalista de (CJ), como veremos abaixo, é uma que apela para a noção de razões internamente situadas ao invés de apelar para a noção de evidência externamente situada. Klein apresenta o argumento internalista em favor de (CJ) da seguinte maneira:<sup>13</sup>

Assuma que uma crença,  $x$ , é justificada para  $S$  apenas se há uma fonte de justificação (uma razão internamente situada ou uma evidência externamente situada, ou ambas) em virtude da qual  $x$  parece suficientemente ser verdadeira (do ponto de vista de  $S$ ). Agora, considere uma crença, por exemplo,  $b_i$ , a qual é tal que  $b_i$  está justificada para  $S$  e obviamente implica outra crença compreensível  $b_k$ . Por hipótese, dado que  $S$  está justificado ao crer que  $b_i$ , essa crença parece ser suficientemente verdadeira. Dado que a crença em  $b_i$  satisfaz esse requisito, crer que  $b_k$  também satisfaz esse requisito. Pois, a aparência de verdade de  $b_k$  é pelo menos tão grande quanto a de  $b_i$  ser verdadeira. Assim, se crer que  $b_i$  é justificado para  $S$ , crer que  $b_k$

---

<sup>10</sup> Klein (1995, p. 216).

<sup>11</sup> Klein (1995, p. 216).

<sup>12</sup> Klein (1995, p. 216).

<sup>13</sup> Klein (1995, p. 219).

também o é. De forma resumida,  $b_k$  é justificada para  $S$  porque  $b_i$  oferece uma fonte adequada de justificção para  $b_k$ , para  $S$ .

Em outras palavras, esse argumento sugere que (PF) afirma que ‘sempre que  $S$  tem uma fonte adequada de justificção para  $P$ , e  $P$  implica  $Q$ , então  $S$  tem uma fonte adequada de justificção para  $Q$ , pois  $P$ , ela mesma, é essa tal fonte adequada’.<sup>14</sup> Esse argumento de Klein é central na defesa de (PF) contra os ataques dos exemplos de tipo Dretske. Vejamos como esse argumento pretensamente bloqueia os contra-exemplos.

Para Klein, as objeções ao princípio de fechamento utilizam uma concepção externalista das fontes de justificção ou elas erram ao não perceberem que o internalista pode argumentar que uma proposição justificada para  $S$  proporciona uma fonte adequada de justificção para qualquer proposição que ela obviamente implique. As objeções a (PF) dependem da alegação de que a evidência externamente situada ou as razões internamente situadas oferecem uma fonte adequada de justificção para uma proposição  $p$ , mas, essas mesmas fontes nem sempre fornecem justificção a uma proposição  $q$ , implicada por  $p$ . Entretanto, afirma Klein, esse fato não pode ser usado contra (PF) se o argumento em favor deste princípio depende da alegação de que nos casos relevantes  $p$ , ela mesma, fornece uma razão internamente situada adequada para que  $S$  venha a incluir, em seu sistema de crenças, aquelas proposições obviamente implicadas por  $p$ .<sup>15</sup>

Agora, será instrutivo que relembremos o exemplo de Dretske contra (PF) e que acompanhem a análise de Klein desse exemplo. Primeiro o exemplo de Dretske:<sup>16</sup>

Você leva seu filho ao Zoológico, vê varias zebras e, quando questionado por seu filho, lhe diz que são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós pouco hesitaria em dizer que nós sabíamos isso. Nós sabemos como zebras se parecem e, além do mais, esse é o zoológico metropolitano e

---

<sup>14</sup> Klein (1995, p. 219).

<sup>15</sup> Klein (1995, p. 220).

<sup>16</sup> Dretske (2000, p.39). Ênfase presente no original.



os animais estão em um cercado claramente sinalizado “Zebras”. Ainda assim, algo ser uma Zebra implica que [esse algo] não seja uma mula e, em particular, que [esse algo] não seja uma mula espertamente disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra. Você sabe que esses animais não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para se parecerem com zebras? Se você está tentado a responder “sim” a essa questão, pense um momento a respeito de quais razões você possui, qual evidência você pode produzir em favor dessa alegação. A evidência que você tinha para pensar [que os animais eram] zebras foi efetivamente neutralizada, pois ela não conta em favor [dos animais] não serem mulas espertamente disfarçadas para se parecerem com zebras.

Dretske admite que há uma fonte adequada de justificação para a proposição de que o animal é uma zebra, mas alega que não há uma fonte adequada de justificação (no momento) para a proposição de que o animal não é uma mula espertamente disfarçada. Segundo Klein, se nós entendemos que o uso da expressão ‘evidência’ no exemplo de Dretske serve para denotar aquilo que ele chamou de evidência externamente situada, então nós podemos ver que o exemplo é correto: pode ser o caso que haja evidência externamente situada que seja adequada para justificar a crença em uma proposição,  $p$ , sem que essa evidência seja adequada para justificar a crença em outra proposição,  $q$ , implicada por  $p$ ; além disso, razões internamente situadas podem ser fontes adequadas da justificação de  $p$  sem que elas sejam fontes adequadas da justificação de  $q$ . Por exemplo, a crença justificada de que os animais parecem zebras e eles estão em um cercado marcado ‘Zebras’ não serve como justificador da proposição de que esses mesmos animais não são mulas disfarçadas de zebras. Klein chama atenção para o aparente fato de que Dretske restringiu de tal forma o escopo de fontes de justificação para a proposição implicada que isso lhe impediu de considerar a própria proposição implicadora como uma fonte adequada para a justificação da crença na proposição implicada.<sup>17</sup>

Assim, afirma Klein, o exemplo de Dretske não atinge (PF). Ele atinge, na verdade, o *alvo errado*: (PF) não exige que a fonte de justificação para a proposição implicada seja

---

<sup>17</sup> Klein (1995, p. 221).

qualquer coisa diferente da proposição implicadora. O princípio atacado pelo exemplo de Dretske, segundo Klein, é o seguinte:<sup>18</sup>

(AE)  $(\forall x)(\forall y)$  [Se  $e$  é uma fonte adequada da justificação de  $S$  para  $x$ , e  $x$  implica  $y$ , então  $e$  é uma fonte adequada da justificação de  $S$  para  $y$ ]

Dado que (AE) implica (PF), mas (PF) não implica (AE), era de se esperar, diz Klein, que houvesse contra-exemplos a (AE) sem que esses fossem contra-exemplos a (PF). Na verdade, o exemplo de Dretske teria sido bem-sucedido em retratar um fenômeno que sinaliza a inadequação de (AE): a relação ‘ $x$  é uma fonte adequada de justificação para  $y$ ’ não é uma relação transitiva. Embora Klein afirme que o fato de a proposição ‘os animais diante de mim são zebras’ implicar a proposição ‘os animais diante de mim não são mulas disfarçadas de zebras’ garanta que a própria implicadora sirva de fonte adequada de justificação para a implicada, o fato de a evidência que serve de fonte adequada de justificação para a implicadora não servir de fonte adequada de justificação para a implicada é bastante comum. Vejamos um exemplo que Klein oferece como evidência de que a relação ‘ $x$  é uma fonte adequada de justificação para  $y$ ’ não é uma relação transitiva.<sup>19</sup>

Assuma que ‘ $c$ ’, ‘ $b$ ’ e ‘ $o$ ’ estão para as seguintes proposições:

$c$ : Jones é um ladrão perspicaz de carros e Jones roubou o carro  $A$ .

$b$ : Jones se comporta de maneira  $b_1 - b_n$ .

$o$ : Jones possui o carro  $A$ .

---

<sup>18</sup> Klein (1995, p. 221).

<sup>19</sup> Klein (1995, nota 20).

Assim, se um ladrão perspicaz de carros é um que geralmente se comporta de maneira  $b_1 - b_n$  em relação aos carros que ele tenha roubado, e se esse comportamento é do tipo que iria levar qualquer um a concluir justificadamente que Jones possui um carro (e.g., Jones estaciona o carro em sua garagem, Jones comenta sobre o valor que ele pagou pelo carro), então parece razoável que consideremos que as proposições a seguir sejam todas verdadeiras:

(1)  $c$  é uma fonte adequada de justificação para  $b$ .

(2)  $b$  é uma fonte adequada de justificação para  $o$ .

(3)  $c$  não é uma fonte adequada de justificação para  $o$ .

Analogamente a esse exemplo, se nós consideramos que ‘ $e$ ’, ‘ $z$ ’ e ‘ $m$ ’ estão para as proposições

$e$ : Os animais diante de mim estão em um cercado marcado ‘Zebras’;

$z$ : Os animais diante de mim são zebras;

$m$ : Os animais diante de mim não são mulas disfarçadas de zebras;

então as seguintes proposições podem ser razoavelmente consideradas verdadeiras:

(4)  $e$  é uma fonte adequada de justificação para  $z$ .

(5)  $z$  é uma fonte adequada de justificação para  $m$ .

(6)  $e$  não é uma fonte adequada de justificação para  $m$ .

Segundo Klein, a lição que nós devemos aprender com o exemplo de Robert Audi apresentado no capítulo anterior é o mesma que nós aprendemos com o exemplo de Dretske.<sup>20</sup> Assim como o exemplo das zebras, o exemplo da soma oferecido por Audi mostra que (AE) é um princípio falso. Ambos os exemplos mostram que existem situações onde a fonte adequada de justificação para uma proposição,  $p$ , não serve de fonte adequada de justificação para uma outra proposição  $q$ , mesmo quando  $q$  é implicada por  $p$ . Por outro lado, segundo Klein, (PF) não é atingido por esses exemplos, pois ‘a defesa [de (PF)] não exige que  $a$  evidência externamente situada e/ou as razões internamente situadas que nós temos para  $p$  sejam adequadas para  $q$ , mesmo quando  $p$  implica  $q$ ’.<sup>21</sup>

A respeito da análise do conceito de conhecimento fornecido por Nozick, Klein oferece a seguinte interpretação. Lembre da condição necessária (SU) , segundo Nozick, para que  $S$  saiba que  $p$

(SU) Se  $p$  fosse falsa, então  $S$  não creria que  $p$

Como vimos antes, (PF) é falso em situações onde  $S$  cumpre (SU) em relação a proposição implicadora mas falha em cumprir (SU) em relação a proposição implicada. Por exemplo, a proposição de que eu tenho duas mãos implica que eu não sou um cérebro em uma cuba desprovido de mãos e submetido a experimentos enganadores que me fazem crer que eu

---

<sup>20</sup> Klein (1995, p. 223).

<sup>21</sup> Klein (1995, p. 224).

posso mãos. Entretanto, nos mundos mais próximos do atual onde eu não tenho as duas mãos devido a um acidente qualquer eu não creria que eu tenho duas mãos, enquanto que nos mundos onde eu sou um cérebro em uma cuba induzido a crer que eu possuo duas mãos quando de fato eu não tenho nenhuma eu continuaria a crer que eu tenho duas mãos. Logo, eu cumpro (SU) em relação a proposição de que eu tenho duas mãos, mas não cumpro (SU) em relação a uma proposição obviamente implicada por essa proposição.

Embora não ofereça uma análise detalhada da teoria de Nozick, Klein afirma que<sup>22</sup>

Internalistas podem (e devem) imediatamente aceitar que [a propriedade de satisfazer (SU)] não é transmitida através de dedução; mas eles podem (e devem) salientar que, se  $S$  [cumpre (SU) em relação a  $p$ ] e  $p$  implica  $q$ , não é necessário que  $S$  [cumpra (SU) em relação a  $q$ ] para que  $S$  saiba que  $q$ . De forma direta, a defesa internalista de [(PF)] é a de que a expansão do corpo de crenças conhecidas para que se inclua  $q$  ao se deduzir  $q$  de uma proposição conhecida,  $p$ , é permissível somente por razões internalistas. Não se faz a exigência adicional de que a crença de  $S$  de que  $q$  [cumpra (SU)].

Portanto, dada a interpretação de (PF) oferecida por Klein, tanto a análise do conceito de conhecimento oferecida por Nozick quanto os exemplos oferecidos por Dretske e Audi contra esse princípio atingem apenas (AE). Por outro lado, ao livrar (PF) dessas objeções, Klein revitaliza o argumento cético que a negação de (PF) se encarregava de refutar. Passemos agora à refutação do argumento cético oferecida por Klein.

Klein acusa o argumento cético que emprega (PF) de cometer um tipo específico de falácia da petição de princípio. Geralmente um argumento é considerado como cometendo a falácia da petição de princípio ao constatarmos que as premissas desse argumento ‘contém’ ilicitamente a conclusão. Entretanto, segundo Klein, as premissas do argumento cético não contém de forma explícita a conclusão. Esse argumento comete ‘virtualmente’ a falácia da petição de princípio.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Klein (1995, p. 224).

<sup>23</sup> Klein (1995, p. 226).

Eu defino um argumento como ‘virtualmente cometendo a falácia da petição de princípio’ somente se a conclusão do argumento pode ser obtida apenas através do emprego de um sub-argumento em favor de uma das premissas principais. Se a conclusão pode ser obtida, por assim dizer, antes que o argumento principal inicie, então o argumento principal é inútil. Pois, a conclusão pode ser obtida sem que se empregue qualquer das premissas principais. Eu penso que, em particular, é claro que o sub-argumento do cético para a premissa 2 de seu argumento deve ser suficiente, por si mesmo, para que se estabeleça a conclusão principal sem que se empregue qualquer uma das duas premissas do argumento principal.

Para que vejamos de que forma o argumento cético virtualmente comete petição de princípio, lembremos a segunda premissa desse argumento:

2. *S* nunca está justificado ao crer que ela não está em um dos cenários céticos nos quais não há mesas, mas parece como se de fato houvesse alguma.

A ‘estratégia típica’ em favor de 2 é dada pelo sub-argumento apresentado no capítulo 1, o qual pode ser reescrito nos termos de Klein da seguinte forma:

2.1 *S* não pode estar justificada ao crer que ela não está em um cenário cético porque *S* não tem uma fonte adequada para a justificação dessa crença. Se *S* estivesse em um cenário cético onde ela não tem mãos, tudo pareceria como agora parece (i.e. pareceria a *S* que ela possuía mãos).

O sub-argumento 2.1 alega que toda a evidência externamente situada e todas as razões internamente situadas que *S* possui para crer que ela tem mãos não são adequadas para justificar a crença de que ela não está em um cenário cético.<sup>24</sup> Entretanto, dada a defesa de (PF) apresentada acima, Klein sugere que o cético não tem como oferecer um argumento

---

<sup>24</sup> Klein (1995, p. 227).

conclusivo se ele utiliza o argumento 2.1 em favor da premissa 2. Mesmo que as razões ou a evidência que *S* possui em favor de sua crença que ela tem mãos possam não ser fontes adequadas de justificação para a crença de que *S* não está em um cenário cético onde apenas parece que ela tem mãos, pode haver alguma *razão internamente situada* que seja adequada para justificar a crença na proposição de que *S* não está em um cenário cético – uma razão que não é ela mesma uma razão para *S* crer que ela tem mãos, mas que implique a negação da hipótese cética. Assim, para que o sub-argumento 2.1 demonstre a verdade da premissa 2 do argumento cético ele deve ser capaz de mostrar que *S* não possui crença justificada em uma proposição que implica a falsidade da proposição de que *S* não está em um cenário cético. Ora, se 2.1 é forte o bastante para demonstrar que *S* não possui *qualquer* fonte de justificação adequada para a crença na falsidade da proposição de que *S* está em um cenário cético, então 2.1 é forte o bastante para estabelecer a conclusão do argumento principal, nomeadamente, a proposição de que *S* não está justificada ao crer que ela tem mãos. Pois, por hipótese, a proposição de que *S* tem mãos implica que *S* não está em um cenário cético onde apenas parece que *S* possui mãos.<sup>25</sup> Portanto, as premissas 1 e 2 do argumento cético são supérfluas, porque a conclusão do argumento pode ser obtida separadamente desde o sub-argumento 2.1.

Em resumo: Klein procura mostrar que (PF) sucumbe aos contra-exemplos de tipo Dretske e a análise do conhecimento de Nozick se esse princípio não é interpretado *internalisticamente*. Uma vez estabelecido esse ponto, o cético que emprega (PF) em um argumento que busca demonstrar a ausência de conhecimento sobre o mundo exterior deve aceitar a interpretação internalista desse princípio ou deixar que a plausibilidade de seu argumento se perca. Se o cético opta, entretanto, por defender a interpretação internalista de (PF), o seu argumento comete a virtual falácia informal da petição de princípio e, por isso, pode ser seguramente descartado.

---

<sup>25</sup> Klein (1995, p. 228).

### 2.1 *Os desconfortos da posição mooreana*

Em um artigo recente, Anthony Brueckner levantou importantes objeções à reação de Peter Klein ao argumento cético.<sup>26</sup> Se essas objeções são de fato certas, a posição mooreana de Klein é incômoda demais para ser mantida. Quatro são as objeções levantadas por Brueckner a Klein.

O primeiro problema para Klein surge da seguinte forma. Como nós vimos acima, Klein considera que os contra-exemplos propostos por Dretske *et alli* ao princípio de fechamento atingem, na verdade, um outro princípio, (AE). Alegar, por sua vez, que esse princípio é falso significa o mesmo que alegar que a relação ‘ $x$  é uma fonte adequada de justificação para  $y$ ’ não é uma relação transitiva. Afirmar a não-transitividade dessa relação é consistente, sugere Klein, com a sua interpretação do princípio de fechamento. De acordo com essa interpretação, a proposição ‘Os animais diante de  $S$  são zebras’ pode ser uma fonte adequada de justificação para a proposição ‘Os animais diante de  $S$  não são mulas disfarçadas de zebras’ mesmo que a proposição ‘os animais diante de  $S$  estão em um cercado marcado “Zebra” e eles parecem com zebras’, que é fonte adequada de justificação da primeira proposição, não seja fonte adequada de justificação da segunda e a primeira proposição implique logicamente a segunda. Chamemos a tese segundo a qual a proposição implicada possui uma fonte adequada de justificação (a própria proposição implicadora) mesmo quando a fonte de justificação que baseia a proposição implicadora não é adequada para basear a proposição implicada de ‘(M)’.

(M) compromete Klein, segundo Brueckner, com a tese de que, se  $S$  tem justificação para crer que

---

<sup>26</sup> Brueckner (2000).



(*p*) a mesa parece vermelha,

então *p* é uma fonte de justificação adequada para a crença de que

(*q*) a mesa é vermelha

e *q*, ela mesma, é uma fonte de justificação adequada para a crença de que

( $\sim b$ ) não é o caso de que a mesa é branca e esteja sendo espertamente iluminada para parecer vermelha.<sup>27</sup>

Segundo Brueckner, entretanto, não é plausível pensar que *q* possa ser uma fonte adequada de justificação para  $\sim b$  se nós não consideramos que *p* é uma fonte adequada de justificação para a crença de que  $\sim b$ .

Em uma segunda objeção a Klein, Brueckner sugere o seguinte dilema.<sup>28</sup> Ou a defesa proposta por Klein do princípio de fechamento que utiliza (M) é bem-sucedida ou ela não o é. Se a defesa do princípio de fechamento proposta por Klein é bem sucedida, então, como nós já vimos, o argumento cético comete a falácia informal da petição virtual de princípio. Se ela não é bem sucedida, então o princípio de fechamento é vulnerável aos contra-exemplos de tipo Dretske e o argumento cético está condenado por utilizar, na premissa 1, uma instância falsa desse princípio. Suponha que a estratégia que utiliza (M) fracassa. O cético precisa aceitar que, dado os exemplos de tipo-Dretske, o princípio de fechamento é inútil ao argumento cético? Brueckner sugere que não. Segundo ele, para que o cético possa preservar

---

<sup>27</sup> Brueckner (2000, p. 143).

<sup>28</sup> Brueckner (2000, p.147 – 149).

o princípio de fechamento basta que ele aceite, com Dretske, que *S* não possui uma fonte de justificação adequada para a proposição ‘Os animais diante de *S* não são mulas disfarçadas de zebras’ e que ele negue, contrariando Dretske, que *S* possui alguma fonte adequada de justificação para a crença na proposição ‘Os animais diante de *S* são zebras’.<sup>29</sup>

E. J. Coffman tentou responder as essas duas objeções de Brueckner apelando para a distinção entre justificação *prima* e *ultima facie*. Segundo Coffman, o princípio de fechamento deve ser entendido em termos de justificação *prima facie*.<sup>30</sup>

Assim, Coffman sugere que a crença em  $\sim b$  (‘não é o caso de que a mesa é branca e esteja sendo espertamente iluminada para parecer vermelha’) e a crença em *z* (‘Os animais diante de *S* são zebras’) são *prima facie* justificadas. Ambas as crenças estão relacionadas apropriadamente a um estado ou processo que, *ceteris paribus*, as apóia ou baseia. Dessa forma, as duas primeiras objeções de Brueckner a Klein não atingem o alvo, pois ambas as objeções negligenciam a distinção entre justificação *prima* e *ultima facie*. Isso significa dizer que, embora a crença nas proposições  $\sim b$  e *z* possa não ser *ultima facie* justificada, a crença nessas proposições é certamente *prima facie* justificada.

Em resposta a Coffman, Brueckner chama atenção para o fato de que tanto no caso do zoológico quanto no caso da mesa não parece haver qualquer anulador (não-anulado) relevante envolvido. Dessa forma, se *S* está *prima facie* justificado em uma ou outra situação, ele também está *ultima facie* justificado em qualquer uma das duas situações.<sup>31</sup> Além disso, não parece claro qual seria o estado ou processo sobre o qual a crença de *S* em  $\sim b$  estaria baseada no caso da mesa. O candidato mais óbvio para esse papel é a crença de *S* de que *p* (‘A

---

<sup>29</sup> Brueckner (2000, p.149).

<sup>30</sup> ‘Uma crença é *prima facie* justificada sse ela está apropriadamente relacionada a um estado ou processo que, *ceteris paribus*, irá apóia-la ou baseá-la. Uma crença é *ultima facie* justificada para [S] sse (1) ela é *prima facie* justificada para [S] e (2) [S] não possui anuladores (não-anulados) para ela.’ Coffman (vindouro, p. 6). Ênfase no original. Para uma ótima discussão sobre a distinção entre justificação *última* e *prima facie*, ver o artigo de Thomas Senor (1996).

<sup>31</sup> Brueckner (vindouro a, p. 5).

mesa parece vermelha’). Entretanto, Klein nega que  $p$  seja uma fonte adequada de justificação para a proposição de que  $\sim b$ . Para Klein,  $q$  (‘A mesa é vermelha’) é a fonte adequada de justificação que  $S$  possui para crer que  $\sim b$ , mas essa *proposição* não é nem um estado mental de  $S$  nem um processo mental de  $S$  capaz de basear a crença de  $S$  em  $\sim b$ .

Por outro lado, sugere Brueckner, parece que o cético não está errado ao negar que a crença de  $S$  em  $z$  (‘Os animais diante de  $S$  são zebras’) seja *prima facie* justificada.<sup>32</sup> Para o cético, a crença de que ( $e$ ) os animais diante de  $S$  estão em um cercado marcado “Zebra” e eles parecem com zebras não é um estado mental capaz de tornar a crença de  $S$  em  $z$  em uma crença *prima facie* justificada. Do ponto de vista do cético, percepção não é fonte de justificação *prima facie* (ou *ultima facie*) adequada para a crença em proposições sobre o mundo exterior.

Assim como as duas primeiras, a terceira objeção levantada por Brueckner a Klein tenta mostrar que a adesão a (M) resulta em juízos inadequados de quando um determinado sujeito possui uma fonte adequada de justificação para crer em uma determinada proposição. Lembremos que, de acordo com (M), se  $S$  possui uma fonte adequada de justificação para uma proposição  $p$ ,  $p$  ela mesma torna-se uma fonte adequada de justificação para a crença em outras proposições que ela implique. O exemplo que parece criar desconforto para Klein é o seguinte. Suponha que  $S$  crê justificadamente nas seguintes proposições:<sup>33</sup>

( $j$ ) João é um homen

(Pr<sub>f</sub>) Prob( $x$  é um proprietário de arma de fogo/ $x$  é um homen) =  $m$

(Pr<sub>a</sub>) Prob( $x$  lê a revista *Armas*/ $x$  é um proprietário de arma de fogo) =  $m$

Suponha que  $m$  é de um grau capaz de tornar plausível a seguinte regra:

---

<sup>32</sup> Brueckner (vindouro a, p. 6).

<sup>33</sup> Brueckner (2000, p. 145 – 146).

(R) Se (i)  $e$  é toda a evidência que  $S$  possui a respeito de  $p$ , (ii)  $S$  crê justificadamente que  $e$  e (iii)  $S$  crê justificadamente que  $\text{Prob}(p/e) = m$ , então  $S$  tem justificção para crer que  $p$ .

Assim, dado a crença justificada de  $S$  em  $j$  e  $\text{Pr}_f$ , (R) implica, *ceteris paribus*, que a seguinte proposição está justificada para  $S$ :

(f) João é um proprietário de arma de fogo.

Entretanto,  $j$ ,  $\text{Pr}_f$  e  $\text{Pr}_a$  não oferecem justificção, para  $S$ , para a proposição

(l) João lê a revista *Armas*.

Pois, poderia ser o caso que

$\text{Prob}(x \text{ lê a revista } Armas/x \text{ é um proprietário de arma de fogo})$

seja bem inferior a  $m$  (e.g., se não há leitores da revista *Armas* entre os homens que não possuem armas). De acordo com (M), embora a evidência de  $S$  não seja uma fonte adequada de justificção para a crença na proposição de que  $l$ , a proposição  $f$  torna-se uma fonte de justificção para a crença em outras proposições. Dado que  $f$  possui esse status em relação à evidência de  $S$  e dado que  $S$  crê justificadamente que  $\text{Pr}_a$ , então, por R,  $f$  estaria justificada para  $S$ .<sup>34</sup> O tratamento desse caso é análogo ao tratamento dispensado por Klein ao caso das zebras. No caso das zebras, a evidência que  $S$  possui não é adequada para justificar a crença na proposição de que os animais diante de  $S$  não são mulas disfarçadas de zebras – assim

---

<sup>34</sup> Brueckner (2000, p. 145).

como no caso acima a evidência de  $S$  não é boa o bastante para justificar a crença na proposição de que João lê a revista *Armas*. E, no caso das zebras, Klein considerou que a proposição ('Os animais diante de  $S$  são zebras') justificada pela evidência de  $S$  é ela mesma uma fonte adequada de justificação para a crença de que os animais diante de  $S$  não são mulas disfarçadas de zebras – assim como no caso acima a proposição justificada pela evidência de  $S$  ('João é um proprietário de arma de fogo') serve ela mesma de fonte adequada de justificação para a crença na proposição de que João lê a revista *Armas*.

No entanto, segundo Brueckner, o tratamento *à la* Klein do caso do proprietário de arma de fogo é insatisfatório. Para Brueckner, admitir que  $f$ , ela mesma, possa ser uma fonte adequada de justificação para a crença em  $l$  '[...] é como tentar retirar da evidência de  $S$  mais do que ela realmente possui'.<sup>35</sup> Logo, aparentemente não devemos incluir  $f$  na evidência de  $S$  e, se nós não a incluimos,  $l$  não está justificada para  $S$ .

Note que, para extrair esse resultado pretensamente contra-intuitivo da teoria de Klein Brueckner precisou assumir a tese de que uma proposição pode servir de fonte adequada de justificação para outra proposição mesmo que a primeira não implique a segunda.<sup>36</sup> Por outro lado, poder-se-ia objetar dizendo que (M) se aplica apenas a situações onde uma proposição implica logicamente outra e não quando uma proposição apenas torna outra provável – como é o caso do exemplo do proprietário de arma de fogo.<sup>37</sup>

Parece que, não obstante, o próprio Klein está comprometido com a tese de que (M) aplica-se também a proposições que mantêm entre si uma relação de probabilificação e não de implicação. Em *Certainty*<sup>38</sup>, Klein alega que uma proposição  $p$  é uma fonte adequada de justificação para proposição que  $p$  confirma (i.e., torna provável). Bem entendido, implicação

---

<sup>35</sup> Brueckner (2000, p. 146).

<sup>36</sup> Brueckner (vindouro a, p. 6).

<sup>37</sup> Coffman (vindouro, p. 11 – 12).

<sup>38</sup> Klein (1981).

é apenas o caso extremo da relação de probabilificação (caso onde a verdade de uma proposição garante a verdade de outra proposição). O caso onde uma proposição torna outra bastante provável claramente conta como um caso de confirmação.<sup>39</sup>

Todas as três objeções levantadas por Brueckner a Klein visam questionar a plausibilidade da defesa kleiniana do princípio de fechamento baseada em (M). A quarta objeção apresentada por Brueckner supõe que a defesa do princípio de fechamento foi bem sucedida e questiona, então, a plausibilidade da acusação, feita por Klein, de que o argumento cético comete virtualmente a falácia informal da petição de princípio.<sup>40</sup>

Como nós vimos na seção anterior, Klein alega que esse problema para o argumento cético surge em função do sub-argumento que o cético precisa oferecer em apoio à segunda premissa de seu argumento ('*S* não tem justificção para crer que  $\sim sk$ '). Essa premissa diz que *S* não possui uma fonte de justificção adequada para a crença na negação da hipótese cética. Ocorre que, de acordo com (M), se *S* possui uma fonte adequada de justificção para sua crença na proposição ordinária *p*, que implica  $\sim sk$ , então *p* ela mesma serve de fonte adequada de justificção para  $\sim sk$ . Assim, o sub-argumento em favor da segunda premissa do argumento cético precisa estabelecer que *S* não possui qualquer fonte adequada de justificção para a crença na proposição de que *p*. Logo, o argumento cético parece cometer virtualmente a falácia informal da petição de princípio, pois qualquer sub-argumento em apoio à segunda premissa é suficiente para estabelecer a conclusão do argumento principal.

A objeção de Brueckner a essa linha de raciocínio de Klein é a de que esse raciocínio vale para todos os argumentos da forma *modus tollens* (MT).<sup>41</sup>

(1) Se A, então B

---

<sup>39</sup> Brueckner (vindouro a, p. 7).

<sup>40</sup> Brueckner (2000, p.147 – 149).

<sup>41</sup> Brueckner (2000, p.148).

(2)  $\sim B$

Logo, (3)  $\sim A$

De acordo com Klein, (MT) comete a falácia informal da petição de princípio: se nós supomos a verdade de (1) e exigimos um sub-argumento em favor de (2), então esse sub-argumento precisa estabelecer a verdade de  $\sim A$ ; se ele não o faz e  $A$ , ao invés de  $\sim A$ , é o caso, então  $B$  se segue da premissa (1) cuja verdade nós concedemos. Se Brueckner está certo, então a maneira com que Klein busca refutar o argumento cético é inaceitável. Parece ser um completo disparate pensar que todo argumento da forma *modus tollens* comete virtualmente a falácia da petição de princípio.

Contra Klein, parece plausível pensar, afirma Brueckner, que tanto no caso do argumento cético quanto no caso de (MT), existam maneiras de se apoiar a segunda premissa que não impliquem a utilização de um sub-argumento que estabeleça a negação do antecedente do condicional aceito na primeira premissa.<sup>42</sup>

Bem entendido, a crítica de Brueckner a Klein não envolve a noção de forma lógica de um argumento. O que está em jogo na objeção de Brueckner a Klein não é a validade do argumento cético, mas sim a sua cogência. Se Brueckner está certo, então a argumentação de Klein que busca mostrar o que torna o argumento cético não-cogente é defeituosa.

---

<sup>42</sup> Brueckner (vindouro a, p. 11).

### 3. A TEORIA DAS ALTERNATIVAS RELEVANTES

A teoria das alternativas relevantes é certamente uma das reações ao argumento cético mais influentes contemporaneamente.<sup>1</sup> A obra de Fred Dretske, em grande medida, é a responsável por essa influência.<sup>2</sup> A principal característica dessa teoria, assim como apresentada por Dretske, é a de que duas das nossas principais intuições a respeito do conceito de conhecimento parecem ser harmoniosamente acomodadas por ela. De um lado, a nossa intuição sobre o conceito de conhecimento parece apontar para o fato de que esse conceito é *absoluto*.<sup>3</sup> Dizer que as nossas intuições consideram o conceito de conhecimento como um conceito absoluto significa, para Dretske, dizer que a evidência ou justificação sobre a qual um sujeito apóia a sua crença de que  $p$  deve ser capaz de eliminar todas as alternativas à crença de que  $p$ .<sup>4</sup> A proposição de que  $q$  é uma alternativa à crença de  $S$  de que  $p$  se a verdade de  $q$  é incompatível com a verdade de  $p$ . Nesse sentido, nossas intuições parecem nos dizer que  $S$  não sabe que  $p$  se  $q$  é incompatível com  $p$  e a base evidencial ou justificatória sobre a qual a crença de que  $p$  está baseada não é capaz de eliminar a possibilidade de que  $q$  seja o caso. Esse aspecto da nossa compreensão pré-filosófica sobre o conceito de conhecimento é justamente aquele explorado pelo ceticismo: ao chamar nossa atenção para hipóteses céticas incompatíveis com as proposições ordinárias sobre o mundo exterior, o cético nos mostra que a evidência ou justificação sobre a qual nós baseamos as nossas crenças nesse tipo de proposição é quase nunca capaz de eliminar a possibilidade de que a hipótese cética seja o caso.

---

<sup>1</sup> Cf. Goldman (1976), Stine (1976), Cohen (1988, 1991 e 1998a), DeRose (1995 e 1996), Hawthorne (2004) e Sosa (2004).

<sup>2</sup> Dretske (1969, 1970, 1971, 1981 e 1981a). Na presente oportunidade, eu me deterei a analisar o texto seminal da teoria das alternativas relevantes, assim como concebida por Dretske, apresentado em Dretske (1981).

<sup>3</sup> Para uma análise da intuição de que o conceito de conhecimento é absoluto, ver Unger (1975).

<sup>4</sup> Dretske (1971 e 1981).



Por outro lado, a conseqüência extraída pelo cético de que o conceito de conhecimento é absoluto agride fortemente a intuição de que nós, de fato, temos a grande maioria das proposições ordinárias sobre o mundo exterior como objeto de conhecimento.

Em resposta a essa aparente inconsistência dos dados fornecidos pela nossa intuição, duas reações são as mais óbvias. A primeira reação, e certamente a mais indigesta, é a de sustentarmos que o conceito de conhecimento de fato é absoluto e que nossas crenças em proposições ordinárias são falsas.<sup>5</sup> Uma segunda reação é a de abirmos mão do caráter absoluto do conceito de conhecimento, preservando, assim, o nosso conhecimento sobre o mundo exterior.<sup>6</sup> A teoria das alternativas relevantes desenvolvida por Dretske pretende conciliar, de forma inovadora, as nossas intuições sobre o conceito de conhecimento em uma teoria que não dispense, assim como o fazem as duas reações óbvias a inconsistência dessas intuições, de nenhum dos dois aspectos da nossa compreensão pré-filosófica do conceito de conhecimento.

A teoria das alternativas relevantes de Dretske oferece uma maneira de se preservar ambas, a intuição de que o conceito de conhecimento é absoluto e a intuição de que nós sabemos grande parte daquilo que supomos saber sobre o mundo exterior. De acordo com Dretske, conhecimento é *relacionalmente absoluto*, absoluto em relação a um padrão.<sup>7</sup> Para que tenhamos uma proposição,  $p$ , como objeto de conhecimento, nossa evidência ou justificação não precisa eliminar *todas* as proposições incompatíveis com  $p$  – i.e., nossa justificação ou evidência não precisa eliminar todas as alternativas a  $p$ . Nós podemos ter  $p$  como objeto de conhecimento nos casos em que a nossa justificação ou evidência é capaz de eliminar todas alternativas *relevantes* à verdade de  $p$ . O conjunto de alternativas relevantes é

---

<sup>5</sup> Essa é a postura de Unger (1975).

<sup>6</sup> A tese de que a evidência sobre a qual a nossa crença que é um caso de conhecimento está baseada não precisa eliminar *todas* as alternativas à essa crença é característica do *falibilismo*. Essa é a estratégia assumida pela grande maioria dos epistemólogos. Chisholm (1977) é um dos mais célebres defensores do falibilismo.

<sup>7</sup> Dretske (1981).

um sub-conjunto de todas as alternativas a  $p$ . Abaixo nós veremos qual o critério escolhido por Dretske para indicar quais alternativas pertencem ao conjunto de alternativas a  $p$  e quais pertencem ao sub-conjunto de alternativas relevantes a verdade de  $p$ . No entanto, já podemos perceber que, dada a distinção entre alternativas relevantes e não-relevantes, a conclusão cética de que nós não possuímos conhecimento sobre o mundo exterior não poderá mais ser estabelecida através da utilização de *qualquer* hipótese cética incompatível com uma proposição ordinária  $p$ : apesar de  $q$  ser uma proposição incompatível com a verdade de  $p$  e apesar de minha evidência ou justificação em favor de  $p$  não ser capaz de eliminar  $q$  (isto é, apesar de minha justificação ou evidência não ser capaz de justificar  $\sim q$ ), isso não implica que eu não saiba que  $p$ , pois  $q$  pode ser uma alternativa não-relevante a verdade de  $p$  e, logo, uma alternativa que eu não preciso eliminar para que eu saiba que  $p$ . Portanto, segundo a teoria das alternativas relevantes, a conclusão cética deve ser aceita se e somente se as hipóteses céticas incompatíveis com a verdade das proposições ordinárias que nós supomos ter como objeto de conhecimento são alternativas relevantes a verdade dessas proposições.

Agora, nós olharemos mais detalhadamente a teoria das alternativas relevantes de Dretske, focando em três aspectos: (i) de que forma Dretske motiva a sua concepção de conhecimento, (ii) como a teoria das alternativas relevantes trata de um caso específico de suposto conhecimento e (iii) qual o critério que distingue alternativas relevantes de alternativas não-relevantes à verdade de uma proposição.

Dretske crê que o conceito de conhecimento se estrutura de forma semelhante a outros conceitos. A análise dos predicados ‘ $x$  é plano’ e ‘ $x$  está vazio’ é capaz de oferecer um modelo através do qual a relação ‘ $x$  sabe que  $y$ ’ pode ser entendida. Segundo Dretske, o que os conceitos expressos por esses predicados têm em comum é o fato de que todos eles são absolutos e que, apesar de seu caráter absoluto, eles se mantêm ‘sensíveis aos interesses

cambiáveis, preocupações e fatores que influenciam a sua aplicação ordinária'.<sup>8</sup> Para tanto, Dretske retoma a análise que Peter Unger realizou desses conceitos.<sup>9</sup>

Segundo Unger, '*x é plano*' expressa um conceito absoluto no sentido de que uma superfície é plana somente se ela *não* possui *qualquer* irregularidade. Qualquer calombo ou irregularidade, não importando o quão pequeno ou insignificante (do ponto de vista prático), faz com que a superfície na qual elas ocorrem não seja considerada realmente plana. A superfície que possui qualquer irregularidade pode ser *quase* plana ou *muito próxima* de ser plana, mas, como essas expressões sugerem, ela não é *realmente* plana. Unger alega que, muito embora nós comparemos diferentes superfícies segundo o seu grau de planiformidade (e.g., Brasília é mais plana que a cidade do Rio de Janeiro), isso significa apenas que nós comparamos o grau em que essas superfícies se aproximam a planiformidade. Duas superfícies não podem ser ambas planas e, no entanto, uma delas ser mais plana do que a outra. Assim, se a superfície *A* é mais plana que a superfície *B*, então *B* (e talvez *A*) não é uma superfície realmente plana. Planiformidade não admite graus, mesmo que o fato de uma superfície estar mais ou menos próxima da planiformidade admita graus. Isso é assim porque nós temos em mente a segunda magnitude quando dizemos que uma superfície é mais plana do que outra.

Dessa análise do conceito expresso pelo predicado '*x é plano*', Unger conclui que não existem muitas coisas realmente planas: quando devidamente ampliadas, praticamente todas as superfícies apresentam algum tipo de irregularidade. Logo, contrariando aquilo que nós normalmente pensamos, a grande maioria das superfícies que conhecemos não são realmente planas. Ao descrevermos essas superfícies como sendo planas nós estamos dizendo algo simplesmente falso. Essa é uma consequência de o conceito de superfície plana ser absoluto.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Dretske (1981, p. 50).

<sup>9</sup> Em Unger (1971).

<sup>10</sup> Dretske (1981, p. 50).

Se o conceito de conhecimento é absoluto assim como o conceito de plano, então objeções similares ao último conceito devem se aplicar ao primeiro. Muitas vezes, quando nós refletimos criticamente sobre o nosso pretense conhecimento sobre o mundo exterior, algumas ‘irregularidades’ não percebidas anteriormente tornam-se salientes. Parece haver sempre alguma possibilidade que a nossa evidência não é capaz de eliminar e que, por isso, nos impede de termos proposições ordinárias como objeto de conhecimento. Se conhecimento, por ser um conceito absoluto, exige que todas as alternativas a verdade da proposição que se mantém sejam eliminadas para que possamos ter essa proposição como objeto de conhecimento, então nós dificilmente podemos ser tomados como aplicando corretamente o conceito de conhecimento em contextos ordinários.<sup>11</sup>

Embora essa analogia entre os conceitos de plano e o conceito de conhecimento implique conseqüências céticas, Unger aceita que essa é uma conseqüência incontornável. Dretske e a maioria dos epistemólogos, entretanto, não restam satisfeitos com esse resultado. Para Dretske, embora o conceito de plano seja absoluto isso não implica que nada no mundo seja realmente plano. Segundo ele, embora algo não possa ser plano e conter irregularidades, aquilo que conta como uma irregularidade depende do tipo de superfície que está sendo descrita. Outro conceito absoluto descrito por Unger, discutido por Dretske e que se comporta da mesma forma que o conceito de plano é conceito de *vazio*. Algo é vazio se não há nada dentro desse algo, mas isso não significa que um depósito não está realmente vazio porque há lâmpadas ou partículas de pó dentro dele. Lâmpadas e partículas de pó não contam como *coisas* quando tentamos determinar se um depósito está ou não vazio. A presença de lâmpadas, moléculas e pó é irrelevante quando estamos tentando determinar se um depósito está vazio. Isso não significa que a presença de lâmpadas e moléculas não possa passar a ser relevante para que determinemos se o mesmo (ou outro) depósito está vazio: se nós passamos

---

<sup>11</sup> Dretske (1981, p. 51).

a usar esse depósito como uma câmara a vácuo para o teste de chips de computador, então a presença de partículas de pó passa a ser levada em consideração ao tentarmos determinar se o depósito está vazio. Ao invés disso, nós só queremos dizer que, do jeito que nós agora utilizamos o depósito, moléculas, pó e lâmpadas não contam como *coisas* ao tentarmos determinar se o depósito está vazio.<sup>12</sup>

Conceitos absolutos pressupõem, para a sua aplicação eficaz, a ausência de um certo tipo de coisas. No caso do conceito de plano, a aplicação eficaz pressupõe a ausência de irregularidades. No caso do conceito de vazio, a aplicação eficaz desse conceito pressupõe a ausência de objetos. No entanto, quando nós precisamos determinar se uma certa utilização desses conceitos é satisfatória ou não, nós nos deparamos com critérios e padrões cambiáveis daquilo que deve contar como um objeto (no caso do conceito de vazio) e daquilo que deve contar como uma irregularidade (no caso do conceito de plano). Afinal de contas, aquilo que conta como um objeto quando tentamos determinar se o bolso de alguém está vazio não conta como um objeto quando tentamos determinar se um estádio ou um depósito está vazio.

Dretske sugere que conceitos absolutos como vazio e plano são *relacionalmente absolutos*: esses conceitos são absolutos em relação a certo padrão. Nesse sentido, algo está vazio se esse algo é *privado de todas as coisas relevantes* e uma superfície é plana se ela é *privada de toda irregularidade relevante*. Analogamente, se o conceito de conhecimento é um conceito absoluto, é razoável que se pense que ele também é *relacionalmente* absoluto. Dretske crê que o resultado obtido na análise dos conceitos absolutos de vazio e de plano pode servir de modelo para o conceito de conhecimento. Ele propõe que pensemos

[e]m conhecimento como um estado evidencial no qual *todas as alternativas relevantes* (àquilo que se sabe) *são eliminadas*. Isso faz do conhecimento um conceito absoluto, mas a restrição às alternativas *relevantes* faz com que ele

---

<sup>12</sup> Dretske (1981, p. 51).

seja aplicável, assim como *vazio* e *plano*, ao mundo epistemicamente irregular no qual nós vivemos.<sup>13</sup>

Dretske elabora a idéia de que conhecimento é um conceito relacionalmente absoluto através da discussão do seguinte exemplo:

Um observador de aves amador identifica um pato em seu lago favorito em Wisconsin. Ele rapidamente nota a sua silhueta familiar e as suas marcas e faz uma nota mental para dizer aos seus amigos que ele viu um Gadwall, uma ave bastante incomum naquela parte do meio-oeste. Dado que o Gadwall tem um conjunto distintivo de marcas (costas pretas, mancha branca na ponta posterior da asa, etc.), marcas que nenhum outro pato norte-americano exibe, e todas essas marcas eram perfeitamente visíveis, parece suficientemente razoável que se diga que o observador de aves *sabe* que aquela ave é um Gadwall. Ele pode ver que ela o é.

Entretanto, um interessado ornitologista está pesquisando nas redondezas, não muito longe de onde o observador de aves identificou o seu Gadwall, procurando por algum traço de mergulhões siberianos. Mergulhões são aves aquáticas semelhantes a patos e a versão siberiana dessa criatura, quando está na água, é muito dificilmente distinguível de um pato Gadwall. Uma identificação acurada requer que vejamos as aves voando, pois o Gadwall tem a barriga branca e o mergulhão a barriga vermelha – características que não são visíveis quando essas aves estão na água. O ornitologista tem a hipótese de que alguns mergulhões siberianos têm migrado, para o meio-oeste, do seu lar na Sibéria e ele e seus assistentes de pesquisa estão vasculhando o meio-oeste a procura de confirmação [dessa hipótese].<sup>14</sup>

Dretske sugere que, mesmo que nós admitamos que a ave diante do observador amador de aves é de fato um pato do gênero Gadwall, nossas intuições vacilam entre considerar que ele sabe que a ave diante dele é um pato Gadwall e considerar que ele não tem isso como objeto de conhecimento. Parece razoável, segundo Dretske, pensar que o observador não sabe que a ave diante dele é um pato Gadwall se existem mergulhões siberianos nos arredores. E a nossa resposta diante dessa situação pode variar sensivelmente se nós alteramos a descrição da possibilidade que é incompatível com a proposição de que a ave é um pato Gadwall. E se o ornitologista está errado e nenhum mergulhão migrou para o

<sup>13</sup> Dretske (1981, p. 52). Ênfases no original.

<sup>14</sup> Dretske (1981, p. 54 – 55). Ênfase no original.

meio-oeste? O observador ainda não sabe que a ave diante dele é um pato Gadwall? Poderia a simples presença de um ornitologista, com uma falsa hipótese de que mergulhões migraram para o meio-oeste, roubar o conhecimento do observador de aves de que a ave diante dele é um pato Gadwall? E se não há sequer qualquer ornitologista na região, mas apenas um boato de que há tal especialista a procura de mergulhões siberianos?

Dretske sugere que as teorias epistemológicas precisam ‘endurecer’ as nossas intuições em algum ponto desse *continuum* de possibilidades. Caso isso não ocorra, fica difícil evitar que o ceticismo nos roube de boa parte do nosso pretense conhecimento sobre o mundo exterior. Se um mero rumor sobre mergulhões siberianos e um ornitologista pode alijar o observador de aves do conhecimento de que a ave que está diante dele, sob excelente luz e a pouca distância, é um pato Gadwall, então nada parece impedir que rumores e suspeitas falsas sobre demônios enganadores e suas possíveis trapças roubem o nosso conhecimento ordinário sobre o mundo a nossa volta.<sup>15</sup>

Entretanto, uma maneira de impedirmos a nossa submissão total diante desse raciocínio cético é a de admitirmos, junto com Dretske, que o conceito de conhecimento exige a eliminação de todas as alternativas à verdade da proposição que é objeto de conhecimento, mas que os membros do conjunto de alternativas à verdade dessa proposição variam de acordo com a situação em consideração. Assim, o observador de aves pode saber que diante dele há um pato Gadwall se a situação em que ele se encontra é uma onde a possibilidade de haver mergulhões siberianos não é relevante e, de outro lado, ele pode não ter essa proposição como objeto de conhecimento se existe uma suspeita, não importa o quão bem fundamentada, de que existem mergulhões nos arredores.

---

<sup>15</sup> Dretske (1981, p. 56).

Embora a análise do exemplo seja intuitivamente plausível, Dretske acrescenta rigor à distinção entre alternativas relevantes e não-relevantes da seguinte forma.<sup>16</sup> Dretske chama de *conjunto contrastante* (CC) o conjunto formado por possibilidades que são necessariamente (logicamente) eliminadas por aquilo que *S* sabe: se *S* sabe que *p*, então *q* pertence ao (CC) de *p* se e somente se, dado *p*, necessariamente  $\sim q$ . Se '*p*' está para 'há um pato Gadwall diante de *S*', então, se '*q*' está para 'A ave diante de *S* é um mergulhão siberiano', *q* pertence ao (CC) de *p*, para *S*. Além de *q*, pertencem, por exemplo, ao (CC) de *p*, para *S*, as proposições 'a ave diante de *S* é um pato mecânico' e 'o animal diante de *S* é uma cotovia disfarçada de pato Gadwall'. O conjunto composto pelas possibilidades de fato eliminadas pelo corpo evidencial de *S*, se ela sabe que *p*, é chamado de *conjunto relevante* (CR). Dizer que a evidência de *S* deve ser capaz de eliminar algumas alternativas à verdade de *p* significa, segundo Dretske, dizer que a evidência de *S* em favor de *p* deve ser boa o bastante para que se diga que *S* sabe que essas alternativas são falsas.<sup>17</sup> Membros de (CC) que não são membros de (CR) são chamados de *alternativas irrelevantes*. Esses membros de (CC) que não são membros de (CR) são representados por proposições incompatíveis com a verdade da proposição que é objeto de conhecimento de *S*, *p*, e não precisam ser eliminadas pela evidência de *S* para *p* para que *S* saiba que *p* – embora nada impeça que a evidência de *S* para *p* também elimine essas proposições.

Embora mergulhões sejam realmente parecidos com patos, nenhum mergulhão siberiano se parece realmente com algum pato Gadwall.<sup>18</sup> Assim, embora a proposição (*q*) '*x* parecer ser um mergulhão siberiano' seja um membro de (CC) para a proposição (*p*) 'há um pato Gadwall diante de *S*', *q* não é um membro de (CR) para *p*, quando *S* é o sujeito descrito no exemplo acima. Por outro lado, afirma Dretske, as proposições '*x* é uma águia' e '*x* é uma

---

<sup>16</sup> Dretske (1981, p. 56 – 58).

<sup>17</sup> Dretske (1981, p. 57).

<sup>18</sup> Dretske inventou essa semelhança apenas para efeitos argumentativos. Ver Dretske (1981, p. 57).



cotovia' são membros de (CR) para  $p$ , pois, se a evidência do observador de aves não for capaz de eliminar essas alternativas a verdade de  $p$ , então ele não sabe que  $p$ .

Ainda, o conjunto de proposições relevantes a verdade de uma proposição que é objeto de conhecimento pode variar, tanto em relação ao mesmo sujeito e a mesma proposição em diferentes situações, quanto a mesma proposição e diferentes sujeitos na mesma ou em diferentes situações. Se a proposição 'há mergulhões siberianos nas redondezas' é um membro de (CR) para o observador de aves do exemplo, então ele precisará de um corpo evidencial mais elaborado do que o normal para saber que há um pato Gadwall diante dele. Para o cético, (CC) e (CR) são idênticos: a evidência de  $S$  em favor de sua crença ordinária sobre o mundo exterior, a crença de que  $p$ , precisa ser capaz de eliminar todas as proposições alternativas a verdade de  $p$ , o que é o mesmo que dizer que não existem possibilidades irrelevantes.<sup>19</sup>

Em suma, segundo a teoria das alternativas relevantes, se  $S$  sabe que  $p$ , então aquilo que justifica  $p$ , para  $S$ , é capaz de eliminar todas as alternativas relevantes a verdade de  $p$ . E, já que o fato de  $S$  'eliminar' uma alternativa,  $q$ , a verdade de  $p$  implica que  $S$  sabe que  $\sim q$ , fica delimitado em quais situações o princípio de fechamento é verdadeiro: se  $q$  é uma alternativa relevante a verdade de  $p$ , para  $S$ , então, se  $S$  sabe que  $p$ , sabe que  $p$  implica  $\sim q$  e deduz  $\sim q$  com base em  $p$  e na relação de implicação, então  $S$  sabe que  $\sim q$ . Por outro lado, as situações onde esse princípio é falso são aquelas onde  $q$  é uma alternativa irrelevante a verdade de  $p$ : nessas situações, a justificação que torna a crença de  $S$  de que  $p$  um caso de conhecimento não é capaz de eliminar  $q$ , i.e., não é capaz de tornar a crença de  $S$  de que  $\sim q$  um caso de conhecimento.

Para Dretske, a atitude mais adequada diante de um argumento cético é a de chamarmos atenção para o fato de que esse tipo de argumento apresenta alternativas à verdade

---

<sup>19</sup> Dretske (1981, p. 58).

das proposições ordinárias, mas que essas alternativas não são relevantes. O filósofo é enfático ao afirmar que<sup>20</sup>

O que é importante de se perceber é que, especialmente em discussões com o cético, a impaciente rejeição de suas hipóteses imaginativas não é (como ele rapidamente sugerirá) somente intolerância *prática*, e objeção em confrontar objeções decisivas a nossa forma ordinária de falarmos. É, ao contrário, uma tentativa semi-consciente de se exibir o caráter *relacionalmente* absoluto dos nossos conceitos cognitivos.

Quais são, então, os critérios que tornam uma determinada proposição membro de um dos dois conjuntos de alternativas, (CC) e (CR)?

Dretske considera a tese de que uma proposição,  $q$ , é uma alternativa relevante a um suposto item de conhecimento,  $p$ , somente se há alguma razão para se pensar que  $q$  é verdadeira, ou pode ser verdadeira. Duvidar que algo é o caso pode ser uma atitude irracional e, se não há qualquer razão para se duvidar, a mera possibilidade de que  $q$  seja o caso é irrelevante para a determinação de se sabemos ou não que  $p$ .<sup>21</sup>

Contra a tese de que a mera possibilidade<sup>22</sup> de uma proposição ser verdadeira não é suficiente para que essa proposição seja considerada como uma alternativa relevante à verdade de outra proposição, Dretske chama atenção para o fato de que, no exemplo do observador de aves, mera possibilidade parece ser suficiente para que nós consideremos uma proposição como uma alternativa relevante ao pretense conhecimento do observador de que ele está diante de um pato Gadwall. O lago onde o observador de aves está pode estar repleto de mergulhões siberianos sem que esse observador sequer saiba que tais animais existem. Nesse caso, ele não tem qualquer razão para duvidar que o animal que ele vê diante de si é um

---

<sup>20</sup> Dretske (1981, p. 54).

<sup>21</sup> Dretske (1981, p. 62).

<sup>22</sup> Dretske não é explícito quanto a que tipo de possibilidade ele tem em mente. O contexto, entretanto, sugere que trata-se de possibilidade lógica.

pato Gadwall, mas nós dificilmente diríamos que ele sabe que há um pato Gadwall diante dele.<sup>23</sup>

Segundo Dretske, isso mostra que o fato de haver uma razão para se duvidar que uma proposição é verdadeira não é condição necessária para que haja uma alternativa relevante a verdade dessa proposição. Entretanto, isso pode ser suficiente para transformar uma alternativa em uma alternativa relevante. Parece ser razoável pensar, sugere Dretske, que o observador de aves não sabe que diante dele há um pato Gadwall se, mesmo depois de cumpridas todas as condições para que ele saiba isso, ele crê (falsamente) que o animal diante dele pode ser um mergulhão. Assim, Dretske percebe as conseqüências dessa postura e as aceita. Ele aceita, particularmente, que ‘podemos roubar o conhecimento de uma pessoa, na verdade de uma comunidade inteira, ao espalharmos um falso boato’.<sup>24</sup>

### *3.1 Relevância ad hoc?*

Depois que Fred Dretske elaborou em detalhe a teoria das alternativas relevantes, uma série de epistemólogos questionaram aspectos importantes dessa teoria.<sup>25</sup> A principal dúvida em relação a plausibilidade da teoria das alternativas relevantes surgiu por conta do critério usado para a distinguir entre alternativas relevantes e alternativas irrelevantes.<sup>26</sup> Se hipóteses levantadas pelo cético como a de que eu sou um cérebro em uma cuba são demasiadamente estranhas, exóticas e incomuns para que constituam alternativas relevantes a verdade de proposições ordinárias, por que nós não simplesmente consideramos que o ceticismo em relação ao conhecimento empírico é uma postura implausível, uma postura com a qual nós

---

<sup>23</sup> Dretske (1981, p. 62).

<sup>24</sup> Dretske (1981, p. 62).

<sup>25</sup> Cf., principalmente, Stine (1976), Sanford (1981 e 1991), Yourgrau (1983), Brueckner (1985), Sosa (1986) e Cohen (1988 e 1991).

<sup>26</sup> Cohen (1991).

não devemos realmente nos preocupar? A forma com que Dretske considerou hipóteses céticas como alternativas irrelevantes faz com que fique difícil evitar a impressão de que, segundo a sua versão da teoria das alternativas relevantes, hipóteses céticas são alternativas irrelevantes a verdade de proposições ordinárias *porque elas são hipóteses céticas*. Esse estado de coisas faz com que recaia sobre o(s) critério(s) que distingue(m) entre alternativas relevantes e irrelevantes a suspeita de que ele(s) é (são) puramente *ad hoc*.<sup>27</sup>

Como nós vimos na seção anterior, Dretske sugere que ‘a diferença entre alternativas relevantes e irrelevantes reside não naquilo que nós (razoavelmente ou não) *consideramos* uma possibilidade real, mas no tipo de possibilidades que de fato existem na situação objetiva’.<sup>28</sup> Além de não parecer muito precisa, a formulação oferecida por Dretske do critério que distingue alternativas relevantes de alternativas irrelevantes parece também reforçar a sensação de que sua teoria simplesmente postula a irrelevância das alternativas céticas: se o que torna uma alternativa relevante em uma determinada situação é o fato de existir uma possibilidade real de que essa alternativa seja verdadeira, naquela situação, e hipóteses céticas *não* constituem alternativas relevantes a verdade de proposições ordinárias *em qualquer situação*, então isso implica que hipóteses céticas não constituem possibilidades reais, em qualquer situação, não importando o que nós pensamos sobre essas hipóteses, em uma dada situação.

Agora, se nós compreendemos ‘possibilidade real’ como expressando o mesmo que ‘possibilidade física’ (algo que é pelo menos implicado pelo texto de Dretske), nós veremos que algumas dificuldades importantes surgem para a teoria articulada por Dretske. Em um excelente artigo, Palle Yourgrau elaborou quatro objeções ao critério, sugerido por Dretske, que distingue alternativas relevantes de alternativas irrelevantes.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Cohen (1988 e 1991).

<sup>28</sup> Dretske (1981, p. 63). Ênfase no original.

<sup>29</sup> Yourgrau (1983, p. 183 – 185).

Em primeiro lugar, parece que a noção de possibilidade física (relativa a um contexto e às leis físicas) não é capaz de eliminar todos os casos em que Dretske considera que alternativas irrelevantes estão envolvidas. O famoso caso das zebras no zoológico, por exemplo, parece não se beneficiar da noção de possibilidade física da forma que Dretske gostaria. Certamente, não é o caso que seja fisicamente impossível que os animais no cercado marcado 'Zebras' sejam na verdade mulas disfarçadas de zebras e, não, zebras. No entanto, segundo Dretske, a proposição segundo a qual os animais no cercado são mulas disfarçadas de zebras é uma alternativa irrelevante a proposição de que esses animais são zebras.<sup>30</sup> Da mesma forma, mesmo que mergulhões siberianos não migrem para o meio-oeste norte-americano, não é fisicamente impossível que, por exemplo, um cientista traga, de avião, exemplares desse pássaro para se reproduzirem em cativeiro nessa região norte-americana.<sup>31</sup>

Em segundo lugar, de acordo com a teoria das alternativas relevantes de Dretske, o subconjunto das alternativas relevantes à verdade de uma proposição é determinada pela possibilidade física em um tempo específico – no tempo em que a crença de que  $p$  é formada. Yourgrau chama atenção para ao fato de que, se um mergulhão siberiano estivesse praticando vôos longos, no momento em que essa ave fosse capaz de voar até o meio-oeste norte-americano,  $S$  deixaria de saber que a ave que ele vê diante de si é um pato Gadwall. E, ainda, no momento em que essa ave em particular perdesse a habilidade de voar até o meio-oeste,  $S$  voltaria a saber que ele está diante de um pato Gadwall. Conforme Yourgrau, entretanto, parece errado sugerir que o status epistêmico da crença de  $S$  de que ele vê um Gadwall flutue de acordo com as habilidades aeronáuticas de um mergulhão siberiano.<sup>32</sup>

Em terceiro lugar, alguns exemplos sugerem que a impossibilidade física de que uma alternativa seja o caso não é suficiente para que essa alternativa seja irrelevante. O exemplo

---

<sup>30</sup> Yourgrau (1983, p. 184).

<sup>31</sup> O exemplo é de Yourgrau (1983, p. 184).

<sup>32</sup> Yourgrau (1983, p. 184).

apresentado por Yourgrau é o seguinte.<sup>33</sup> Suponha que *S* não é capaz distinguir *A* de seu irmão gêmeo *B* e que, em uma situação determinada, *A* caminha na direção de *S* e *S* crê que *A* está diante dele, com base na sua aparência. Se *B* estava em um local distante daquele em que *S* encontrou com *A* (e.g., *S* se encontrou com *A* em Nova Iorque enquanto *B* estava em Moscou) e se era ‘fisicamente impossível’ que *S* estivesse em um local próximo de onde *S* se encontrou com *A*, então, segundo a teoria de Dretske, *S* sabe que *A* está diante dele. No entanto, para Yourgrau, nossa intuição nos diz que, se *S* não é capaz de distinguir *A* de *B*, ele não é capaz de saber diante de qual dos irmãos ele está.<sup>34</sup>

Por último, costuma-se considerar que é logicamente possível que as leis físicas mudem e parece fazer sentido que se pergunte se nós sabemos que as leis físicas não mudarão. De acordo com Yourgrau, a teoria das alternativas relevantes proposta por Dretske está comprometida com a o veredicto de que, se é verdade que as leis da física não mudarão, então nós sabemos que isso é assim dado que a alternativa a essa proposição (a proposição segundo a qual as leis irão mudar) não é fisicamente possível e, por isso, não é uma alternativa relevante a proposição de que as leis não irão mudar.<sup>35</sup>

Se as objeções de Palle Yourgrau são boas o bastante, o critério proposto por Dretske para distinguirmos alternativas relevantes de alternativas irrelevantes implica resultados obviamente implausíveis.

Além disso, e como era de se esperar, a suposta arbitrariedade com que Dretske trata as hipóteses céticas compromete também a sua recusa em aceitar o princípio de fechamento dedutivo. Segundo Dretske, se *S* sabe que *p* na situação *t*, então *S* está, pelo menos, em posição de ter como objeto de conhecimento, em *t*, a negação de todas as alternativas relevantes a *p*. Se *q* é uma alternativa irrelevante para a proposição de que *p*, mantida por *S*

---

<sup>33</sup> Yourgrau (1983, p. 184 – 185).

<sup>34</sup> Yourgrau (1983, p. 185).

<sup>35</sup> Yourgrau (1983, p. 185).

em  $t$ , então, segundo Dretske,  $S$  não sabe que  $\sim q$  em  $t$ . Agora, se em  $t_1$   $q$  passa a ser uma alternativa relevante a  $p$ , para  $S$ , então  $S$  sabe que  $p$  só se  $\sim q$  é um item de conhecimento para  $S$  em  $t_1$ . Isto é, o conjunto de alternativas relevantes é fechado sob implicação lógica.<sup>36</sup> Entretanto, já que hipóteses céticas não constituem alternativa relevante a qualquer proposição, em qualquer situação, essas hipóteses constituem um sub-conjunto do conjunto das alternativas irrelevantes que possui uma propriedade, digamos assim, escolhida a dedo pela teoria: o sub-conjunto de alternativas irrelevantes formado por hipóteses céticas não é fechado sob implicação lógica (como de resto todo o conjunto de alternativas irrelevantes) em nenhuma situação possível (ao contrário de todas as outras alternativas irrelevantes que, apesar de irrelevantes em uma dada situação podem vir a ser relevantes em outra situação) e, quando perguntada sobre por que o sub-conjunto de alternativas irrelevantes formado pelas hipóteses céticas não é fechado sob implicação lógica, a única resposta aparentemente disponível à teoria de Dretske é a de que o conjunto formado pelas hipóteses céticas não é fechado sob implicação lógica por que esse conjunto é formado por hipóteses céticas. E esse é claramente um resultado desagradável para a teoria das alternativas relevantes.

Gail Stine<sup>37</sup> propôs uma versão da teoria das alternativas relevantes que pretende preservar o princípio de fechamento dedutivo. De acordo com Stine, Dretske pensa que, toda vez que nós atribuímos a  $S$  a propriedade de saber que  $p$  é o caso, nós pressupomos que  $\sim p$  é uma alternativa relevante a  $p$ .<sup>38</sup> Segundo ela, isso é o que faz com que Dretske recuse a validade do princípio de fechamento: no contexto do embate com o cético,  $\sim p$  é uma alternativa relevante a verdade da proposição ‘ $S$  sabe que  $p$ ’ e, por isso, deve ser eliminada pela evidência de  $S$  para  $p$ ; nessa situação, a hipótese cética  $sk$  é, da mesma forma, relevante a verdade da proposição ‘ $S$  sabe que  $\sim sk$ ’. Segundo Dretske, o fato de nossa evidência ser capaz

<sup>36</sup> Mais precisamente, sob implicação lógica ‘conhecida’. Deixou-se de lado esse detalhe unicamente com a intenção de se facilitar a apresentação do exemplo.

<sup>37</sup> Stine (1976).

<sup>38</sup> Stine (1976, p. 151).

de eliminar a alternativa relevante a verdade de  $p$  e não a alternativa relevante a verdade de  $\sim sk$  mostra que o princípio de fechamento não é verdadeiro em toda situação possível. Contra essa análise de Dretske, Stine sugere que, embora, no mais das vezes, seja verdade que a relevância de  $\sim p$  é pressuposta quando dizemos que  $S$  sabe que  $p$ , em algumas situações essa pressuposição é ‘cancelada’.<sup>39</sup> Segundo Stine, argumentos que utilizam instâncias do princípio de fechamento são exemplos dessas situações. Assim, em um contexto onde  $sk$  não é relevante (i.e., em um contexto onde a pressuposição de que  $sk$  é relevante a verdade de  $\sim sk$  foi cancelada),  $S$  sabe que  $p$  e que  $\sim sk$ . Por outro lado, em um contexto onde  $sk$  é relevante (i.e., em um contexto onde a pressuposição de que  $sk$  é relevante a verdade de  $\sim sk$  não foi cancelada),  $S$  não sabe que  $p$  e  $S$  não sabe que  $\sim sk$ .<sup>40</sup> Dessa forma, Stine mantém o conjunto de alternativas relevantes fixo em relação à primeira e à segunda premissas de um argumento que utiliza o princípio de fechamento (inclusive em relação ao argumento cético) e, por isso, sustenta a verdade desse princípio em todas as situações. Para Stine, agir de forma diferente em relação aos argumentos que utilizam o princípio de fechamento ‘seria cometer um pecado lógico semelhante a equivocação’.<sup>41</sup>

Todavia, o que, segundo Stine, nós devemos fazer com a observação aparentemente procedente oferecida por Dretske de que a evidência de  $S$  não é suficiente para que ele saiba que  $\sim sk$ ? Não parece ser o caso que a experiência perceptual de  $S$  seja suficiente para que  $S$  saiba que  $\sim sk$ . Diante desse estado de coisas, Stine sugere que é errado pensar que uma proposição só possa ser objeto de conhecimento se a crença nessa proposição está baseada em

---

<sup>39</sup> Stine (1976, p. 151).

<sup>40</sup> Stine (1976, p. 151).

<sup>41</sup> Stine (1976, p. 151).



evidência.<sup>42</sup> Segundo ela, ‘se a negação de uma proposição não é uma alternativa relevante, então eu a conheço – obviamente sem precisar fornecer evidência [...]’.<sup>43</sup>

Embora ambos Dretske e Stine concordem que *S* não possui evidência suficiente para que ele saiba que  $\sim sk$ , somente Stine sustenta que *S* sabe que  $\sim sk$ . Por mais contra-intuitivo que o ataque de Dretske ao princípio de fechamento possa parecer, a defesa realizada por Gail Stine desse princípio não oferece resultados cujo custo seja menos alto. Comparativamente, parece seguro que se diga que das três opções ao nosso dispor – (i) alegar que nós não sabemos que  $\sim sk$ , (ii) alegar que nós sabemos que  $\sim sk$  com base em evidência e (iii) alegar que nós sabemos que  $\sim sk$  mesmo sem evidência –, (iii) é a alternativa que possui menos apelo intuitivo.<sup>44</sup>

Em resumo, mesmo que a teoria das alternativas relevantes não seja refutada pelos pontos aqui discutidos, a plausibilidade dessa teoria é importantemente diminuída dada a obscuridade do critério de relevância e do tratamento dispensado ao princípio de fechamento, tanto por Dretske quanto por Stine.

---

<sup>42</sup> Stine (1976, p. 152 – 153).

<sup>43</sup> Stine (1976, p. 153).

<sup>44</sup> Cf. Cohen (1981, p. 99).

## 4. O CONTEXTUALISMO

O contextualismo é, sem sombra de dúvida, responsável pela reação ao argumento cético mais debatida hoje em dia.<sup>1</sup> Na verdade, os principais arquitetos dessa teoria alegam que a característica mais importante do contextualismo é precisamente a de ser a única teoria capaz de resolver satisfatoriamente o problema do ceticismo.<sup>2</sup> Entretanto, mesmo que diferentes teorias contextualistas possuam em comum essa e outras características importantes, existem alguns pontos igualmente importantes de assimetria entre as diferentes teorias contextualistas.

O presente capítulo divide a análise da reação contextualista ao argumento cético em duas grandes partes: após ter apresentado os principais aspectos em comum entre a maioria das teorias contextualistas, eu, primeiro, analisarei a versão do contextualismo que vem sendo apresentada e aprimorada por Stewart Cohen há mais de vinte anos; em um segundo momento, eu analisarei os principais aspectos do contextualismo assim como ele é apresentado mais recentemente por Keith DeRose. Em seguida, nós veremos as principais críticas a essas teorias.

De acordo com o contextualismo, o valor-de-verdade de sentenças que contêm expressões do vocabulário epistêmico como ‘*x* sabe que *y*’ e ‘*x* está justificado ao crer que *y*’ é determinado pelos padrões de um contexto específico. Isso quer dizer que a mesma sentença, quando expressa em diferentes contextos, pode possuir valor-de-verdade distintos, em cada um desses contextos.<sup>3</sup> O contexto cujos padrões determinam o valor-de-verdade dessas sentenças é aquele onde a pessoa que atribui (o ‘atribuidor’) conhecimento ou justificação a *S*

---

<sup>1</sup> Para citar apenas uma das publicações mais recentes devotadas ao estudo do contextualismo, ver Brady e Pritchard (2005). Para uma lista abrangente de livros e artigos *sobre* o contextualismo e *de* contextualistas, veja a página de bibliografia ‘contextualista’ mantida por Keith DeRose no endereço <http://pantheon.yale.edu/%7Ekd47/Context-Bib.htm>.

<sup>2</sup> Cf. Cohen (1988, 1998b e 1999), DeRose (1995 e 2005) e Lewis (1996).

<sup>3</sup> Cohen (1999) e DeRose (1995).

(o ‘sujeito’) está localizada. Assim, se nós consideramos um mesmo sujeito,  $S$ , e uma mesma sentença,  $p$ , duas pessoas podem dizer, ao mesmo tempo, ‘ $S$  sabe que  $p$ ’ e apenas uma delas dizer algo verdadeiro. Da mesma forma, uma pessoa pode dizer ‘ $S$  sabe que  $p$ ’ e outra dizer ‘ $S$  não sabe que  $p$ ’ e ambas serem consideradas como dizendo algo verdadeiro. Mas, o que exatamente é capaz de explicar tal discrepância no valor-de-verdade dessas sentenças sobre o mesmo sujeito e a mesma proposição? Segundo o contextualista, essa discrepância é explicada pela discrepância dos padrões envolvidos em cada um dos contextos de atribuição do predicado epistêmico. Os padrões de um contexto de atribuição específico são determinados pelos interesses e expectativas do atribuidor, bem como pelas pressuposições presentes no contexto de atribuição.<sup>4</sup>

Para que entendamos o que motiva a adoção de uma teoria contextualista, nós devemos olhar para a explicação dessa teoria para alguns fenômenos epistêmicos.<sup>5</sup> Por exemplo, se nós admitimos que, embora conhecimento seja um conceito absoluto, justificação é um conceito que admite graus, então, toda vez que buscamos determinar se  $S$  sabe ou não que  $p$ , os padrões que determinam se a sentença ‘ $S$  sabe que  $p$ ’ é verdadeira, no nosso contexto de atribuição, são os padrões que refletem o quanto de justificação é adequado, no nosso contexto de atribuição, para que  $S$  saiba que  $p$ .<sup>6</sup> Consideremos o exemplo a seguir.<sup>7</sup>

João vai ao aeroporto de Porto Alegre com a intenção de voar até Salvador. Enquanto João está entretendo a possibilidade de comprar um bilhete para o voo  $x$ , com destino a Salvador, ele houve alguém perguntar para a pessoa a seu lado se ele, José, sabe se o voo  $x$  faz uma parada em São Paulo. José olha o itinerário do voo  $x$  que ele pegou do balcão da empresa aérea e responde: ‘Sim, eu sei – o voo  $x$  faz uma parada em São Paulo’. Ocorre que João tem

---

<sup>4</sup> Cf. Cohen (1999 e 2000).

<sup>5</sup> Essa é a estratégia de Cohen (1999 e 2000) e DeRose (2005).

<sup>6</sup> Na verdade, o exemplo da justificação é adequado apenas para teorias contextualistas ‘internalistas’, como a de Cohen. Os fenômenos epistêmicos relevantes para uma teoria contextualista ‘externalista’ como a de DeRose são prioritariamente aqueles que envolvem a noção de conhecimento.

<sup>7</sup> O exemplo que segue é uma variação de um exemplo de Cohen (1999, 2000 e 2004).

um encontro de negócios muito importante em São Paulo. João reflete sobre a alegação de José e pensa consigo mesmo: ‘O quão confiáveis são esses itinerários? Pode ter ocorrido uma mudança de última hora no trajeto do voo  $x$  ou pode simplesmente ter ocorrido um erro de impressão do itinerário’. João crê, então, que José de fato não sabe que o voo  $x$  faz escala em São Paulo com base no itinerário.

De acordo com o exemplo e onde ‘ $S$ ’ está para ‘José’ e ‘ $p$ ’ está para ‘o voo  $x$  faz escala em São Paulo’, João afirma a sentença ‘ $S$  não sabe que  $p$ ’ e José afirma a sentença ‘ $S$  sabe que  $p$ ’. Para uma teoria não-contextualista, necessariamente, ou João está errado sobre José ou José está errado sobre si mesmo, mas não ambos. Ocorre que, segundo Stewart Cohen, qualquer uma das opções que o não-contextualista venha a escolher em resposta ao exemplo não satisfaz as nossas intuições. Vejamos como o contextualista explica esse ponto.<sup>8</sup>

Primeiro, parece que o padrão utilizado por João ao negar que José sabia que  $p$  é mais exigente que o padrão utilizado por José ao atribuir conhecimento a si mesmo. Isso significa que, em princípio, é possível que nós consideremos um desses padrões como o mais adequado e, portanto, sejamos capazes de determinar qual das duas sentenças é a (única) sentença verdadeira.

Uma primeira opção é a de considerarmos que o padrão utilizado por João para determinar se José sabia ou não que o voo  $x$  faz escala em São Paulo é exigente demais: segundo João, aquilo que serve de base para a crença de que  $p$ , de José, não é suficientemente adequado para que José saiba que  $p$  – o que é um exagero, pois ele olhou o itinerário correto, no local correto. Assim, o padrão utilizado por José é o correto e a sentença ‘ $S$  sabe que  $p$ ’, asserida por ele, é verdadeira.

Cohen alega que essa resposta ao exemplo, ao sugerir que o padrão mais relaxado é o correto, nos compromete com a tese de que João usou inadequadamente o predicado ‘ $x$  sabe

---

<sup>8</sup> Cohen (1999, p. 58 – 59).

que  $y$ '. Se isso é assim, então, embora João estivesse preocupado com o seu encontro em São Paulo, o que ele deveria ter dito, ao invés de 'S não sabe que  $p$ ', seria algo como 'Ok, S sabe que  $p$ , mas, ainda assim, eu preciso checar outra vez se  $p$  é o caso'. Admitidamente, essa sentença parece bastante estranha. Além disso, parece que, se olhar no itinerário é uma razão adequada para José saber que  $p$ , então parece que essa também deveria ser uma razão adequada para João saber que  $p$ . Assim, João deveria ter dito, ao invés de 'S sabe que  $p$ ', 'Eu (João) sei que  $p$ , mas preciso checar outra vez se  $p$  é o caso'.<sup>9</sup>

Outra maneira de o não-contextualista explicar esse exemplo é a de ela considerar o padrão utilizado por José como sendo muito fraco e por isso a sentença 'S sabe que  $p$ ' é falsa quando asserida por ele. Por outro lado, o padrão empregado por João é adequado e a sentença 'S não sabe que  $p$ ' é verdadeira quando asserida por ele. Assim, José não sabe que  $p$  e João pode vir a saber que  $p$ , após checar se  $p$  é o caso com o atendente da companhia aérea.

Embora essa resposta ao exemplo seja bastante natural, ela parece ir de encontro a nossa prática epistêmica ordinária: nós normalmente julgamos que as pessoas podem ter como objeto de conhecimento proposições as quais elas crêem com base em jornais, revistas e itinerários de vôos. Parece que, se nós negamos que José sabe que o vôo  $x$  faz escala em São Paulo com base no itinerário impresso pela companhia aérea, então nós devemos negar que a maioria de nós tem como objeto de conhecimento um grande número de proposições ordinárias. Além disso, a tendência em considerar o padrão de José como muito relaxado pode nos fazer considerar o padrão de João como relaxado: se nós alteramos o caso adequadamente (e.g., incluindo o fato de que a vida de alguém depende da ida de João a São Paulo), parecerá que nem mesmo o padrão de João é exigente o bastante se ele não tentar, quem sabe, confirmar com o piloto que o vôo faz uma escala em São Paulo.

---

<sup>9</sup> Cohen (1999, p. 59).

Evidentemente, outra maneira de se interpretar o exemplo é a de se considerar que nenhum dos dois padrões é exigente o suficiente. Entretanto, essa parece ser uma avenida demasiadamente aberta para o ceticismo, para que a consideremos.<sup>10</sup>

Após julgar as três interpretações do exemplo de João e José como insatisfatórias, Cohen é direto ao sugerir a interpretação pretensamente correta oferecida pelo contextualista:

Nenhum dos padrões é simplesmente correto ou simplesmente incorreto. Ao contrário, o contexto determina qual o padrão é o correto. Dado que os padrões de atribuição de conhecimento podem variar através dos contextos, cada alegação, [tanto a de João como a de José], pode estar correta no contexto em que ela foi feita. Quando [José] diz [*S sabe que p*], o que ele diz é verdade dado o padrão mais fraco que opera naquele contexto. Quando [João] diz [*S não sabe que p*], o que ele diz é verdade dado o contexto mais exigente que opera em seu contexto. *E não há padrão correto independente de contexto.*<sup>11</sup>

Outra forma de se motivar o contextualismo é a de chamarmos atenção para o fato de que a semântica de predicados epistêmicos parece ser análoga à semântica de outros predicados. Segundo o contextualista, predicados como ‘rico’, ‘feliz’, ‘plano’ e ‘alto’ fazem com que sentenças que contenham esses predicados tenham o seu valor-de-verdade determinado por padrões contextualmente estabelecidos. Já que esses predicados podem aparecer na forma comparativa (e.g., ‘José é mais alto do que João’) e na forma absoluta (e.g., ‘João é alto’), o contexto de uso das sentenças que contém esses predicados estabelecerá, ambos, o quão mais alto do que João José deve ser para que seja verdadeira a sentença ‘José é mais alto do que João’ e o quão alto João deve ser para que seja verdadeira a sentença ‘João é alto’. No caso dos predicados epistêmicos, embora o predicado ‘*x sabe que y*’ seja absoluto (como nós vimos na nossa discussão sobre a teoria das alternativas relevantes), o predicado ‘*x está justificado para y*’ é claramente um predicado que admite graus. Assim, se a posse de

---

<sup>10</sup> Cohen (1999, p. 59).

<sup>11</sup> Cohen (1999, p. 59). Ênfase no original.

conhecimento implica a posse de justificação, então padrões estabelecidos contextualmente nos dirão o quão justificada uma crença deve ser para que ela seja um caso de conhecimento.<sup>12</sup>

Assim como ocorre com ‘alto’, ‘feliz’ e ‘plano’, alguns fatores específicos parecem determinar os padrões envolvidos em um determinado contexto de atribuição de predicados epistêmicos. Segundo o contextualista, esses padrões são determinados por uma complicada função de intenções do atribuidor, intenções da audiência desse atribuidor, pressuposições da conversação e das relações de saliência. A relação de saliência é evidentemente importante para a determinação dos padrões presentes em um contexto de atribuição de predicados epistêmicos. Em um determinado contexto, quando a possibilidade de erro é saliente, os padrões de atribuição de conhecimento tornam-se mais exigentes do que quando essa possibilidade não é saliente. No exemplo acima, a possibilidade, entretida por João, de que o itinerário consultado por José estivesse defasado ou de que ele contivesse algum erro de impressão fez com os padrões de atribuição de conhecimento a José se elevassem no contexto de João e impedissem que este atribuísse conhecimento a José. Nesse sentido, embora a *mera* possibilidade de erro não roube um agente de conhecimento, o contexto onde alguma possibilidade de erro é tornada saliente (i.e., é explicitamente considerada pelo atribuidor do predicado epistêmico) *tende* a falsificar uma atribuição de conhecimento.<sup>13</sup>

Agora que nós temos diante de nós os principais elementos da teoria contextualista, nós podemos buscar entender de que forma Cohen pensa que o contextualismo deve

---

<sup>12</sup> Lewis (1996) nega que ‘*x* sabe que *y*’ seja um predicado absoluto e que a posse de conhecimento implique posse de justificação, como a maioria dos epistemólogos pensa. Embora este não seja o lugar de uma análise da epistemologia de Lewis, veja Cohen (1998) para uma crítica convincente da postura epistemológica ‘incomum’ de Lewis.

<sup>13</sup> Cohen (1999, nota 12) prudentemente chama atenção para o fato de que simplesmente tornar saliente a possibilidade de erro, em um determinado contexto, nem sempre faz com que os padrões de atribuição de conhecimento naquele contexto se elevem. Em alguns contextos, a possibilidade de que *p* seja falsa, embora saliente, pode ser afastada com base na alegação de que essa possibilidade é muito remota ou absurda. Eu voltarei ao conceito de saliência mais adiante, quando eu apresentarei a solução proposta por Cohen ao problema cético.

responder ao problema do ceticismo. Em primeiro lugar, Cohen chama a nossa atenção para o fato de que é bastante razoável que aceitemos cada uma das proposições a seguir como verdadeira (onde ' $p$ ' está para uma proposição empírica qualquer e ' $sk$ ' está para uma hipótese cética incompatível com a verdade de  $p$ ):<sup>14</sup>

- (i) Se  $S$  sabe que  $p$  e  $S$  sabe que  $p$  implica  $\sim sk$ , então  $S$  sabe que  $\sim sk$
- (ii)  $S$  não sabe que  $\sim sk$
- (iii)  $S$  sabe que  $p$

Como nós vimos no primeiro capítulo, (i) é uma instância do princípio de fechamento e, feitas as devidas restrições,<sup>15</sup> sua plausibilidade é muito forte. Em um primeiro momento, (ii) também parece ser verdadeira. Afinal, se  $S$  fosse um cérebro em uma cuba alimentado com impressões sensoriais enganadoras sobre o mundo exterior, tudo lhe pareceria do jeito que agora lhe parece. Na maioria das ocasiões, a verdade de (iii) parece irrevogável: em situações normais (i.e., quando nosso equipamento sensorio está funcionando adequadamente e o meio oferece as condições adequadas) boa parte das nossas crenças sobre o mundo a nossa volta são casos de conhecimento. Juntas, entretanto, as proposições (i), (ii) e (iii) são logicamente inconsistentes – instala-se, então, uma situação paradoxal: nós abriremos mão de qual dessas proposições? Dado que nós não queremos admitir que a nossa prática epistêmica implica proposições inconsistentes, alguma dessas proposições precisa ser excluída do conjunto.

O argumento cético utiliza (i) e (ii) para derivar a negação de (iii). Entre as tentativas não-céticas de restabelecimento da consistência desse conjunto de proposições estão as propostas que analisamos nos dois capítulos anteriores. De um lado, neo-mooreanos como

---

<sup>14</sup> Cohen (1999, p. 62 – 63).

<sup>15</sup> Basicamente as restrições de que  $S$  creia na proposição implicada e que ele creia nessa proposição com base na crença na proposição implicadora e na crença da relação de implicação.



Klein aceitam (i) e (iii) e utilizam essas duas proposições para derivar a negação de (ii). De outro lado, defensores da teoria das alternativas relevantes restabelecem a consistência desse conjunto de proposições apelando a (ii) e (iii) e alegando que, apesar da plausibilidade *prima facie* de (i), em última análise essa proposição é falsa, pois ela é uma instância de (PF), um princípio falso. Segundo Cohen, entretanto, devido ao fato de que cada uma das proposições desse conjunto é individualmente plausível,

parece arbitrário e, portanto, insatisfatório, apelar para qualquer duas [proposições] contra a terceira. Tal estratégia não oferece aquilo que qualquer resolução bem sucedida de um paradoxo deveria oferecer, viz., uma explicação de como, em primeiro lugar, o paradoxo surgiu.<sup>16</sup>

Apesar de não negar que outras teorias que não o contextualismo tentam explicar o surgimento do ‘paradoxo cético’, Cohen pensa que somente o contextualismo que ele propõe pode, ao mesmo tempo, resolver satisfatoriamente o problema do ceticismo e explicar o surgimento do paradoxo cético. Vejamos primeiro como Cohen pretende desfazer a inconsistência do conjunto de proposições formado por (i), (ii) e (iii).

Como nós vimos no exemplo do itinerário de vôo, a lição que o contextualista tira de exemplos como aquele é o de que os padrões presentes no contexto do atribuidor do predicado de conhecimento determinam o quão adequada as razões do sujeito da atribuição devem ser para que a sentença ‘*S* sabe que *p*’ seja verdadeira nesse contexto. Isso implica que o valor-de-verdade de sentenças que contém predicados epistêmicos pode variar tanto por causa da força das razões que apóiam a crença do sujeito quanto por causa do nível de exigência do padrão de um dado contexto de atribuição.<sup>17</sup> Isso, segundo Cohen, explica o apelo intuitivo de (iii): em contextos ordinários de atribuição de conhecimento, as razões que servem de apoio para nossas crenças sobre mundo exterior satisfazem plenamente os padrões desse contexto e,

---

<sup>16</sup> Cohen (1999, p. 63).

<sup>17</sup> Cohen (1999, p. 65).

então, sentenças como ‘*S* sabe que *p*’ são geralmente verdadeiras nesses contextos. Por outro lado, quando nós somos confrontados com argumentos céticos a possibilidade de que nossas crenças sobre o mundo exterior estejam erradas torna-se saliente e nós tendemos a elevar o padrão utilizado em contextos ordinários a um nível mais exigente, um nível que as nossas razões para as nossas crenças sobre o mundo exterior não são capazes de satisfazer. Nesses contextos mais exigentes em que a possibilidade de erro é saliente, atribuições de conhecimento sobre o mundo exterior são geralmente falsas. Esse, segundo Cohen, é o apelo que (ii) tem sobre nossas intuições: enquanto que as nossas razões para as crenças sobre o mundo exterior se mantêm as mesmas de um contexto para o outro, a exigência de o quão adequada essas razões devem ser varia de um contexto ao outro.

Então, já que o contextualismo admite a verdade (relativa a um contexto específico) de (ii) e (iii), precisa o contextualista negar a verdade de (i) para que a consistência desse conjunto de proposições seja restabelecida? Cohen supõe que a resposta para essa pergunta é ‘não’. O seu argumento em favor de (i) dá-se através de uma defesa do princípio de fechamento e pode ser reconstruído da seguinte maneira.<sup>18</sup> Lembremos do caso das zebras apresentado por Dretske. Assim como apresentado por Dretske, o exemplo parecia falar contra o princípio de fechamento ao sugerir que a evidência do sujeito de que os animais diante dele eram zebras é adequada para que ela saiba que os animais diante dele são zebras, mas inadequadas para que ele creia em uma proposição implicada logicamente por essa proposição, a proposição de que os animais diante do sujeito não são mulas espertamente disfarçadas de zebras. Entretanto, se nós aceitamos o princípio de fechamento as razões que o sujeito possui para crer que os animais diante dele não são mulas disfarçadas de zebras é, pelo menos, tão adequada quanto as razões que ele possui para crer que os animais diante dele são

---

<sup>18</sup> Cohen (1999, p. 63).

zebras, pois a segunda proposição implica a primeira.<sup>19</sup> No entanto, segundo Cohen, mesmo que as razões de um sujeito se mantenham as mesmas em diferentes contextos, os padrões que determinam o quão adequada essas razões devem ser para que a sentença que atribui conhecimento seja verdadeira variam em diferentes contextos. Em contextos onde o atribuidor considera a possibilidade de que os animais diante do sujeito são mulas disfarçadas de zebras a possibilidade de erro é saliente. Em contextos onde o atribuidor considera se os animais diante do sujeito são zebras a possibilidade de erro não é saliente. Logo, o atribuidor estabelece padrões distintos de avaliação para as crenças do sujeito de que os animais diante dele são zebras e de que esses animais não são mulas disfarçadas de zebras, sendo que o padrão em que a segunda crença é avaliada é muito mais exigente do que o padrão aplicado na avaliação da primeira crença. Isso, segundo Cohen, é o que dá a impressão de que o princípio de fechamento é falso: ao passarmos de um padrão menos exigente quando consideramos o antecedente da instância do princípio de fechamento para um padrão mais exigente quando consideramos o conseqüente dessa instância, nós não percebemos que a avaliação dessa instância ‘misturou’ diferentes contextos de atribuição.<sup>20</sup> Cohen sugere que, uma vez que nós fixamos um determinado padrão de avaliação para uma instância do princípio de fechamento nós percebemos que o princípio não é ameaçado por exemplos como o oferecido por Dretske.

Dessa forma, se nós avaliamos o sujeito no zoológico segundo o padrão presente em contextos ordinários, a atribuição de conhecimento a crença desse sujeito de que os animais diante dele são zebras é verdadeira. E, já que as razões que ele possui para crer que os animais diante dele são zebras é tão adequada quanto as razões que ele possui para crer que esses animais não são mulas disfarçada de zebras, a sentença que diz que *S* sabe que os animais diante dele não são mulas disfarçadas de zebras é verdadeira em contextos ordinários. Em

---

<sup>19</sup> Ao menos é isso o que pensa Cohen. Entretanto, como vimos no capítulo em que discutimos a postura mooreana de Klein, *não é óbvio* que a relação ‘*x* está justificado ao crer que *y*’ seja transitiva em todos os casos, como supõe Cohen.

<sup>20</sup> Cohen (1999, p. 66 – 67).

contextos ‘céticos’, por outro lado, o padrão de avaliação é elevado devido a saliência da possibilidade de o sujeito estar errado sobre se os animais diante dele são de fato zebras. Nesses contextos, a possibilidade de que os animais diante do sujeito sejam mulas disfarçadas de zebras faz com que não pareça correto a atribuição de conhecimento a esse sujeito em relação a sua crença de que há zebras diante dele, pois as razões que ele possui para crer na primeira proposição são pelo menos tão boas quanto as razões que ele tem para crer na segunda.

Portanto, para Stewart Cohen, a proposição que deve ser negada para que a consistência do conjunto formado pelas proposições (i), (ii), (iii) seja restabelecida depende do contexto de atribuição de conhecimento. Em contextos ordinários, (i) e (iii) são verdadeiras e (ii) falsa. Em contextos onde a possibilidade de erro é suficientemente saliente (i) e (ii) são verdadeiras e (iii) é falsa. O ‘paradoxo cético’ surge, segundo Cohen, quando nós não percebemos que o padrão de avaliação mudou devido a saliência de possibilidades de erro. Em suma, o paradoxo se instala somente quando a mudança de contexto não é percebida.<sup>21</sup>

Assim como Cohen concebe a solução ao paradoxo cético apresentada acima, levou-se em conta um tipo específico de hipótese cética. A hipótese de que as zebras diante de *S* são mulas disfarçadas de zebras é uma alternativa cética *restrita* a verdade da proposição de que os animais diante de *S* são zebras: em contextos ordinários, mesmo que a forma com que as coisas parecem a *S* não seja capaz de eliminar essa alternativa, *S* tem a sua disposição um argumento indutivo (e.g., argumento que diz que não se tem notícia de zoológicos que tenham trocado zebras por mulas pintadas) capaz de eliminar essa alternativa. Outro tipo de hipótese cética são aquelas que constituem alternativas céticas *globais*: a proposição de que *S* é um cérebro em uma cuba estimulado artificial e enganadoramente por cientistas sobre o mundo ao seu redor é uma alternativa a verdade de toda a proposição empírica que *S* mantém (ou venha

---

<sup>21</sup> Cohen (1999, p. 67).

a manter). A evidência que *S* possui (ou venha a possuir) não é capaz de eliminar uma alternativa cética global como essa.<sup>22</sup>

Até agora, nós apresentamos a resposta contextualista ao problema do ceticismo usando o exemplo das zebras. Esse exemplo, entretanto, explora uma alternativa cética *restrita* a verdade da proposição ordinária mantida por *S*. Pode o contextualismo estender seu tratamento do ceticismo a casos que utilizam alternativas céticas *globais*? Nos casos onde a alternativa a verdade da proposição empírica mantida por *S* é uma alternativa cética *restrita*, a análise contextualista oferece o resultado de que *S* tem a proposição empírica como objeto de conhecimento em contextos ordinários e que *S* não tem essa proposição como objeto de conhecimento em contextos não-ordinários (céticos). No entanto, essa conclusão estava disponível ao contextualista, só porque, segundo Cohen, a evidência de *S*, quando constante em ambos os contextos, satisfaz o padrão que regula o contexto ordinário e não o padrão exigente que regula o contexto não-ordinário. Dado que *S* não tem qualquer evidência capaz de eliminar alternativas céticas *globais*, Cohen não pode alegar que *S* tem proposições ordinárias como objeto de conhecimento em contextos ordinários ou em contextos não-ordinários. Portanto, parece que o contextualismo de Cohen é inútil contra o ceticismo global.<sup>23</sup>

Diante dessa limitação da teoria contextualista, pode-se pensar na seguinte manobra. Embora seja verdade que *S* não possui evidência capaz de eliminar a alternativa de que ele é um cérebro em uma cuba, suponha que *S* não possui também qualquer evidência *em favor* dessa alternativa, i.e., o cientista responsável pelo experimento do qual *S* é a cobaia nunca apareceu para *S* nem qualquer parte significativa da experiência de *S* sofreu incongruências absurdas. Se isso é assim, talvez se possa considerar que *S*, afinal, tem *alguma* evidência de que ele não é um cérebro em uma cuba. O contextualista pode argumentar que, mesmo que

---

<sup>22</sup> Cohen (1999, p. 67).

<sup>23</sup> Cohen (1999, p. 68).

essa evidência não seja adequada para satisfazer o padrão exigente do atribuidor seriamente preocupado com o ceticismo, ela é suficiente para satisfazer o padrão do atribuidor não preocupado com o ceticismo. Dito de outra forma, o fato de o cientista responsável pelo experimento maléfico nunca ter aparecido para *S* e o fato de que grandes porções da vida sensorial de *S* não terem sofrido alterações inexplicáveis oferece evidência capaz, segundo Cohen, de tornar verdadeira a atribuição de que *S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba, em contextos ordinários. Em contextos não-ordinários, entretanto, é falso que essa evidência seja adequada para que *S* saiba que ela não é um cérebro em uma cuba.<sup>24</sup>

Infelizmente essa manobra parece não funcionar contra a seguinte alternativa cética global: *S* é um cérebro em uma cuba e *S* nunca terá evidência de que ele é um cérebro em uma cuba (*H*, para encurtar). O fato de que o cientista responsável pelos experimentos nunca apareceu para *S* e o fato de que não há qualquer alteração significativa em sua vida sensorial não pode ser tomado como evidência contra *H*.

Para tentar estender a resposta contextualista ao problema do ceticismo que utiliza a alternativa cética global *H* em sua formulação, Cohen introduz a distinção entre as noções de ‘evidência’ ou ‘razões’ e a noção de ‘racionalidade’. A distinção entre esses termos que é relevante para Cohen é aquela que diz que ‘enquanto uma crença pode ser racional em virtude de estar apoiada sobre evidência, nós não precisamos sustentar que evidência é a única fonte de racionalidade para uma crença’.<sup>25</sup> Assim, se a crença de que *p* está apoiada adequadamente sobre a evidência *e*, então a crença de que *p* é racional para *S*, mas o inverso não se dá.

Com base nessa distinção, Cohen alega que, mesmo que *S* não tenha evidência capaz de apoiar a crença na negação de *H*, é epistemicamente possível que seja racional, *em alguma*

---

<sup>24</sup> Cohen (1999, p. 68).

<sup>25</sup> Cohen (1999, p. 68).

*medida*, para *S* manter essa crença.<sup>26</sup> Com efeito, afirma Cohen, o fato de que é racional a crença de *S* em  $\sim H$  é a prova de que nem toda crença racional é apoiada em evidência.<sup>27</sup>

Uma vez concedido que a crença em  $\sim H$  pode ser racional mesmo que ela não esteja baseada em qualquer evidência, o maquinário contextualista volta a funcionar e essa outra versão da alternativa cética global parece tratável pela teoria. Dessa forma, a crença de *S*, de que  $\sim H$ , é racional, em contextos ordinários. Em contextos não-ordinários, entretanto, essa crença não é racional. Logo, em contextos ordinários, *S* sabe que  $\sim H$  e, por isso, *S* tem como objeto de conhecimento todas as proposições que nós ordinariamente julgamos conhecer; em contextos não-ordinários *S* não sabe que  $\sim H$  e também não tem as proposições ordinárias como objeto de conhecimento.<sup>28</sup>

A próxima seção analisará os méritos da teoria contextualista de Stewart Cohen. A partir de agora nós direcionaremos nossa atenção para uma teoria contextualista que, embora seja, grosso modo, equivalente a de Cohen, possui contrastes importantes com essa teoria e deve ser aqui elaborada.

A resposta ao argumento cético oferecida pelo contextualismo de Keith DeRose assemelha-se ao contextualismo de Cohen: ambas essas teorias contextualistas encaram o problema do ceticismo como o desafio de se restaurar a consistência de um conjunto de proposições individualmente prováveis e utilizam, como mecanismo teórico capaz de restaurar essa consistência, a tese de que o valor-de-verdade de sentenças que contém o

---

<sup>26</sup> Ao considerar se essa alegação implica em petição de princípio em relação ao cético, Cohen (1999, p.69) é taxativo:

Essa postura comete petição de princípio em relação ao cético? Bem, talvez de alguma forma ela cometa – mas não mais do que o cético comete petição de princípio em relação a nós. Pois, embora o cético tenha um argumento segundo o qual nós não temos evidência contra [*H*], ele/ela não tem um argumento segundo o qual não seja racional, em alguma medida, negar [*H*], sem evidência.

<sup>27</sup> Cohen (1999, p. 68).

<sup>28</sup> Cohen (1999, p. 69).

predicado do conhecimento varia conforme o contexto de atribuição. Por outro lado, essas duas teorias diferem importantemente entre si no que tange a explicação de como os padrões de atribuição variam em diferentes contextos e, conseqüentemente, o que torna as atribuições de conhecimento, em contextos ordinários, verdadeiras e as atribuições de conhecimento, em contextos céticos, falsas.

A explicação de DeRose para o fato de que a proposição (ii) ('*S* não sabe que  $\sim sk$ ') parece provável baseia-se no tratamento dado ao ceticismo por Robert Nozick.<sup>29</sup> Como nós vimos no primeiro capítulo, a análise do conceito de conhecimento proposicional oferecida por Nozick propõe como uma condição necessária a satisfação do seguinte condicional subjuntivo:<sup>30</sup>

Se  $p$  fosse falsa, *S* não creeria que  $p$

Agora, se nós seguimos DeRose e chamamos a crença que cumpre a condição oferecida por Nozick de *sensível* e a crença que não cumpre essa condição de *insensível*, nós veremos que o que parece explicar a plausibilidade de (ii) é o fato de que a crença na falsidade de hipóteses céticas é *insensível*.<sup>31</sup> Isso é assim porque *S* creeria que ele não é um cérebro em uma cuba mesmo se ele fosse um cérebro nessa condição. O apelo intuitivo de que a crença de que  $p$  não pode ser um caso de conhecimento se o sujeito que a mantém creeria que  $p$ , mesmo se  $p$  fosse falsa, é o que explica, segundo DeRose, a plausibilidade de (ii).

DeRose sugere que a nossa intuição de que crenças *insensíveis* não podem ser objeto de conhecimento governa também a nossa reação diante de hipóteses céticas menos extraordinárias do que a hipótese de que nós somos cérebros em uma cuba. Eu aparentemente

---

<sup>29</sup> DeRose (1995).

<sup>30</sup> Nozick (1981, p. 172).

<sup>31</sup> DeRose (1995, p. 18).



não posso saber que os animais diante de mim não são mulas disfarçadas de zebras se é verdade que eu creia que esse é o caso mesmo que esses animais fossem de fato mulas disfarçadas de zebras. Analogamente, *S* parece não saber, antes de o sorteio ser realizado, que o bilhete de loteria que ele comprou não é o vencedor – mesmo que existam vinte milhões de bilhetes para o mesmo prêmio –, se ele creia que seu bilhete não é o vencedor mesmo quando ele é o bilhete sorteado.<sup>32</sup>

Entretanto, como o próprio Nozick havia percebido, existem claras restrições ao poder explicativo dessa condição. Em alguns casos, parece claro que *S* sabe que *p* mesmo se a sua crença de que *p* é insensível. Embora DeRose reconheça essas limitações, ele pensa que elas não tiram da teoria de Nozick a virtude de apontar na direção teórica certa.<sup>33</sup>

O seguinte exemplo foi oferecido originalmente por Nozick como um problema para a cláusula da sensibilidade:<sup>34</sup>

Uma avó vê que seu neto está bem quando ele vem lhe visitar, mas se ele estivesse doente, ou morto, outros iriam lhe dizer que ele estava bem para lhe pouparem o transtorno. Ainda assim isso não significa que ela não saiba que ele está bem (ou, pelo menos, em estado ambulatorial) quando ela o vê.

Dado esse exemplo, parece plausível pensar que a avó sabe que seu neto está bem mesmo que essa crença não cumpra a condição da sensibilidade sugerida por Nozick. A forma com que Nozick responde a esse exemplo é a de acrescentar a condição de sensibilidade uma referência ao método utilizado pelo sujeito na formação de sua crença (*M*):<sup>35</sup> *S* sabe que *p* só se (se *p* não fosse verdadeira e *S* usasse *M* para crer na verdade (ou na falsidade) de *p*, então *S* não creia, via *M*, que *p*). Nesse caso, a avó parece cumprir a cláusula de sensibilidade modificada: se o seu neto não estivesse bem e a avó utilizasse a visão para crer na proposição

---

<sup>32</sup> DeRose (1995, p. 18).

<sup>33</sup> DeRose (1995, p. 19).

<sup>34</sup> Cf. Nozick (1981, p. 179) e DeRose (1995, p. 20).

<sup>35</sup> Nozick (1981, p. 179).

que descreve o estado de saúde de seu neto, então a avó não creria, através da visão, que o seu neto estava bem. A avó provavelmente não creria que seu neto estava bem (quando ele de fato não estivesse), com base na experiência visual do neto, pois, nesse caso, seu neto estaria diante dela e parente nenhum poderia lhe esconder o estado de saúde de seu neto. Embora DeRose concorde que a versão modificada da condição de sensibilidade dê conta do caso da avó, ele não crê que a sua teoria contextualista precise resolver esse e outros problemas para que nós aceitemos que o condicional que expressa a condição da sensibilidade seja exatamente aquilo que explica o apelo intuitivo da segunda premissa do argumento cético.<sup>36</sup>

Segundo DeRose, a condição de sensibilidade apresentada por Nozick parece dar o resultado intuitivamente correto não só quando ela explica a plausibilidade da segunda premissa do argumento cético, mas também quando ela explica como nós podemos saber que uma determinada hipótese cética é falsa.

Suponha que o sujeito do exemplo de Dretske não é uma pessoa qualquer.<sup>37</sup> De fato, *S* é um zoólogo experiente e, como tal, é capaz de distinguir mulas de zebras ao olhar para a anatomia de suas cabeças. Dessa forma, se os animais diante de *S* fossem mulas disfarçadas de zebras, *S* não creria que elas eram zebras, pois ele ao menos estaria em posição de reconhecer a anatomia peculiar das mulas e não as confundir com zebras. Por outro lado, eu, que não sou um zoologista, aparentemente também posso vir a saber que os animais diante de mim não são mulas disfarçadas de zebras se eu realizo algum tipo de procedimento específico: eu posso saber que esses animais não são mulas pintadas se, e.g., eu tento passar removedor de tintas nas listras desses animais e elas sequer desbotam. Nesse sentido, parece que eu, assim como o zoologista, não creria que os animais diante mim não são mulas

---

<sup>36</sup> Um dos problemas gerados pela modificação sugerida por Nozick na condição de sensibilidade é o de se individuar adequadamente o método responsável pela formação da crença em cada uma das situações relevantes. Para a tentativa de Nozick de explicitação de como diferentes métodos de formação de crença podem ser adequadamente individuados, ver Nozick (1981, p. 179 e ss.).

<sup>37</sup> O exemplo é de DeRose (1995, p. 11 e 25).

disfarçadas se de fato eles o fossem. Em ambas as situações, onde  $S$  é um zoologista e onde  $S$  não é um zoologista, para que  $S$  seja capaz de saber que os animais diante dele não são mulas disfarçadas ele deve estar posicionado de forma a fazer com que seja o caso que ele não creia que os animais não são mulas disfarças se esses animais de fato fossem mulas disfarçadas. Tanto a situação onde eu procuro me certificar diante de quais animais eu me encontro quanto a situação onde o zoologista é capaz de distinguir a anatomia de zebras e mulas parece confirmar a condição de sensibilidade. Logo, infere DeRose, a explicação da plausibilidade da segunda premissa do argumento cético é satisfatoriamente realizada pela aplicação do condicional que expressa a condição de sensibilidade de Nozick.<sup>38</sup>

E qual é a postura de DeRose diante da primeira premissa do argumento cético ('Se  $S$  sabe que  $p$ , então  $S$  sabe que  $\sim sk$ ')? Como nós vimos no primeiro capítulo, essa premissa é uma instância do princípio de fechamento dedutivo, um princípio intuitivamente verdadeiro. Como DeRose aceita a análise de Nozick da segunda premissa do argumento cético, nós poderíamos ficar tentados a pensar que ele acompanha a análise de Nozick também da primeira premissa desse argumento. DeRose, entretanto, não segue a abordagem de Nozick a essa premissa.

Segundo Nozick, conhecimento proposicional pode ser corretamente analisado como sendo crença sensível verdadeira. Em relação a premissa do argumento cético que alega que nós não sabemos que uma determinada hipótese cética não é o caso, a condição de sensibilidade, sugerida por Nozick e aceita por DeRose, oferece uma explicação de por que essa premissa parece verdadeira. Todavia, essa mesma condição imposta por Nozick ao conhecimento oferece um resultado 'abominável', segundo DeRose, quando aplicada a análise da primeira premissa do argumento cético. Segundo essa premissa,  $S$  sabe que ele tem mãos só se ele sabe que ele não é um cérebro desprovido de mãos, mantido em uma cuba

---

<sup>38</sup> DeRose (1995, p. 26).

onde experiências enganadoras geradas por computadores lhe informam que ele possui mãos. Para Nozick, esse é o elo fraco do argumento cético: já que a crença de *S* de que ele tem mãos é sensível enquanto a sua crença na proposição implicada por ela (de que *S* não é um cérebro, sem mãos, em uma cuba) não o é, o princípio de fechamento é falso, apesar de intuitivamente tentador, pois sensibilidade, condição necessária para o conhecimento, não é transmitida por implicação lógica conhecida. Se *S* não tivesse mãos, porque ele as perdeu em um acidente, *S* não creia que ele tem mãos. Agora, se *S* fosse um cérebro em uma cuba e a sua experiência sensorial fosse indistinguível da sua experiência atual, então *S* creia que ele não é um cérebro em uma cuba. Logo, Nozick pensa que nós não precisamos aceitar a conclusão cética de que *S* não sabe que ele possui mãos, porque uma das premissas do argumento cético é uma instância de um princípio falso.

Segundo DeRose, o aspecto ‘abominável’ da solução nozickiana do problema do ceticismo é o de que ela nos compromete com a aceitação de uma ‘conjunção abominável’: mesmo que *S* não saiba que ela não é um cérebro sem mãos em uma cuba, *S* sabe que tem mãos.<sup>39</sup> A sugestão de DeRose para que possamos superar o mal-estar causado por essa consequência da análise do conhecimento proposta por Nozick sem que a força intuitiva dos juízos de conhecimento guiados pela condição de sensibilidade seja perdida é a de que essa condição deve sofrer uma interpretação contextualista.

Para o contextualismo de DeRose, o quão *forte* a posição epistêmica do sujeito deve ser para que a atribuição de conhecimento a ele seja verdadeira é uma questão que depende de características do contexto do atribuidor. Para o contextualismo de DeRose, a noção de *força (relativa) da posição epistêmica* é fundamental.<sup>40</sup> Uma maneira de se avaliar a força da posição epistêmica de *S* é a de observarmos como o nosso assentimento se comporta diante de condicionais que comparam diferentes situações (situações ‘*A*’ e ‘*B*’) envolvendo *S* e uma

---

<sup>39</sup> DeRose (1995, p. 28).

<sup>40</sup> DeRose (1995, p. 30).

proposição verdadeira,  $p$ : Se  $S$  sabe que  $p$  em  $A$ , então  $S$  sabe que  $p$  em  $B$ . A nossa avaliação de condicionais como esse parece ser orientada pelo fato de que, tudo se mantendo igual,  $S$  está em uma posição epistêmica tão forte em relação a  $p$ , em  $A$ , quanto ele está, em relação a  $p$ , em  $B$ .

DeRose utiliza o seguinte exemplo para explicitar a noção de força da posição epistêmica de um sujeito.<sup>41</sup>  $S$  crê que a proposição ( $p$ ) ‘aquele objeto é um celeiro’ é o caso na situação ‘ $F$ ’ e na situação ‘ $V$ ’. Em  $V$ ,  $S$  passeia de carro pelo interior e vem a crer verazmente que  $p$  após ver um celeiro diante de si. Em  $F$ ,  $S$  passeia de carro pelo interior em uma região repleta de celeiros de *papier-mâché* e, após avistar o único celeiro verdadeiro em meio a inúmeros celeiros falsos, vem a crer verazmente que  $p$ . Em relação a esse exemplo, a seguinte comparação parece correta: se  $S$  sabe que  $p$  em  $F$ , então  $S$  sabe que  $p$  em  $V$ . Esse condicional indica que  $S$  está em uma posição epistêmica pelo menos tão forte em  $V$  quanto ele está em  $F$ . O condicional ‘se  $S$  sabe que  $p$  em  $V$ , então  $S$  sabe que  $p$  em  $F$ ’, por sua vez, parece representar a força relativa da posição epistêmica de  $S$  de forma errada:  $S$  não está em uma posição epistêmica pelo menos tão forte em  $F$  quanto ele está em  $V$ . O resultado da apreciação desses dois condicionais é o de que  $S$  está em uma posição epistêmica mais forte em  $V$  do que em  $F$ .

Segundo DeRose, essa estratégia é capaz de nos mostrar que a primeira premissa do argumento cético é verdadeira em todos os contextos de atribuição de conhecimento. A forma contraposta da primeira premissa do argumento cético, ‘Se  $S$  não sabe que  $\sim sk$ , então  $S$  não sabe que  $p$ ’, mostra que  $S$  não está em melhor posição para ter qualquer proposição ordinária como objeto de conhecimento do que ele está para ter a falsidade da hipótese cética como objeto de conhecimento.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Esse exemplo foi originalmente apresentado por Goldman (1976).

<sup>42</sup> DeRose (1995, p. 33).

Mesmo que a nossa posição epistêmica para crer que  $p$  seja pelo menos tão forte quanto a nossa posição epistêmica para crer que  $\sim sk$ , uma das conseqüências de adotarmos a condição de sensibilidade é a de que, em um primeiro momento, a nossa crença em  $p$  é sensível, enquanto a nossa crença em  $\sim sk$  não o é. Entretanto, como se viu em relação ao caso das zebras, a nossa crença na negação da hipótese cética pode se tornar sensível após alguma investigação. Essa situação sugere, segundo DeRose, que a nossa posição epistêmica em relação a  $\sim sk$  deve ser mais forte do que a nossa posição epistêmica em relação a  $p$  para que  $\sim sk$  possa cumprir a condição de sensibilidade e, por isso, ser candidata a conhecimento.

DeRose pensa que a explicação da noção de força (relativa) de posição epistêmica e da noção de sensibilidade dentro do quadro teórico de uma teoria de mundos possíveis pode fazer com que essas noções fiquem mais claras.<sup>43</sup>

Nesse sentido, um aspecto importante para que  $S$  esteja em uma posição epistêmica forte em relação a proposição de que  $p$  é o de que a crença de  $S$  de que  $p$  deve corresponder ao fato de que  $p$  é verdadeira não só no mundo atual de  $S$ , mas também em mundos suficientemente próximos ao mundo de  $S$ . Quanto maior o *continuum* de mundos onde  $S$  crê que  $p$  e  $p$  é verdadeira, mais forte é a posição epistêmica de  $S$  em relação a  $p$ .<sup>44</sup> Se a crença do sujeito *rastreia* a verdade de  $p$  longe o bastante do mundo atual até os mundos onde  $\sim p$  é o caso, então ele não crê que  $p$  nesses mundos próximos onde  $\sim p$  é o caso e, assim, a crença de que  $p$  é sensível. O quão longe a crença de que  $p$  deve rastrear a verdade de  $p$  – i.e., o quão forte a posição epistêmica do sujeito que mantém a crença de que  $p$  deve ser – para que a crença de que  $p$  seja sensível depende do quão longe estão os mundos onde  $\sim p$  é o caso.<sup>45</sup>

Esse mecanismo, aplicado a minha crença de que eu tenho mãos, oferece o seguinte resultado. No mundo atual eu possuo mãos e eu creio que eu possuo mãos. Nos mundos

---

<sup>43</sup> DeRose (1995, p. 34).

<sup>44</sup> Obviamente, o leitor deve manter em mente as observações feitas acima sobre o método de formação de crenças envolvido nos diferentes mundos manter-se o mesmo. Cf. DeRose (1995).

<sup>45</sup> DeRose (1995, p. 34).

próximos ao atual onde eu tenho mãos eu também creio que eu possuo mãos. Nos mundos mais próximos onde eu não tenho mãos devido a um acidente de carro ou avião, eu não creio que eu tenho mãos. No entanto, minha crença de que eu tenho mãos não rastreia a verdade nos mundos onde eu sou um cérebro em uma cuba que não tem mãos e é enganado a pensar que tem. Segundo DeRose, embora minha crença de que eu tenha mãos falhe em rastrear o fato de que eu não tenho mãos em mundos como esse, ela rastreia os fatos relevantes em um grande número de mundos possíveis e isso é suficiente para que a minha posição epistêmica em relação a proposição de que eu tenho mãos seja considerada bastante forte.

E em relação a minha crença de que eu não sou um cérebro em uma cuba? O que o mecanismo da teoria dos mundos possíveis nos diz em relação a essa crença? Dado que os mundos mais próximos onde eu sou um cérebro em uma cuba estão bastante distante do mundo atual, eu estou em uma posição epistêmica bastante forte em relação a proposição de que eu não sou um cérebro em uma cuba. Isso é assim, alega DeRose, mesmo que seja o caso que essa crença não rastreie esse fato nos mundos onde eu sou um cérebro em uma cuba, i.e., mesmo que a minha crença seja insensível.<sup>46</sup>

Dado que hipóteses céticas tendem a se prenderem a possibilidades remotas [...], pode-se estar em uma posição relativamente forte (e as vezes muito forte) em relação as crenças de que elas não são o caso (já que a nossa crença sobre se elas são o caso correspondem ao fato em questão em uma grande variedade de mundos mais próximos ao atual), mesmo que essas crença mantenham-se insensíveis[.] Em contraste, onde  $[p]$  é tal que existam mundos muito próximos onde  $[p]$  é o caso e mundos muito próximos onde  $[\sim p]$  é o caso, a nossa crença de que  $[p]$  deve ser sensível [...] para que possamos estar em uma posição epistêmica minimamente forte em relação a  $[p]$  e, por outro lado, nós não precisamos estar em uma posição epistêmica forte para que a nossa crença seja sensível.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> DeRose (1995, p. 35).

<sup>47</sup> DeRose (1995, p. 35).

Da constatação de que a crença na falsidade de hipóteses céticas exige uma posição epistêmica mais forte do que a crença em proposições ordinárias DeRose alega que a seguinte *regra de sensibilidade* se segue:<sup>48</sup>

(RS) Quando é asserido que algum sujeito  $S$  sabe (ou não) que  $p$ , os padrões de conhecimento (os padrões de o quão forte a posição epistêmica de  $S$  deve ser para que ele possa ser considerado como sabendo, ou não) tendem a se elevar, se preciso for, a um nível onde a crença de  $S$  de que  $p$  precisa ser sensível para que ela conte como um caso de conhecimento.

Assim, de acordo com (RS), nas situações onde  $p$  é a negação de uma hipótese cética, os padrões para que  $S$  conte como sabendo que  $p$  elevam-se a níveis altíssimos já que, como vimos,  $S$  precisa estar em uma posição epistêmica muito mais forte em relação a negação da hipótese cética do que em relação a crença em proposições ordinárias.

(RS) pode, segundo DeRose, ser apresentada dentro do quadro teórico de uma teoria dos mundos possíveis. Dado que, de acordo com o contextualismo, os padrões que devem ser satisfeitos para que  $S$  possa saber que  $p$  são determinados pelo contexto de atribuição de conhecimento, (RS) pode ser entendida como estabelecendo o conjunto de mundos possíveis nos quais a crença de  $S$  de que  $p$  é o caso deve *rastrear* o fato que torna  $p$  verdadeira. O conjunto de mundos possíveis relevantes para a atribuição de conhecimento se expande conforme os padrões de conhecimento são elevados em um determinado contexto. (RS) pode ser reformulada tendo-se em mente essa situação.<sup>49</sup>

(RS\*) Quando é asserido que algum sujeito  $S$  sabe (ou não) que  $p$ , então, se necessário, o conjunto de mundos possíveis epistemicamente relevantes deve ser expandido de forma que ele pelo menos inclua os mundos mais próximos nos quais  $p$  é falsa.

---

<sup>48</sup> DeRose (1995, p. 36).

<sup>49</sup> DeRose (1995, p. 37).



Agora nós temos diante de nós todos os elementos necessários para que possamos articular a solução proposta por DeRose do paradoxo cético. Ao introduzir uma hipótese cética em um contexto determinado, o cético determina dois aspectos importantes: (1)  $S$  está em uma posição epistêmica em relação a  $\sim sk$  pelo menos tão forte quanto a sua posição epistêmica em relação a  $p$ , e (2) a crença de  $S$  de que  $\sim sk$  será sempre insensível ( $S$  sempre crê que  $\sim sk$  mesmo quando  $\sim sk$  é falsa, i.e., quando  $sk$  é o caso). Dado (2) e (RS\*), ao asserir que  $S$  não sabe que  $\sim sk$  (ao asserir a segunda premissa do argumento cético) o cético eleva os padrões do contexto a um nível suficiente para tornar verdadeira essa proposição. Isso é assim porque, por (RS\*), a crença de  $S$  de que  $\sim sk$  deve ser sensível para que a crença de que  $\sim sk$  seja um caso de conhecimento e, dado que a crença de  $S$  de que  $\sim sk$  é insensível, os padrões são elevados ao ponto em que  $S$  não é considerado como sabedor de que  $\sim sk$ . E  $S$  também não sabe que  $p$  (proposição ordinária) é o caso, pois, dado (1), a posição epistêmica de  $S$  em relação a  $\sim sk$  é pelo menos tão forte quanto a sua posição epistêmica em relação a  $p$  e, tendo o cético elevado os padrões de tal forma que  $S$  não sabe que  $\sim sk$ ,  $S$  também não sabe que  $p$ . Nesse contexto cético, a primeira premissa do argumento cético é verdadeira e, portanto, a conclusão do argumento também o é.<sup>50</sup>

Segundo DeRose, isso explica a plausibilidade do argumento cético. Em contextos onde o cético apresenta uma hipótese cética os padrões de atribuição se elevam devido a (RS\*) e, em relação a esses padrões, nós não podemos ter como objeto de conhecimento nem a falsidade da hipótese cética, nem a verdade das proposições ordinárias. Por outro lado, nos contextos onde as hipóteses céticas não são entretidas, a atribuição de conhecimento, embora ainda regulada por (RS\*), não estabelece padrões exageradamente altos como os do contexto cético e, assim, nós podemos satisfazer esses padrões e termos como objeto de conhecimento tanto a proposição ordinária quanto a negação da hipótese cética.

---

<sup>50</sup> DeRose (1995, p. 36 – 37).

#### 4.1 *É mesmo o conhecimento contextualmente determinado?*

Em um número cada vez maior de publicações, alguns epistemólogos questionam a adequação de uma postura contextualista em epistemologia em geral e em relação ao problema do ceticismo em particular.<sup>51</sup> De um lado, pensa-se que, mesmo que o contextualismo esteja correto quanto ao fato de a adequação de se asserir ou de se negar que sentenças do tipo ‘*S* sabe que *p*’ ser em grande medida determinada pelo contexto em que essas sentenças são enunciadas, isso não contribui significativamente para a solução de problemas propriamente *epistemológicos* – nem mesmo para a solução do problema do ceticismo.<sup>52</sup> De outro lado, Jason Stanley sugere que *não* é o caso que a correção ou não de se asserir ou de se negar sentenças do tipo ‘*S* sabe que *p*’ seja determinada pelo contexto de enunciação e que também não é o caso que o contextualismo contribua para a solução de problemas propriamente epistemológicos – ceticismo incluso.<sup>53</sup> Por ser o ataque mais severo à postura contextualista, eu analisarei, de forma mais detida, apenas a crítica de Stanley a essa teoria. Grosso modo, se Stanley está certo e termos epistêmicos não são sensíveis ao contexto, todo o mecanismo construído pelo contextualista em resposta ao ceticismo fica sob forte suspeita. Entretanto, toda vez que se mostrar oportuno, eu apontarei para semelhanças e diferenças entre a crítica de Stanley e de outros ‘inimigos’ do contextualismo.

Como nós vimos na seção anterior, as teorias contextualistas em epistemologia derivam parte da plausibilidade de se alegar que a correta utilização de sentenças que contenham a forma predicativa do verbo ‘saber’ seja determinada contextualmente da semelhança dessa expressão com outras expressões as quais são claramente determinadas

---

<sup>51</sup> Cf. Klein (2000, 2002 e 2004), Sosa (1999, 2000 e 2004), Hawthorne (2004) e Stanley (2005).

<sup>52</sup> Klein (2000) e Sosa (2000 e 2004).

<sup>53</sup> Stanley (2005).

contextualmente. A utilização adequada de adjetivos como ‘alto’, ‘plano’ e ‘pequeno’ é claramente determinada pelo contexto no qual sentenças que contém essas expressões são utilizadas e, se os contextualistas estão certos, a correção com que atribuições e negações de conhecimento da forma ‘*S* sabe que *p*’ são utilizadas é determinada pelos padrões presentes no contexto de atribuição ou negação de conhecimento.

Entretanto, após uma análise comparativa detalhada, parece que as semelhanças entre essas formas adjetivas, as quais admitem gradação, e ‘sabe’, não autorizam a inferência de que essa última tenha seu conteúdo determinado por padrões presentes no seu contexto de uso. Termos como ‘alto’ e ‘baixo’ são intuitivamente considerados como semanticamente ligados a uma escala que discrimina quantitativa ou qualitativamente ocorrências distintas de sentenças que utilizam esses termos. Assim, se o termo ‘sabe’ não se comporta de forma semelhante a esses adjetivos que admitem gradação, então (i) conhecimento não admite graus (contrariamente ao que pensa Lewis)<sup>54</sup> e (ii) a tese de que atribuições ou negações de conhecimento são sensíveis ao contexto de uso não pode ser motivada por uma semelhança (inexistente) entre o termo ‘saber’ e adjetivos que admitem gradação (contrariamente ao que pensa Cohen, DeRose, Lewis e alguns não-contextualistas como Feldman, Klein e Sosa)<sup>55</sup>.

Se termos epistêmicos são sensíveis ao contexto da mesma forma que outros termos o são, então deve-se poder esperar que eles admitam diferentes graus. No entanto, evidência de que o termo ‘sabe’ *não* é uma expressão que admite graus é favorecida pelo seguinte raciocínio. Existem dois testes que permitem determinar se uma expressão admite graus: se uma expressão admite graus, então ela deve permitir a utilização de modificadores e ela deve estar conceitualmente relacionada a construções comparativas.<sup>56</sup> O uso predicativo de

---

<sup>54</sup> Lewis (1996).

<sup>55</sup> Cohen (1988 e 1999), DeRose (1995, 1996 e 2005), Feldman (2001), Klein (2000) e Sosa (2000 e 2004).

<sup>56</sup> Stanley (2005, p. 36).

adjetivos como ‘alto’ e ‘plano’ cumpre de forma natural o primeiro critério de identificação de uma expressão que admite graus:

- (1) (a) Aquela mesa é realmente plana.  
 (b) Aquela mesa é bastante plana.  
 (c) João é bastante alto.  
 (d) João é realmente alto.

Nos casos de (1a) até (1d), ‘bastante’ e ‘realmente’ modificam os termos ‘alto’ e ‘plano’ de forma a sinalizar uma diferença de grau em relação a utilização desses adjetivos sem os modificadores. ‘Bastante alto’ predica de João uma propriedade que se encontra em um lugar mais elevado na escala das alturas do que a propriedade denotada pelo predicado ‘alto’. No entanto, a forma predicativa de ‘sabe’ presente em atribuições de conhecimento não pode ser modificada da mesma forma. A negação de modificadores de grau pode, normalmente, ser utilizada, sem inconsistência, junto com o mesmo modificador não-negado:

- (2) (a) João é alto, mas não realmente alto.  
 (b) Brasília é plana, mas não realmente plana.

Em contraste com esse uso natural dos modificadores, a atribuição de conhecimento a seguir parece pouco adequada:

- (3) Se o banco está aberto, então João sabe que o banco está aberto, mas ele não sabe, realmente, que o banco está aberto.

A inadequação de (3) sugere que a ocorrência de ‘realmente’ nessa sentença não desempenha o papel de modificar o grau em que João sabe que o banco está aberto.<sup>57</sup> Entretanto, ‘sabe’ pode ocorrer junto com ‘muito bem’ e isso pode sugerir que o predicado ‘x sabe que y’ presente em atribuições de conhecimento admite graus:

(4) João sabe muito bem que cobras não voam

Segundo Stanley, a ocorrência de expressões como ‘muito bem’ junto do predicado que denota a relação de conhecimento proposicional não funciona como um modificador do significado dessa relação, mas, sim, como um *indicador pragmático*.<sup>58</sup> Evidência de que esse é o caso advém, segundo ele, da inadequação das seguintes construções:<sup>59</sup>

(5) João não sabe muito bem que cobras não voam.

A inadequação de (5) contrasta com a naturalidade de uma construção onde ‘muito bem’ claramente modifica o verbo:

(6) Eu não me sinto muito bem perto de João.

Por outro lado, a expressão ‘muito bem’ não parece ser utilizada adequadamente junto do predicado ‘x sabe que y’ em atos de fala não-assertóricos – ao contrário do que ocorre com construções onde ‘muito bem’ opera como um modificador sobre o predicado:

---

<sup>57</sup> Stanley (2005, p. 37).

<sup>58</sup> Um indicador pragmático como ‘muito bem’ em (4) não possui conteúdo conceitual, mas, antes, serve apenas para constranger as inferências feitas pela audiência. Aquele que assere (4) procura fazer entender que não existem dúvidas de que João sabe que cobras não voam, e não que João sabe em um grau muitíssimo elevado que isso é o caso. Para a noção de indicador pragmático, ver Recanati (1998).

<sup>59</sup> Stanley (2005, p. 38).

(7) Você sabe muito bem que cobras não voam?

(8) Você não se sente muito bem perto de João?

Logo, a sentença (4) não é um caso onde um determinado grau de conhecimento é modificado por ‘muito bem’.<sup>60</sup> Ainda, se atribuições de conhecimento tivessem seu valor-de-verdade determinado contextualmente da mesma forma que sentenças que contém os termos ‘plano’ e ‘alto’, então as primeiras deveriam admitir construções comparativas assim como as últimas admitem. Considere a seguinte construção:

(9) João sabe melhor do que ninguém que cobras não voam.

‘Melhor do que’ não é uma expressão capaz de formar uma expressão comparativa, quando utilizado junto de ‘sabe’, por que, na verdade, ‘melhor do que ninguém’ é uma expressão idiomática.<sup>61</sup> Se (9) fosse realmente um caso em que ‘sabe’ é usado de forma comparativa e, portanto, ‘melhor do que ninguém’ não fosse apenas uma expressão idiomática, as sentenças a seguir deveriam poder ser adequadamente asseridas:

(10) João sabe melhor do que três pessoas que cobras não voam.

(11) João sabe melhor do que Maria que cobras não voam.

Dado que (10) e (11) não representam usos não-idiomáticos adequados da expressão ‘melhor do que’, essa expressão não constitui uma maneira natural de se expressar comparações entre diferentes níveis de uma escala epistêmica. Logo, dado que ‘sabe’ não

---

<sup>60</sup> Stanley (2005, p. 39).

<sup>61</sup> Stanley (2005, p. 40).

admite nem modificações nem construções comparativas, como ‘plano’ e ‘alto’ admitem, segue-se que o contextualista precisa apoiar sua tese de que o valor-de-verdade de atribuições de conhecimento são determinados contextualmente sobre outro argumento que não aquele segundo o qual esses termos se comportam de forma semelhante.<sup>62</sup>

Uma outra maneira de se argumentar em favor da tese de que atribuições de conhecimento são *sensíveis* ao contexto de uso é a de se considerar que atribuições de conhecimentos se comportam como índices (‘indexicals’). Cohen considera essa possibilidade na seguinte passagem:<sup>63</sup>

Como, do ponto de vista da semântica formal, nós deveríamos pensar sobre essa sensibilidade ao contexto de atribuições de conhecimento? Nós poderíamos pensá-la como um tipo de indexação [indexicality]. Nessa forma de se construir a semântica, atribuições de conhecimento envolvem uma referência, na forma de índice, a um padrão. Assim, o predicado do conhecimento irá expressar diferentes relações (correspondendo a diferentes padrões) em diferentes contextos.

No entanto, segundo Stanley, mesmo que não haja um método capaz de identificar todas expressões cujos conteúdos são determinados contextualmente, alguns testes bastante intuitivos sugerem que atribuições de conhecimento não são, em realidade, determinados contextualmente da mesma forma que índices o são. Testes que envolvem a reportagem de atos-de-fala [speech-act reports] e anáfora proposicional são, se não conclusivos, ao menos indicativos de que atribuições ou negações de conhecimento não são contextualmente determinadas devido ao uso de predicados epistêmicos.<sup>64</sup>

Na verdade, se os argumentos levantados por Jason Stanley contra o contextualismo são eficazes, a tese contextualista de que atribuições ou negações de conhecimento têm o

---

<sup>62</sup> Stanley (2005, p. 46).

<sup>63</sup> Cohen (1999, p. 61). DeRose (1992) e Lewis (1996) consideram que atribuições de conhecimento podem ser construídas conforme uma semântica de índices.

<sup>64</sup> Stanley (2005, p. 52).

valor-de-verdade determinado contextualmente fica seriamente comprometida. A tese contextualista segundo a qual o predicado ‘*x* sabe que *y*’ é do mesmo tipo que expressões como ‘aqui’, ‘agora’ e ‘eu’ é uma das premissas do argumento contextualista e a sua implausibilidade é sugerida pelos exemplos a seguir.<sup>65</sup>

Considere o seguinte diálogo em um zoológico:

João (diante de um cercado marcado ‘zebras’): - Eu sei que esses animais são zebras.

Maria: - Você pode eliminar a possibilidade de que esses animais são mulas pintadas de zebras?

João: - Não eu não posso eliminar essa possibilidade.

Maria: - Então você admite que não sabe que esses animais são zebras e que você estava errado anteriormente sobre isso?

João: - Eu não disse isso. Eu não estava considerando a possibilidade de que esses animais são mulas pintadas de zebras.

A última sentença proferida por João não parece fazer muito sentido, a não ser como uma mentira. O contextualista, entretanto, parece estar comprometido com a verdade da alegação de João: segundo o contextualista, João não precisaria reconsiderar a sua primeira (auto-) atribuição de conhecimento, por que, naquele contexto, a possibilidade de que os animais diante dele fossem mulas pintadas de zebras não havia sido trazida a baila.

A aparente inadequação quanto ao uso do predicado ‘*x* sabe que *y*’ nesse discurso contrasta com o uso de expressões claramente sensíveis ao contexto em que são utilizadas. Mesmo que nós fixemos que o termo ‘possível’ está sendo utilizado, em um discurso qualquer, no sentido de ‘fisicamente possível’, esse termo parece poder denotar medidas mais ou menos restritas de possibilidade física. Nesse sentido, ‘possível’ é intuitivamente considerado como um termo sensível ao contexto de uso.<sup>66</sup> No diálogo a seguir, José está conversando com um grupo de pessoas sobre inovações na indústria aérea que ainda não

---

<sup>65</sup> Stanley (2005, p. 52 – 55).

<sup>66</sup> Ou pelo menos Stanley (2005, p. 53) assim sugere.



foram repassadas ao grande público. Sonia escuta o comentário de José sem ter tido contato com a conversa que transcorreu anteriormente:

José: - É possível que se viaje de Porto Alegre até Nova Iorque em trinta minutos.

Sonia: - Isso é absurdo! Nenhum vôo disponível ao grande público hoje permitiria isso. Não é possível que se viaje de Porto Alegre até Nova Iorque em trinta minutos.

José: - Eu não disse que era possível. Eu não estava falando sobre o que é possível dado aquilo que está disponível ao grande público, mas, sim, aquilo que é possível dada toda a tecnologia existente.

Em contraste com a última alegação de João no zoológico, a última alegação de José no exemplo acima parece apropriada. O problema para o contextualista é que ambos os diálogos deveriam ser igualmente plausíveis e coerentes, já que ‘sabe’ e ‘possível’ seriam, ambos, termos sensíveis ao contexto de uso.<sup>67</sup>

Além disso, a alegação feita pelo contextualista de que ‘x sabe que y’ é um predicado cujo valor-semântico é determinado contextualmente não parece se adequar ao fenômeno lingüístico da anáfora proposicional. Considere o seguinte trecho:

- (12) Se eu tenho mãos, então eu sei que eu tenho mãos. Mas, ao pensar sobre isso, eu posso ser um cérebro em uma cuba, e, nesse caso, eu creia que eu tenho mãos e isso seria falso. Agora que eu estou considerando seriamente essa hipótese cética, mesmo que eu tenha mãos, eu não sei que eu tenho mãos. Mas o que eu disse antes continua sendo verdadeiro.

De acordo com o contextualista, todas as sentenças de (12) são verdadeiras ao mesmo tempo. Isso é assim mesmo se a única interpretação razoável da expressão ‘o que eu disse antes’ aponta para a sentença que tem a sua verdade negada na sentença anterior. Esse estado de coisas realmente estranho contrasta visivelmente com situações onde o termo relevante envolvido é genuinamente um índice:

---

<sup>67</sup> Stanley (2005, p. 53).

(13) Está chovendo aqui. Se eu estivesse dentro de casa, o que eu disse ainda seria verdade. Agora que eu estou dentro de casa, não está chovendo aqui.

Uma vez colocado a par dos fatos, é fácil de ver que todas as sentenças em (13) são verdadeiras, ao mesmo tempo. O fato de que dois métodos capazes de mostrar que expressões intuitivamente sensíveis ao contexto são de fato sensíveis ao contexto e de que esses mesmos métodos são incapazes de mostrar que o predicado do conhecimento é da mesma forma sensível desacredita a alegação contextualista de que o predicado do conhecimento é de fato sensível ao contexto de uso.<sup>68</sup>

Contextualistas como DeRose e Cohen, tirando proveito de críticas à teoria das alternativas relevantes feitas por Stine e Yourgrau, são rápidos em salientar que todas as ocorrências de ‘sabe’ em um discurso devem estar atrelados a apenas um padrão.<sup>69</sup> Essa lição dada por Stine e Yourgrau serviu para que exemplos de discurso como o de João e Maria no zoológico não fossem sancionados pelo contextualismo. Segundo DeRose,<sup>70</sup>

A objeção [de que o contextualismo considera adequada alegações como a de João no zoológico] está baseada em um erro. O contextualista acredita que certos aspectos do contexto de atribuição ou negação de conhecimento afetam o conteúdo dessas atribuições [.]. Se no contexto de conversação a possibilidade de que haja mulas pintadas foi mencionada e se a mera menção dessa possibilidade teve um efeito sobre as condições sobre as quais alguém pode ser verazmente dito como ‘sabendo’, então qualquer uso de ‘sabe’ (ou de [‘sabia’]) é afetado, mesmo um uso no qual descrevemos a nossa condição passada.

Nesse trecho, DeRose se associa a Yourgrau e Stine e alega que todas as ocorrências de ‘sabe’ em um discurso devem ser associadas a um único padrão. Dessa forma, o contextualismo não permitiria que João alegue adequadamente ‘antes eu sabia, mas agora

---

<sup>68</sup> Stanley (2005, p. 55).

<sup>69</sup> Nós tivemos a oportunidade de ver as críticas de Stine e Yourgrau a teoria das alternativas relevantes de Fred Dretske no capítulo dois. Cohen (1988 e 1999) e DeRose (1992, 1995 e 2000) consideram explicitamente essas críticas e propõe uma solução contextualista.

<sup>70</sup> DeRose (1992, p. 925).

não’, pois, uma vez que a possibilidade de que ele estava diante de mulas pintas foi tornada saliente, essa possibilidade deve afetar inclusive as atribuições de conhecimento que se referem ao passado de João.

A tese de que ocorrências distintas da mesma expressão em um discurso devam ser avaliadas segundo um mesmo padrão não parece valer para termos diferentes de ‘sabe’ e os quais são assumidamente sensíveis ao contexto de uso. Se o contextualista está certo e ‘sabe’ é sensível ao contexto de uso como ‘alto’ o é, então a elevação dos padrões em relação a adequada aplicação da forma predicativa do adjetivo ‘alto’ em um determinado contexto (e.g., ao mencionarmos que jogadores de basquete são altos) deveria influenciar toda atribuição do predicado ‘*x* é alto’ nesse contexto – inclusive as atribuições que se referem a situação passada do sujeito de atribuição. Todavia, expressões como ‘alto’, as quais são indiscutivelmente sensíveis ao contexto de uso, não se comportam da forma que o contextualismo prevê. Considere o seguinte caso.<sup>71</sup> Suponha que *A* era a criança mais alta da sua turma de sétima série. Mas, durante as férias, *A* não cresceu e a maioria de seus colegas cresceu consideravelmente. *B* é a professora da oitava série:

B: OK. *A*, você tem altura média, então você senta no meio da sala.

A: Mas ano passado eu era alto e eu me acostumei a sentar no fundo da sala.

Nesse exemplo parece bastante adequada a alegação de *A*. Isso sugere que o padrão utilizado para se avaliar a adequação da atribuição do predicado ‘*x* é alto’ pode mudar em um mesmo discurso sem que essa atribuição pareça inadequada. No exemplo, *B* eleva os padrões de atribuição do predicado ‘*x* é alto’ ao mencionar que *A* tem altura mediana e mesmo assim *A* adequadamente diminui o padrão de atribuição desse predicado ao alegar que no ano passado ele era alto. Isso sugere que, se a atribuição de conhecimento fosse realmente sensível ao

---

<sup>71</sup> Stanley (2005, p. 64).

contexto, então ‘ $x$  sabe que  $y$ ’ deveria se comportar como ‘ $x$  é alto’. Mas, se ‘ $x$  sabe que  $y$ ’ comporta-se como ‘ $x$  é alto’, então a alegação feita por João no zoológico deveria ser considerada adequada: os padrões elevados pela menção de que ele estava diante de mulas pintadas não deveriam impedi-lo de alegar adequadamente que ele sabia antes dessa possibilidade ter sido levantada. Logo, ou o contextualista está errado e a alegação de João é adequada, ou ele está certo, a alegação de João não é adequada e ‘ $x$  sabe que  $y$ ’ não é sensível ao contexto da mesma forma que ‘ $x$  é alto’ o é. Aceitar qualquer um desses disjuntos parece ser um preço alto a ser pago pelo contextualista.

Se o contextualista aceita o segundo disjunto, a alegação de que ‘sabe’ é sensível ao contexto da mesma forma que ‘alto’ e ‘plano’ o são perde grande parte de seu apelo intuitivo. Talvez ele só não perca todo o apelo intuitivo devido ao fato de que todos os testes que servem para verificar a sensibilidade ao contexto de uso de outras expressões talvez não sirvam para detectar essa característica em relação ao predicado ‘ $x$  sabe que  $y$ ’. Pode ser que a evidência necessária para que aceitemos que esse predicado epistêmico é de fato sensível ao contexto de atribuição apareça em alguns exemplos específicos.<sup>72</sup>

Se o contextualista aceita o primeiro disjunto, então ‘sabe’ se comporta como ‘alto’. Nesse caso, além de ter que conviver com a aparência desconcertante da alegação de João, o contextualista tem de admitir que o uso das ‘conjunções abomináveis’ é adequado, pelo menos em alguns contextos. O uso de sentenças como

(14) Eu sei que eu tenho mãos, mas não sei que eu não sou um cérebro (sem mãos) em uma cuba

---

<sup>72</sup> Como o exemplo do aeroporto proposto por Cohen (2000) e o caso do banco proposto por DeRose (2005).

é, então, sancionado pelo contextualismo, pois a primeira ocorrência do predicado epistêmico é relativizada à padrões ordinários e a segunda ocorrência é relativizada à padrões não-ordinários ou ‘céticos’.<sup>73</sup>

Os pontos levantados na presente seção estão longe de implicarem a refutação do contextualismo. Entretanto eles parecem mostrar que boa parte da plausibilidade dessa teoria é ilusória. Logo, a solução contextualista para o problema do ceticismo fica bastante comprometida.

---

<sup>73</sup> Stanley (2005, p. 67).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno do ceticismo tem ganhado mais e mais atenção dos epistemólogos nos últimos anos. Desde a identificação, feita por Dretske, do argumento cético que utiliza o princípio de fechamento, passando pela explicitação, realizada principalmente por Cohen e Brueckner, da estrutura desse argumento, e até a discussão na *internet* em *weblogs* como *Certain Doubts* da solução contextualista ao paradoxo cético, o debate ganhou em clareza e complexidade. A clareza do debate deu-se, em grande medida, devido a identificação precisa do argumento cético. A complexidade do debate pode ser vista nas conexões feitas por contextualistas entre teses epistemológicas e teses em filosofia da linguagem.

Por outro lado, nem a clareza adquirida sobre o objeto de discussão filosófica nem a complexidade das teorias que buscam dar conta desse objeto foi capaz, até o presente momento, de produzir uma solução definitiva do problema criado pelo argumento cético. Embora as teorias em resposta ao ceticismo apresentadas no presente trabalho sejam as mais influentes, todas elas estão, como vimos, sujeitas a sérias objeções.

Ao invés de tentar extrair a conclusão (desconcertante) de que os defeitos das teorias em resposta ao ceticismo mostram que o ceticismo não tem solução disponível agora ou futuramente, eu mostrarei, no espaço que me resta e de maneira esquemática, de que forma uma resposta ao ceticismo pode ser articulada sem que ela seja atingida por (algumas das) objeções conhecidas.

De acordo com *invariantistas*, o valor-de-verdade de atribuições (e de negações) de conhecimento não varia por causa daquilo que está em jogo no contexto de atribuição. Invariantistas acusam os contextualistas de confundirem as condições em que é conversacionalmente apropriado para alguém atribuir ou negar conhecimento com as

condições de verdade das proposições que expressam essas atribuições ou negações.<sup>1</sup> Invariantistas pensam que é verdade que nós sabemos que nós temos mãos não apenas em situações ordinárias, onde nenhuma hipótese cética está sendo entretida, mas também em cenários céticos onde hipóteses céticas são de fato entretidas. Assim, mesmo que seja verdade que muitas (senão todas) as asserções de ‘*S* sabe que *p*’ são inapropriadamente realizadas em contextos onde estamos entretendo hipóteses céticas, é falso que o cético esteja certo e a maioria (se não todas) as asserções desse tipo são falsas. De acordo com o modelo invariantista, *condições de assertabilidade* variam de um contexto de atribuição para outro e as *condições de verdade* dessas atribuições se mantêm fixas, elas não variam. Isso sugere uma solução do paradoxo cético: (4) (‘Se *S* sabe que ela tem mãos, então *S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’), (6) (‘*S* sabe que ela tem mãos’) e a negação de (5) (‘*S* não sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’) são verdadeiras em todos os contextos, mas adequadamente asseridas apenas em contextos não-céticos, enquanto que (4), (5) e a negação de (6) são adequadamente asseridas em contextos céticos.<sup>2</sup>

No que segue, eu proporei uma solução invariantista do paradoxo cético. Entretanto, antes de eu trabalhar os detalhes dessa proposta, eu gostaria de chamar atenção para uma discussão recente sobre soluções desse tipo. Keith DeRose<sup>3</sup> propôs recentemente um conjunto de restrições bastante plausíveis para soluções do paradoxo cético que empregam o mecanismo das manobras de assertabilidade autorizada (‘Warranted Assertability Manouvres’ ou simplesmente ‘WAM’). Existem três condições que toda WAM deve satisfazer, de acordo com DeRose:<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Rysiew (2001), Davis (2004, vindouro), Brown (2005), Black (2005) e Pritchard (2005).

<sup>2</sup> Um resultado algo diferente é extraído logo abaixo.

<sup>3</sup> DeRose (1999, 2002).

<sup>4</sup> DeRose (2002, p. 170 – 179).

- (C1) Uma WAM deve fornecer o resultado de que é inadequado que se assira uma proposição e a sua negação.
- (C2) A WAM específica deve explicar a inadequação de uma asserção através da geração de uma implicatura conversacional falsa.
- (C3) A geração da implicatura conversacional falsa deve ser explicada por regras gerais da conversação e não por regras específicas, *ad hoc*.

Para mostrar por que (C1) – (C3) são condições razoáveis de uma WAM, DeRose oferece um exemplo de uma WAM bem-sucedida e de uma WAM mal-sucedida.<sup>5</sup> Um exemplo de uma WAM bem-sucedida é uma que explica por que parece inapropriado que alguém assira ‘É possível que  $P_{ind}$ ’,<sup>6</sup> e por que parece que asserções desse tipo são falsas, quando aquele que assere sabe que  $P$  é o caso. Se, quando questionado pela minha esposa sobre o paradeiro de nosso filho, eu digo ‘É possível que ele esteja no João’, quando eu sei que ele está lá, então essa asserção é imprópria. Isso é assim por que ela gera a implicatura conversacional falsa de que eu não sei o paradeiro do nosso filho. O fato de que a minha asserção gera uma falsa implicatura satisfaz (C2). (C1) é satisfeita devido ao fato de que é inadequado, para mim, assere, em uma mesma situação, ‘É possível que ele esteja no João’ e ‘Não é possível que ele esteja no João’. Essa WAM satisfaz (C3) através da aplicação da regra geral de conversação ‘assira o mais forte’. De acordo com essa regra, ao assere a proposição mais fraca (entretanto verdadeira) de que nosso filho possivelmente está no João, eu gero a falsa implicatura de que eu não sei onde ele está, porque, se eu soubesse onde ele está, eu provavelmente diria simplesmente ‘Ele está no João’.

Uma WAM mal-sucedida é exemplificada por uma teoria que mantém que ser não-casado não é uma condição de verdade de ‘ $S$  é solteiro’. Para acomodar os ‘aparentes’ contra-exemplos a essa teoria fornecidos por homens casados, o proponente dessa teoria propõe que ser não-casado é uma implicatura gerada pela asserção ‘ $S$  é solteiro’. Isso explicaria por que

---

<sup>5</sup> DeRose (2002, 174 – 175).

<sup>6</sup> O subscrito ‘ $_{ind}$ ’ serve para sinalizar que  $P$  deve ser interpretada no modo indicativo.



‘*S* é solteiro’ parece falso e inapropriadamente asserida quando *S* é um homem casado. Essa teoria não cumpre (C1) – (C3). Ela não cumpre (C1) por que, de acordo com essa teoria, mesmo que seja inapropriado asserir ‘*S* é solteiro’ quando *S* é um homem casado, é apropriado que se assira ‘Não é o caso que *S* é solteiro’, na mesma situação. (C2) não é cumprida por que, quando dita de um homem casado, a asserção de ‘*S* é solteiro’ não gera uma implicatura falsa, de acordo com a teoria. De fato, essa asserção gera uma implicatura verdadeira (‘*S* é não-casado’). (C3) é claramente não-satisfeita por essa WAM mal-sucedida.

De acordo com DeRose, qualquer WAM usada na solução do paradoxo cético terá que explicar por que ‘*S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’ parece falsa e inapropriadamente asserida em contextos céticos e ‘Não é o caso que *S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’ parece verdadeira e apropriadamente asserida nesses mesmos contextos – DeRose pensa que, satisfazendo (C1), uma solução WAM para o paradoxo cético irá contra esse dado intuitivo. Finalmente, DeRose pensa que toda WAM que busca solucionar o paradoxo cético é um caso de WAM mal-sucedida, pois elas são *ad hoc* – elas não são capazes de satisfazer (C3).

Agora, no espaço restante, eu não irei questionar (C1) – (C3). Eu irei propor uma WAM como solução invariantista do paradoxo cético, a qual dá conta das nossas intuições e a qual respeita as condições propostas por DeRose.

Primeiro, eu vou fazer uso da distinção proposta por Roy Sorensen entre *conhecimento podre* (‘junk knowledge’) e *conhecimento robusto* (‘robust knowlege’).<sup>7</sup> Conhecimento robusto é conhecimento que, quando usado como premissa em um argumento, mantém o seu *status* como conhecimento depois que a conclusão desse argumento é extraída. Por exemplo, se eu sei que ou minha mãe está na cozinha ou ela está no pátio, então, depois de ouvir a sua voz vindo da parte da casa onde fica a cozinha, eu infiro que a minha mãe está na cozinha. O

---

<sup>7</sup> Sorensen (1988, 2002).

conhecimento que eu possuo da disjunção resistiu à notícia de que um dos disjuntos é falso. Conhecimento *podre* não tem essa qualidade. Se eu soubesse que a minha mãe estava na cozinha e tivesse inferido que ela estava na cozinha ou ela estava no pátio, eu saberia essa disjunção mesmo que não viesse a usá-la em uma inferência. Se eu tivesse recebido nova informação que indicasse que minha mãe não estava na cozinha, eu não iria inferir que ela estava no pátio, eu iria, ao invés disso, deixar de crer que a disjunção é verdadeira. O exemplo a seguir de conhecimento *podre* é de Roy Sorensen.<sup>8</sup> Suponha que *S* sabe, após ter contado, que ela deu o dinheiro certo para o caixa. Se *S* sabe que ela deu o dinheiro certo para o caixa, então ela sabe que, se o caixa reclama que ela não deu o dinheiro certo, então ele está errado. Entretanto, se o caixa de fato questiona *S* sobre o dinheiro, então o conhecimento de *S* de que ela deu o dinheiro certo é solapado. Dado que aquela proposição era a única base sobre a qual *S* baseava a crença em ‘Se o caixa reclama que ela não deu o dinheiro certo, então ele está errado’, assim que ela deixa de saber que ela contou corretamente o dinheiro ela também deixa de ter o condicional como objeto de conhecimento.

Além disso, parece inadequado que assiramos uma proposição que não é objeto de conhecimento robusto. Se eu assiro ‘Ou a minha mãe está na cozinha ou ela está no pátio’, então eu implico que eu realizaria um silogismo disjuntivo se eu viesse a saber que um dos disjuntos é falso. Mas, se eu tenho evidência apenas em favor do primeiro disjuntivo e eu assiro a disjunção, eu estaria implicando algo falso, pois eu não iria realizar uma inferência do tipo silogismo disjuntivo se eu descobrisse evidência contra o primeiro disjuntivo.

Existem boas razões para que pensemos que a situação epistêmica na qual nós nos encontramos quando estamos diante do paradoxo cético é bastante semelhante a situação epistêmica na qual os agentes epistêmicos que possuem conhecimento *podre* estão. Nós sabemos que nós temos mãos e nós sabemos que nós não somos cérebros em uma cuba, pois a

---

<sup>8</sup> Sorensen (2002, p. 557).

proposição que descreve o segundo fato é logicamente implicada pela primeira, mas, quando diante do desafio cético, nós não inferimos que nós sabemos que nós não somos cérebros em uma cuba por que nós somos sensíveis ao fato de que nós não podemos negar adequadamente que nós não somos cérebros em uma cuba – nós somos sensíveis ao fato de que essa proposição não é *robusta* em relação à nossa evidência. Assim, embora nós normalmente saibamos que nós não somos cérebros em cubas e que nós temos mãos, em alguns contextos não é adequado que nós assiramos que sabemos essas coisas, por que nós iríamos implicar falsamente que nós temos evidência suficiente para defender a crença nessa proposição. Infelizmente, nós não temos evidência suficiente para defender a negação da hipótese cética, pois toda a evidência que nós possuímos em favor da negação dessa hipótese é também evidência em favor da hipótese cética ela mesma.

Essa WAM invariantista parece fornecer resultados satisfatórios vis-à-vis as nossas intuições. De um lado, (4) ('Se *S* sabe que ela tem mãos, então *S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba'), (6) ('*S* sabe que ela tem mãos') e a negação de (5) ('Não é o caso que *S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba') são verdadeiras, em todos os contextos. Por outro lado, em contextos céticos, é inadequado negar (5) ou asserir (6). Finalmente, nós podemos ver que essa WAM dá conta das nossas intuições e que ela satisfaz as condições (C1) – (C3). De acordo com a condição (C3), a falsa implicatura deve ser explicada através de regras gerais. A WAM aqui apresentada satisfaz (C3). Segundo essa WAM *S* não deve asserir aquilo para o qual ela não pode fornecer evidência adequada – essa exigência é, grosso modo, equivalente à máxima conversacional griceana da evidência.<sup>9</sup> 'Adequada' será determinada contextualmente, de forma que, em contextos céticos, *S* precisa fornecer consideravelmente mais evidência para apoiar as atribuições ou negações de conhecimento que ela venha a fazer nesses contextos do que ela precisa para essas mesmas proposições em contextos ordinários.

---

<sup>9</sup> Ver Grice (1989).

(C2) também é satisfeita por essa WAM. É inadequado para *S* asserir ‘*S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’ em contextos céticos, pois isso falsamente implicaria que a evidência de *S* é boa o bastante para eliminar a hipótese cética. Essa WAM satisfaz também (C1). Em contextos céticos, a asserção de ‘*S* sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’ ou de ‘*S* não sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’ é inadequada, pois a evidência que *S* possui não é suficiente para apoiá-las (nessa situação) e asseri-las implica o contrário.<sup>10</sup>

Finalmente, mesmo que DeRose esteja certo e soluções do paradoxo cético de tipo WAM fracassam ao explicarem a intuição segundo a qual é adequado para *S* asserir, em contextos céticos, ‘*S* não sabe que ela não é um cérebro em uma cuba’, nós devemos perceber que o que talvez realmente aconteça em contextos desse tipo é que nós *retiramos* a nossa alegação de conhecimento (i.e., nós paramos de asserir que nós sabemos), ao invés de *revertermos* essas alegações (i.e., ao invés de asserirmos que nós não sabemos).<sup>11</sup> Os exemplos que eu utilizei para mostrar a distinção entre conhecimento podre e conhecimento robusto sugerem que nós tendemos a parar de asserir aquilo que é não-robusto, tão logo nós somos apresentados à contra-evidência.

---

<sup>10</sup> Sorensen (2002, p. 554 – 558) sugere uma solução para o paradoxo cético tendo como base a distinção entre conhecimento podre e conhecimento robusto. Hawthorne (2004, p. 71 – 73), apesar de aceitar essa distinção, não desenvolve o seu potencial como resposta ao paradoxo.

<sup>11</sup> Prichard (2005a) argumenta de maneira similar contra a objeção de DeRose.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Fred. Resurrecting the tracking theories, IN: DEALMEIDA, Claudio (Ed.). (2005).

AUDI, Robert. *Belief, justification and knowledge*. Belmont: Wadsworth publishing, 1988.

\_\_\_\_\_. Justification, deductive closure and reasons to believe, IN: *Dialogue*, 30, p. 77 – 84, 1991.

\_\_\_\_\_. Structural justification, IN: *The journal of philosophical research*, 16, p. 473 – 492. 1991a e reimpresso em AUDI, Robert. p. 274 – 296. 1993.

\_\_\_\_\_. *The structure of justification*. New York: Cambridge, 1993.

\_\_\_\_\_. Deductive closure, defeasibility and scepticism: a reply to Feldman, IN: *The philosophical quarterly*, p. 494 – 499, 1995.

\_\_\_\_\_. *Epistemology: a contemporary introduction*. London: Routledge, 2003.

BRADY, Michael (Ed.); PRITCHARD, Duncan. *The Philosophical Quarterly*, vol. 55, n. 219, 2005.

BRUECKNER, Anthony. Why Nozick is a sceptic, IN: *Mind*, vol. 93, n.º. 370, p. 259 – 264. 1984.

\_\_\_\_\_. Skepticism and epistemic closure, IN: *Philosophical topics*, vol. 13, n.º. 3, p. 89 – 117, 1985.

\_\_\_\_\_. The structure of the skeptical argument, IN: *Philosophy and phenomenological research*, vol. 54, n.º. 4, p. 827 – 835, 1994.

\_\_\_\_\_. Klein on closure and skepticism, IN: *Philosophical studies* 98, p. 139 – 151, 2000.

\_\_\_\_\_. Strategies for refuting closure for knowledge, IN: *Analysis*, 64, 4, p. 333 – 335, 2004.

\_\_\_\_\_. Skepticism, IN: *Supplement to encyclopedia of philosophy*, vindouro.

\_\_\_\_\_. Reply to Coffman on closure and skepticism, IN: *Synthese*. vindouro a.

CHISHOLM, Roderick. *Theory of knowledge*, segunda edição. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1977.

COFFMAN, E. J.. Defending Klein on closure and skepticism, IN: *Synthese*. vindouro.

COHEN, Stewart. How to be a fallibilist, IN: TOMBERLIN (1988).

\_\_\_\_\_. Skepticism, relevance and relativity, IN: MCLAUGHLIN, Brian P (1991, p. 17 – 37)

\_\_\_\_\_. Two kinds of skeptical argument, IN: *Philosophy and phenomenological research*, vol. 58, nº. 1, p. 143 – 159, 1998.

\_\_\_\_\_. Scepticism, IN: *Routledge encyclopedia of philosophy*, 1998a.

\_\_\_\_\_. Contextualist solutions to epistemological problems: Scepticism, Gettier, and the lottery, IN: *Australasian journal of philosophy*, 76, 2, p. 289 – 306. 1998b e reimpresso em SOSA e KIM (2000, p. 517 – 530).

\_\_\_\_\_. Contextualism, skepticism, and the structure of reasons, IN: TOMBERLIN, James E. (Ed.). (1999, p. 57 – 89)

\_\_\_\_\_. Contextualism and skepticism, IN: SOSA e VILLANUEVA (2000, p. 94 – 107).

\_\_\_\_\_. Contextualism, IN: LUPER (2004, p. 203 – 210).

DAVID, Marian; WARFIELD, Ted. *Knowledge-Closure and skepticism*, vindouro.

DAVIS, Wayne. Are Knowledge Claims Indexical?, IN: *Erkenntnis*, 61: 257 – 281. 2004.

\_\_\_\_\_. *Knowledge Claims and Context: Loose Use*. vindouro

DEALMEIDA, Cláudio (Ed.). Perspectives in contemporary epistemology, IN: *Veritas*, vol. 50, no. 4, 2005.

DEROSE, Keith. Contextualism and knowledge attribution, IN: *Philosophy and phenomenological research*, 52, nº 4, p. 913 – 929. 1992.

\_\_\_\_\_. Solving the skeptical problem, IN: *Philosophical Review*, 104, 1, p. 1 – 52, 1995.

\_\_\_\_\_. Relevant alternatives and the content of knowledge attributions, IN: *Philosophy and phenomenological research*, 56, nº. 1, 1996.

DEROSE, Keith (Ed.); WARFIELD, Ted (Ed.). *Skepticism: a contemporary reader*. Oxford University press: Oxford. 1999.

DEROSE, Keith. Contextualism: an explanation and defense, IN: GRECO, John (ed.); SOSA, Ernest (ed.) (1999).

\_\_\_\_\_. Now you know it, now you don't, IN: *Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy*, Bowling Green, Ohio: Philosophy Documentation Center, Vol. V, Epistemology, p. 91 – 106. 2000.

\_\_\_\_\_. Assertion, Knowledge, and Context, IN: *The Philosophical Review*, 111, 2. 167 – 203. 2002.

\_\_\_\_\_. The ordinary language basis for contextualism, and the new Invariantism, IN: *The philosophical quarterly*, vol. 55, n. 219, p. 172 – 198. 2005.

DRETSKE, Fred. Epistemic operators, IN: *The journal of philosophy*, 67, 24, p 1007 – 1023, 1970; reimpresso IN: DRETSKE, Fred (2000, p. 30 – 47).

\_\_\_\_\_. Conclusive reasons, IN: *Australasian journal of philosophy* 49, 1, 1971. p. 1 – 22; reimpresso IN: DRETSKE, Fred (2000, p. 3 – 29).

\_\_\_\_\_. The pragmatic dimension of knowledge, IN: *Philosophical studies*, 40, p. 363 – 378, 1981; reimpresso IN: DRETSKE, Fred (2000, p. 48 – 63).

\_\_\_\_\_. Knowledge: Sanford and Cohen, IN: MCLAUGHLIN, Brian P (1991, p. 185 – 196).

\_\_\_\_\_. *Knowledge and the flow of information*. Cambridge: MIT press, Bradford books, 1981a. 273 p.

\_\_\_\_\_. The case against closure, IN: STEUP, Matthias (Ed.) SOSA, Ernest (Ed.). (2005, p. 13 – 26).

\_\_\_\_\_. *Perception, knowledge and belief: selected essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. The case against closure, IN: STEUP, Matthias (Ed.); SOSA, Ernest (Ed.) (2005, p. 13 – 26).

FELDMAN, Richard. In defense of closure, IN: *The philosophical quarterly*, p. 487 – 494, 1995.

\_\_\_\_\_. Skeptical problems, contextualist solutions, IN: *Philosophical studies*, 103, p. 61 – 85. 2001.

GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge?, IN: *Analysis*, 23, p. 121 – 123. 1963.

GOLDMAN, Alvin. Discrimination and perceptual knowledge, IN: *The journal of philosophy*, 73, 1976; reimpresso IN: GOLDMAN (1992, p. 85 – 103).

\_\_\_\_\_. *Liaisons: philosophy meets the cognitive and social sciences*. Cambridge: MIT, 1992.

GRECO, John (ed.); SOSA, Ernest (ed.). *The Blackwell Guide to Epistemology*. Oxford: Basil Brackwell. 1999.

GRICE, H. P. *Study in The Way of Words*. Cambridge Mass.: Harvard University Press. 1989.

HALES, Steven D.. Epistemic closure principles, IN: *The southern journal of philosophy*, vol. 32, 1995.

HAWTHORNE, John. *Knowledge and lotteries*. Oxford: Clarendon, 2004.

KLEIN, Peter. *Certainty: a refutation of scepticism*. Minneapolis: University of Minnesota, 1981.

\_\_\_\_\_. Skepticism and closure: why the evil genius argument fails, IN: *Philosophical topics*, 23, 1, p. 213 – 236, 1995.

\_\_\_\_\_. Human knowledge and the infinite regress of reasons, IN: TOMBERLIN, J.(Ed.). p. 297 – 325. 1999.

\_\_\_\_\_. Contextualism and the real nature of academic skepticism, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.). (2000, p. 108 – 116).

\_\_\_\_\_. Skepticism, IN: MOSER, Paul K (Ed.). (2002, p. 336 – 361).

\_\_\_\_\_. Closure matters: academic skepticism and easy knowledge, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.) (2004, p. 165 – 184).

KVANVIG, Jonathan. *Denials of closure?*, IN:  
[http://fleetwood.baylor.edu/certain\\_doubts/?p=311#comments](http://fleetwood.baylor.edu/certain_doubts/?p=311#comments).

\_\_\_\_\_. *Closure mess*, IN:  
[http://fleetwood.baylor.edu/certain\\_doubts/?p=347#comments](http://fleetwood.baylor.edu/certain_doubts/?p=347#comments).

\_\_\_\_\_. *Failures of single-premise closure? The “just barely” problem*, IN:  
[http://fleetwood.baylor.edu/certain\\_doubts/?p=38](http://fleetwood.baylor.edu/certain_doubts/?p=38).

LAWLOR, Krista. Living without closure, IN: *Grazer Philosophische studien*, 69, p. 25 – 49. 2005.

LEWIS, David. Elusive knowledge, IN: *Australasian journal of philosophy*, vol. 74, nº. 4, 1996 e reimpresso em LUPER (2004, p. 270 – 284).

LUPER-FOY, Steven (Ed.). *The possibility of knowledge: Nozick and his critics*. Totowa, N.J.: Rowman & Littlefield, 1987.

LUPER, Steven (Ed.). *Essential Knowledge: Readings in Epistemology*. New York: Longman, 2004.

MCLAUGHLIN, Brian P.. *Dretske and his critics*. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

MOSER, Paul K. (Ed.). *The Oxford handbook of epistemology*. Oxford: Oxford University press, 2002.

MOORE, G. E.. Proof of an External World, IN: SOSA, Ernest (Ed.); KIM, Jaegwon (Ed.) (2000, p. 24 – 32).



NOZICK, Robert. *Philosophical explanations*. Belknap Press, 1981.

PRITCHARD, Duncan. The structure of skeptical arguments, IN: *The philosophical quarterly*, vol. 55, n°. 218, p. 37 – 52. 2005.

\_\_\_\_\_. Contextualism, Skepticism and Warranted Assertability Manoeuvres, in: Keim-Campbell, J. (ed.); O'Rourke M. (ed.); Silverstein, H. (ed.). *Knowledge and Skepticism*. Cambridge, MA: MIT Press. 2005a e disponível em <  
<http://www.philosophy.stir.ac.uk/staff/duncan-pritchard/publications.php>>.

RECANATI, F.. Pragmatics, IN: *The Routledge Encyclopedia of Philosophy*, 1998.

ROTH, M. D.. (Ed.); ROSS, G. (Ed.). *Doubting*. Holanda: Kluwer academic publishers, 1990.

RYSIEW, Patrick. The Context-Sensitivity of Knowledge Attributions, IN: *Noûs*, 35: p. 477 – 514. 2001.

SANFORD, David H.. Knowledge and relevant alternatives: comments on Dretske, IN: *Philosophical studies*, 40, p. 379 – 388. 1981.

\_\_\_\_\_. Proper Knowledge, IN: MCLAUGHLIN, Brian P. (1991, p. 38 – 51).

SENIOR, Thomas. The prima/ultima facie justification distinction in epistemology, IN: *Philosophy and Phenomenological Research*, 55, p. 551 – 566.

SORENSEN, Roy. Dogmatism, junk knowledge, and conditionals, IN: *The philosophical Quarterly*, vol. 38, n°. 153. p. 433 – 454. 1988.

\_\_\_\_\_. Formal Problems about knowledge, IN: MOSER, Paul K. (2002, p. 539 – 568).

SOSA, Ernest. On knowledge and context, IN: *The journal of philosophy*, p. 584 – 585, 1986.

\_\_\_\_\_. How to defeat oppositions to Moore, IN: TOMBERLIN, J. (Ed.). (1999, p. 141 – 153).

\_\_\_\_\_. Skepticism and contextualism, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.). (2000, p. 1 – 18).

SOSA, Ernest (Ed.); KIM, Jaegwon (Ed.). *Epistemology: an anthology*. Oxford: Blackwell publishing, 2000.

SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.). *Philosophical issues*, 10, 2000.

SOSA, Ernest. Relevant alternatives, contextualism included, IN: *Philosophical studies*, 119, p. 35 – 65. 2004.

SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.). *Philosophical issues* (epistemology), 14, 2004.

STANLEY, Jason. *Knowledge and practical interest*. New York: Oxford, 2005.

STEUP, Matthias (Ed.) SOSA, Ernest (Ed.). *Contemporary debates in epistemology*. Malden: Blackwell, 2005.

STINE, Gail. *Skepticism, relevant alternatives, and closure*, IN: *Philosophical studies*, 29, p. 249 – 261. 1976 e Reimpresso em DEROSE, Keith (Ed.); WARFIELD, Ted (Ed.) (1999, p. 145 – 155).

TOMBERLIN, James E. (Ed.). *Philosophical perspectives: epistemology*. California: Ridgeview, 1988.

TOMBERLIN, J. (Ed.). *Philosophical perspectives*, 13. Malden: Blackwell, 1999.

UNGER, Peter. A defense of skepticism, IN: *Philosophical review*, 80, nº. 2, p. 198 – 219. 1971.

\_\_\_\_\_. *Ignorance: a case for scepticism*. Oxford: Oxford university press, 1975.

VOGEL, Jonathan. Are there counterexamples to the closure principle?, IN: ROTH, M. D.. (Ed.); ROSS, G. (Ed.). (1990, p. 13 – 27).

\_\_\_\_\_. Skeptical arguments, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.). (2004, p. 426 – 455).

WILLIAMSON, Timothy. *Knowledge and its limits*. New York, NY: Oxford University Press, 2000.

YOURGRAU, Palle. Knowledge and relevant alternatives, IN: *Synthese*, 55, p. 175 – 190. 1983.